

FABÍOLA RODRIGUES

***POR ONDE VÃO AS “BRISAS SUAVES” DO SERTÃO
PAULISTA? – POPULAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO URBANA NA
CONSTITUIÇÃO DA CIDADE (IM)POSSÍVEL –
VOTUPORANGA, UM ESTUDO DE CASO.***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Demografia
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof^a. Dr^a. Rosana Baeninger

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
___/___/2005

BANCA

Prof^a Dr^a Rosana Baeninger

Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão

FEVEREIRO/2005

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

R618p	<p>Rodrigues, Fabíola.</p> <p>Por onde vão as “brisas suaves” do sertão paulista? – população e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível – Votuporanga, um estudo de caso / Fabíola Rodrigues. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.</p> <p>Orientadora: Rosana Aparecida Baeninger. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. População. 2. Habitação. 3. Mobilidade residencial. 4. Crescimento urbano. 5. Migração. I. Baeninger, Rosana Aparecida. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	--

Palavras -chave em inglês (Keywords): Population.

Housing.

Residential mobility.

Urbanization.

Emigration and immigration.

Área de concentração: Mobilidade espacial da população e urbanização.

Titulação: Mestre em demografia.

Banca examinadora: Rosana Aparecida Baeninger, Daniel Joseph Hogan, Carlos Antônio Brandão.

Data da defesa: 21/02/2005.

A meus pais, Beto e Cidinha,
por me ensinarem o valor da dignidade humana.

Para Alessandro, por seu amor
e delicadeza;
o inexprimível.

AGRADECIMENTOS

O processo de elaboração de uma dissertação de Mestrado embora seja, em grande medida, um trabalho individual, é perpassado o tempo todo, por inúmeras contribuições diretas e mediatas que se somam e compõe um olhar sobre o mundo e as coisas que tanto enriquece o trabalho, quanto nos torna melhores depois dele.

Certamente foram muitos os “colaboradores” desse trabalho que aqui se apresenta e é bastante provável que eu não consiga elencar a todos, de forma que, desde já me desculpo por aqueles que não forem citados, mas que aqui reconheçam sua contribuição.

Gostaria de agradecer, primeiramente, à orientação amiga, dedicada e cuidadosa da *sempre* professora Rosana Baeninger, cuja sensibilidade, disponibilidade e afetividade tanto me foram indispensáveis para completar essa travessia; não fosse sua mão firme e afável eu não teria me formado pesquisadora.

Agradeço, ainda, aos professores do NEPO com quem muito aprendi nesses dois anos de intensa convivência, especialmente ao José Marcos, Coleta, Bete Bilac e Daniel Hogan, que sempre fomentaram importantes discussões, forçaram meus limites e ajudaram a ampliar minha visão de mundo.

Devo uma menção muito especial a dois grandes amigos dos tempos de Graduação em Ciências Sociais, que estão sempre perto (mesmo quando longe) e cujas frutíferas e prazerosas discussões se revelaram essenciais para a elaboração dessa dissertação: Daniel e Juliana, sem vocês esse trabalho não teria sido tão interessante.

Aos colegas do Mestrado em Demografia devo outra menção especial, pela convivência, solidariedade e oportunidade de debate; menciono especialmente a Maísa (que tantas vezes me socorreu em horários impossíveis), à Eliana (pelos deliciosos cafés com

estudo) à Rosa e Simone (com quem partilhei inúmeras angústias). Agradeço, ainda, ao Daniel e a Laís pela primorosa transcrição das entrevistas, que tanto me ajudaram.

Em Votuporanga, inúmeras pessoas colaboraram diretamente com esse trabalho e gostaria de mencioná-las aqui, especialmente o grande amigo Gustavo Fava, cuja convivência generosa e estimulante me permitiu construir essa dissertação, que certamente não teria sido possível sem seu valioso empenho e suas ricas análises. Agradeço ainda, a Edmilson Volpi e Luciano Passoni pela paciência e a oportunidade do trabalho conjunto; a Eliete, a Tati, Maria Elza, José Mauro e a todos os demais funcionários da SEMPLA, com quem tive o privilégio de trabalhar, mesmo que num curto espaço de tempo.

Aos bibliotecários do IFCH, IE (Unicamp) e da Biblioteca Municipal “Castro Alves” (Votuporanga), que sempre me atenderam educada e prontamente.

Aos amigos da Prefeitura de Campinas, especialmente Mirza, Eros, Erli e Rita, com quem compartilhei inúmeros momentos de angústia e alegria.

Quero agradecer, muito sinceramente, a todas as pessoas entrevistadas para esse trabalho, pelo imenso respeito, disponibilidade e interesse com que trataram comigo.

Finalmente, agradeço aos meus familiares, especialmente aos meus pais e meu irmão, por seu amor e companheirismo; meus sogros e cunhado pela enorme delicadeza que sempre tiveram comigo.

Ao Alessandro, que todo o tempo compartilhou idéias, esforços e reflexões que tornaram esse trabalho possível e mais ameno.

RESUMO

Essa dissertação pretende analisar a inter-relação estabelecida entre deslocamentos populacionais e estruturação urbana no curso do processo de constituição histórica do município de Votuporanga.

Desse modo, a análise desse estudo de caso pretende elucidar os processos sócio-demográficos e sua articulação com as dinâmicas econômicas historicamente constituídas, que permitem recuperar, *lato sensu*, as bases da formação social, econômica e urbana dos pequenos e médios municípios à oeste da malha urbana paulista.

As evidências empíricas e as análises teóricas permitiram, ainda, avançar no conhecimento das transformações advindas da recente reestruturação do pólo moveleiro de Votuporanga, na sua articulação com a dinâmica urbana e os deslocamentos populacionais que têm engendrado inflexões na estrutura urbana do município.

ABSTRACT

This dissertation discusses the interrelationships established between demographic displacements and urban structuring in the process of the historical constitution of the municipality of Votuporanga, in the State of São Paulo, Brazil.

This case study is thus analyzed with the aim of clarifying the socio-demographic processes involved and their articulation with the historically constituted economic dynamics. With this, *lato sensu*, bases of the social, economic and urban formation of the small and medium-sized municipalities to the west of the urban sprawl of São Paulo are brought to light.

Empirical evidence and theoretical analyses also made it possible to advance in knowledge regarding the transformations that took place in the recent restructuring of the furniture manufacturing industry in the town of Votuporanga, in its articulation with the urban dynamics and the demographic displacements that have brought about changes in the urban structure of that municipality.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	xiv-xvi
-------------------------	----------------

CAPÍTULO 1

1. No Encalço da “Franja Pioneira”, A Ocupação e Urbanização do N(or)oste Paulista	1
1.1 Avançando Sobre as Florestas do Sertão Desconhecido: Primórdios da Constituição da Rede Urbana no Oeste Paulista	1
1.2 A Ocupação no Bojo da Transformação do Processo de Acumulação Cafeeira	10
1.3 Perseguindo As “Brisas Suaves” do Sertão Paulista: Origens da Formação Histórica do Município de Votuporanga	22
1.3.1 A Fundação do Patrimônio	22
1.3.2 Os “Despejos De Votuporanga”: Um Episódio de Corrupção e Grilagem na Franja Pioneira do Noroeste Paulista	35
1.3.3 Evolução Econômica, Social e Demográfica Do Município (1940-1970)	40

CAPÍTULO 2

2. A Emergência da Cidade Industrial: A Constituição de um Paradigma na (Re)produção Social do Espaço Urbano	65
2.1 Década de 1980: a Consolidação da Desconcentração Industrial Em São Paulo	65
2.2 Do Café para o Suco de Laranja: A Região Administrativa de São José do Rio Preto	70
2.3 O Município de Votuporanga: Um Breve Panorama do Processo de Industrialização	76
2.3.1 Estrutura Fundiária e a Produção Agroindustrial	76
2.3.2 O Plamivo e a Indústria Moveleira em Votuporanga	82

2.4 Reversão do Esvaziamento Demográfico: A Retomada do Crescimento Populacional na RA de São José do Rio Preto (1970-1991)	92
2.5 A Emergência da Cidade Industrial	104

CAPÍTULO 3

3. Ainda a Dualidade Centro-Periferia?: Mobilidade Espacial da População, Modernização da Indústria Clássica e Estruturação Urbana	121
3.1 Uma Ilha de Crescimento Cercada de Desigualdades Por Todos os Lados: A Modernização Tecnológica da Indústria Moveleira nos Anos 1990	121
3.2 Os Deslocamentos Populacionais no Espaço Intra-Regional	139
3.3 A Constituição Da Cidade (Im)possível: Habitação, Pobreza e Deslocamentos no Espaço Intra-Urbano	155
3.3.1 Centro No Singular, Periferia No Plural: A Estruturação Urbana Na Década de 2000, Um Retrato da Desigualdade Na Apropriação e No Uso dos Recursos Do Espaço	158
3.3.2 Favelas E Favelados: Um Olhar Sobre A Cidade Que Se Move	177

CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
-----------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	201
---------------------------	-----

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Participação Relativa (%) na Área Cultivada e na Quantidade Produzida no Estado de São Paulo: principais produtos agrícolas Oeste Paulista (1920-1938)	17
Tabela 2 - Estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços Município de Votuporanga (1952)	43
Tabela 3 - População Total, por Sexo, Segundo Nacionalidade Sub-região de Votuporanga e Município de Votuporanga (1950-1970)	52
Tabela 4 - Estrangeiros Segundo as Principais Nacionalidades Município de Votuporanga (1970)	53
Tabela 5 - Evolução da População Segundo Situação de Domicílio Sub-Região e Município de Votuporanga (1950-1970)	55
Tabela 6 - Taxas Geométricas de Crescimento Anual da População (%) Sub-Região e Município de Votuporanga (1950-1970)	56
Tabela 7 - Evolução da População Segundo Situação de Domicílio Região de São José do Rio Preto e respectivas Sub-Regiões (1950-1970)	59
Tabela 8 - Saldos Migratórios Decenais Município de Votuporanga (1950-1970)	60
Tabela 9 - Distribuição da Capacidade de Produção de Suco de Laranja, Segundo Regiões Administrativas e Municípios Estado de São Paulo (Ano-Safra 1983/4)	72
Tabela 10 - Distribuição (%) do Valor da Produção Agropecuária (VPA) Regional, Segundo os Principais Produtos DIRA de São José do Rio Preto (1988-1989)	74
Tabela 11 - Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (%) Regiões de Governo de São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales (1970-1991)	93
Tabela 12 - População Total e Participação Relativa (%) das Regiões de Governo no total da População da RA de São José do Rio Preto RA de São José do Rio Preto e Regiões de Governo (1970-1991)	94

Tabela 13 - População Total e Grau de Urbanização (%) Municípios de São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales (1980-1991).....	96
Tabela 14 - Grau de Urbanização (%) Regiões de Governo de São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales (1980)	96
Tabela 15 - Evolução da População, por Situação de Domicílio Municípios da RG de Votuporanga (1980-1991)	98
Tabela 16 - Grau de Urbanização (%) Municípios da RG de Votuporanga (1980-1991)	99
Tabela 17 - Evolução da População por Situação de Domicílio Municípios da RG de Votuporanga (1980-1991)	100
Tabela 18 - Taxas Geométricas de Crescimento Anual da População (%) Região de Governo e Município de Votuporanga (1970-1991)	102
Tabela 19 – Saldos Migratórios RG e Município de Votuporanga (1970-1991)	102
Tabela 20 – Trocas Migratórias Município de Votuporanga (1986-1991)	103
Tabela 21 - Relação de Loteamentos Segundo Ano de Abertura e Localização Intra-Urbana Município de Votuporanga (1937-1992)	111
Tabela 22 - Número de Estabelecimentos de Indústria, Comércio e Serviços RA de São José do Rio Preto, RG de Votuporanga e Município de Votuporanga (1998, 2000 e 2002)	134
Tabela 23 - Pessoal Formalmente Ocupado na Indústria, Comércio e Serviços RG e Município de Votuporanga (2000)	135
Tabela 24 - Pessoal Ocupado e Ocupado Assalariado em Unidades Locais, por Ramo de Atuação Município de Votuporanga (1998)	136
Tabela 25 - Percentual (%) de Pessoas Ocupadas e Salários Pagos nas Unidades Locais Município de Votuporanga (1998)	137
Tabela 26 - População Segundo Situação de Domicílio e Grau de Urbanização (%) RA de São José do Rio Preto, RG de Votuporanga e Municípios da RG de Votuporanga (2000)	141

Tabela 27 - Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (%) RA de São José do Rio Preto, RG de Votuporanga e Municípios da RG de Votuporanga 1991-2000 e 2000-2004	143
Tabela 28 - Saldo Migratório e Participação Relativa (%) do Saldo Migratório no Crescimento Absoluto da População RA de São José do Rio Preto, RG de Votuporanga e Município de Votuporanga (1991-2000)	145
Tabela 29 - Trocas Migratórias do Município de Votuporanga com os demais Municípios da RG de Votuporanga Município de Votuporanga (1995-2000)	146
Tabela 30 - Pessoas que se Deslocam Diariamente para o Município de Votuporanga, para Trabalho/Estudo, Oriundas dos Municípios da RG de Votuporanga Município de Votuporanga (2000)	148
Tabela 31 - Proporção (%) de Pessoas que Realizam Deslocamentos Pendulares (Trabalho/Estudo) Intra-Regionais, na RG de Votuporanga, Segundo Município de Destino Municípios da RG de Votuporanga (2000)	150
Tabela 32 - População Total e Participação Relativa (%) da População das Regiões de Governo (RG) no Total da Região Administrativa (RA) de São José do Rio Preto RA de São José do Rio Preto e Respectivas Regiões de Governo (2000)	151
Tabela 33 - Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (%) Região Administrativa de São José do Rio Preto e Regiões de Governo (2000)	152
Tabela 34 - Grau de Urbanização (%) Região Administrativa de São José do Rio Preto e Regiões de Governo (2000)	153
Tabela 35 - População Total e Grau de Urbanização (%) Municípios de São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales (1970-2000)	154
Tabela 36 - População Total e Renda Média Nominal Mensal do Chefe de Domicílio Loteamentos Selecionados do Município de Votuporanga (2000)	164
Tabela 37 - Relação de Loteamentos Segundo Data de Abertura Votuporanga (1993-2003)	175
Tabela 38 - População Total das Três Principais Favelas Município de Votuporanga (1996-2001)	185

Lista de Quadros

Quadro 1 - Desmembramento de Municípios	
Município de Votuporanga (1944-1993)	29
Quadro 2 - Estabelecimentos Rurais, por Grupos de Áreas Cultivadas	
Município de Votuporanga (1970-1980)	78
Quadro 3 - Produção Anual de Leite (em litros), por Laticínio	
Município de Votuporanga (1980-1990)	80
Quadro 4 - Produção Anual de Abates Bovinos, Número de Bovinos Oriundos da Região de Votuporanga e Participação Percentual dos Bovinos da Região de Votuporanga no Total de Bovinos Abatidos.	
Frigoríficos 4 Rios S/A e Entre Rios S/A	
Município de Votuporanga (1980-1990)	81
Quadro 5 - Comparativo da Evolução Industrial	
Municípios de Riolândia, Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Valentim Gentil, Votuporanga (1960-1980)	84
Quadro 6 - Número de Estabelecimentos Industriais e Pessoal Ocupado	
Município de Votuporanga (1980)	91
Quadro 7 - Renovação (em %) do Parque Industrial	
Principais Pólos Moveleiros do País (1996-1997)	125
Quadro 8 - Número de Empregados Formais, por Segmento de Fabricação de Móveis	
Município de Votuporanga (1996-2002)	128
Quadro 9 - Rendimento Médio Mensal dos Trabalhadores, por Segmento de Fabricação de Móveis	
Município de Votuporanga (1996-2002)	130
Quadro 10 - Características Gerais da População Entrevistada	
Município de Votuporanga (2004)	179

Lista de Mapas

Mapa 1 - População e Estradas de Ferro Estado de São Paulo (1886)	8
Mapa 1.1 - População e Estradas de Ferro Estado de São Paulo (1920)	9
Mapa 1.2 - População e Estradas de Ferro Estado de São Paulo (1940)	20
Mapa 2 - Malha Ferroviária Paulista Estado de São Paulo (1950)	23
Mapa 3 - Localização dos Principais Loteamentos Município de Votuporanga (2000)	157
Mapa 4 - Distribuição Espacial da População, por Níveis de Densidade Demográfica, Segundo Loteamentos de Residência Município de Votuporanga (2000)	161
Mapa 5 - Distribuição Espacial da População, por Níveis de Rendimento Médio Nominal Mensal do Chefe de Domicílio, Segundo Loteamentos de Residência Município de Votuporanga (2000)	167
Mapa 6 - Distribuição Espacial da População, por Número Médio de Habitantes dos Domicílios, Segundo Loteamentos de Residência Município de Votuporanga (2000)	173

Lista de Figuras

Figura 1 - Aspecto da festividade de inauguração do Patrimônio de Votuporanga (1937).....	26
Figura 2 - Aspecto da Rua Amazonas (primeiro arruamento do povoado), vendo-se ao fundo a primeira casa do patrimônio recém aberto (1937)	27
Figura 3 - Largo da Matriz (atual Praça Fernando Costa), com o Cruzeiro em primeiro plano, e ao fundo as primeiras casas comerciais do Patrimônio (1939)	28
Figura 4 - Flagrante da movimentação popular no centro comercial da cidade: rua Goiás, esquina com a Amazonas (arruamentos originais) (década de 1940)	32
Figura 5 - Jardineiras estacionadas defronte ao Cine Paramount (1940), centro cultural da cidade, em cujas salas (as poltronas eram removíveis) aconteciam as reuniões do Aero-Clube (1942), bailes e festas dançantes (década de 1940)	32
Figura 6 - Estacionamento de jardineiras em Votuporanga (década de 1940)	34
Figura 7 - Publicidade de venda de terras em Votuporanga: o comércio imobiliário era uma das mais importantes atividades urbanas do município nesse período (1946)	35
Figura 8 - Nota dos advogados Felizardo Calil e Ziegler de Paula comunicando mais uma vitória dos proprietários de Votuporanga contra os grileiros (1946)	39
Figura 9 - Publicidade da “usina de algodão” SANBRA S/A (1953)	42
Figura 10 - A chegada dos trilhos do trem foi recebida com euforia pela população da cidade (década de 1940)	45
Figura 11 - Vista da Estação Ferroviária de Votuporanga, inaugurada em 13/06/1951. Em primeiro plano, à direita, vê-se a fachada do edifício; à esquerda um ponto de jardineiras, e ao fundo, a gare da Estação (década de 1950)	45
Figura 12 - Publicidade da empresa imobiliária “Companhia Melhoramentos de Votuporanga”, anunciando a venda de lotes urbanos dotados de eletrificação (1953)	48
Figura 13 - Saudação ao “Ano Novo” de 1950, oferecida às comunidades de imigrantes italianos, ingleses, espanhóis e japoneses pelo jornal “Oeste Paulista” (1950)	50
Figura 14 - Publicidade do “Conclave Brasileiro de Cafés Finos” (1957)	61
Figura 15 - Notícia da instalação do frigorífico avícola “Frango Rico”, no município de Votuporanga (1987)	79

Figura 16 - Publicidade da indústria de móveis Estofados AB Pereira (1970)	88
Figura 17 - Detalhe da mancha urbana de Votuporanga, com a malha centro-sul em primeiro plano e a malha norte, na zona de expansão urbana, na parte superior da imagem (1985)	105
Figura 18 - Reportagem alertando a população sobre a comercialização irregular de unidades habitacionais da Cohab, no município de Votuporanga (1985)	107
Figura 19 - Aglomeração por ocasião da inauguração do loteamento Vila América, no município de Votuporanga (na porção centro-oeste da malha urbana) (1956)	114
Figura 20 - Reportagem com depoimento do presidente do Sindicato dos Comerciantes, por ocasião das discussões sobre a localização de um conjunto habitacional que contemplaria trabalhadores do comércio, nas proximidades do Frigorífico 4 Rios S/A (1987)	115
Figura 21 - Vista aérea da região central do município de Votuporanga (1982)	116
Figura 22 - Vista aérea da região central do município de Votuporanga (1995)	117
Figura 23 - Notícia sobre o crescimento do número de edifícios na região central de Votuporanga (1987)	116
Figura 24 - Aluno operando máquina italiana de <i>design</i> , em laboratório de aprendizagem do CEMAD (2004)	132
Figura 25 - Imagem do centro histórico de Votuporanga, vendo-se ao fundo a Igreja Matriz e à esquerda a principal via do município, a rua Amazonas (2001)	169
Figura 26 - Vista aérea de Votuporanga, vendo-se, em primeiro plano, a malha da zona de expansão norte (2000)	176
Figura 27 - Imagem do cadastramento de uma habitação da favela Própovo, em processo de reurbanização (2001)	180
Figura 28 - Imagem da fachada de uma residência na favela Ipiranga (2001)	188
Figura 29 - Imagem de três residências na favela São Damião (2001)	192

INTRODUÇÃO:

Os grandes processos de urbanização, industrialização e metropolização em curso no país entre as décadas de 1950 e 1970 suscitaram importante concentração populacional na capital paulista, bem como em áreas de constituição mais antiga, localizadas no seu entorno.

Esses processos e as transformações na agricultura engendraram, combinadamente, um significativo esvaziamento demográfico do interior paulista, marcadamente das chamadas “zonas novas”, nas franjas da fronteira agrícola paulista.

Entretanto, a partir da década de 1980 as políticas de desconcentração industrial, interiorização do desenvolvimento e descompressão urbana da capital paulista postas em curso pelo Poder Público (através de incentivos ao capital privado) induzem a uma significativa alteração na dinâmica econômica e na distribuição da população na malha paulista, mormente na extensa área genericamente denominada Oeste Paulista.

Na região de Votuporanga os céleres (a despeito de tardios) investimentos públicos e privados na industrialização redundam não apenas na conformação, nos anos 1990, do segundo mais importante *cluster* moveleiro do país, mas também na geração de um padrão de estruturação urbana funcional à reprodução do capital industrial, a despeito de altamente excludente para as camadas operárias.

Efetivamente, esse padrão de estruturação urbana (pautado sensivelmente pelas necessidades do capital industrial e mobiliário) se objetivou por meio de um sistemático e sucessivo jogo entre as classes sociais, que se traduziu por estratégicos deslocamentos no

espaço intra-urbano, na tentativa da apropriação dos melhores recursos do espaço socialmente construído.

Essa percepção nos força a atentar para o papel estruturador dos deslocamentos populacionais na construção do espaço. Na verdade, os deslocamentos populacionais intra-urbanos atrelados que estão à dinâmica econômica e ao poder de classe reiteram a natureza social, construída do espaço, que, muito embora seja erigido por meio do trabalho social é apropriado diferencialmente pelas distintas camadas sociais.

Essa dinâmica é assim evidenciada pelas localizações residenciais diferenciais do capital, assim como pela premência e intensidade com que os pobres se vêem impelidos a se deslocar no espaço intra-urbano (e não raras vezes, no espaço intra-regional) na busca da cidade (im)possível para se trabalhar e viver.

Desse modo, os três capítulos dessa dissertação procuram reconstituir a delicada (e nem sempre perceptível) articulação entre a estruturação urbana e os deslocamentos da população que, fortemente marcados por contingências econômicas, revelam-se determinantes na (re)produção das cidades.

Nesse sentido, o capítulo 1 procurou apresentar um panorama da trajetória histórica, econômica e demográfica do município de Votuporanga, no contexto do processo de ocupação e urbanização do Oeste Paulista.

O capítulo 2 objetivou apresentar a evolução econômica e sócio-demográfica do município, ao longo da década de 1980 até o início dos anos 1990, no contexto da ampliação das políticas de desconcentração industrial, evidenciando a inter-relação da formação urbana com a distribuição espacial da população, especialmente no sentido da estruturação intra-urbana.

Finalmente, o capítulo 3 se deteve em caracterizar os deslocamentos populacionais intra-urbanos e intra-regionais no contexto da modernização tecnológica da indústria moveleira de Votuporanga, analisando seus impactos nas políticas públicas, nos conflitos de classe pela apropriação dos territórios intra-urbanos socialmente relevantes e nas injunções sobre o desenho urbano suscitadas pela intensificação da mobilidade espacial da pobreza.

Importa ainda dizer que, metodologicamente, a reconstrução da inter-relação entre estruturação urbana e mobilidade espacial da população, ao longo da trajetória de constituição histórica do município de Votuporanga, fez-se possível através da conjugação de inúmeras fontes primárias e secundárias, destacadamente os Censos Demográficos (1940-2000), Informes Demográficos (Fundação Seade, 1981; 1990), relatórios e mapas da Secretaria de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente (SEAMPLA), levantamentos iconográficos e bibliográficos em jornais locais (“Oeste Paulista”, “Diário de Votuporanga” e “A Cidade”), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais – MTE) e entrevistas estruturadas com trabalhadores, agentes institucionais e técnicos do Poder Público Municipal.

1. NO ENCALÇO DA “FRANJA PIONEIRA”, A OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO (NOR)OESTE PAULISTA.

1.1. Avançando sobre as florestas do sertão desconhecido: primórdios da constituição da rede urbana no Oeste Paulista

A formação da rede urbana paulista está perpassada pela estrutura econômica, política e social engendrada e sustentada pelo café (Cano, 1977), que só pôde se erigir graças à precursora ação dos bandeirantes, ao tráfego do comércio de animais e gêneros alimentícios, e ao cultivo da cana-de-açúcar, sobretudo na porção Leste do Estado.

O café começou a ser cultivado em território paulista por volta de 1770 (mormente no Vale do Paraíba e no Litoral), mas só tomou corpo como cultura comercial de mais ampla significação econômica nos anos 1830, quando começou a substituir a cana-de-açúcar na região próxima à capital do Estado.¹

Entretanto, o processo de urbanização movido pelo café, assim como a própria constituição deste em um sistema empresarial e capitalista, deu-se somente depois de 1870, com a introdução de novas técnicas produtivas e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (Cano 1977; Merrick & Graham, 1981).

Segundo Cano (1977), o processo de urbanização promovido pela cafeicultura enquanto empresa capitalista, não se deu linearmente entre 1870 e 1929, nem tampouco depois da grande crise, quando a intensificação da expansão para as terras virgens do Oeste Paulista permitiu-lhe uma relativamente longa sobrevida.

¹ Veja-se Milliet (1946), Monbeig (1998), Cano (1977), Cano (1985), Gonçalves (1998).

Isso significa dizer que, a referência à expansão cafeeira como elemento propulsor para a constituição da rede urbana paulista escamoteia sob sua aparente homogeneidade diferenças assaz profundas, pois o desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo passa por pelo menos duas grandes clivagens, que tem que ver respectivamente com: a) a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre; b) a implementação de políticas de sustentação da cafeicultura pós-29, que, aliada a uma industrialização crescente resultou numa célere marcha para o Oeste Pioneiro.²

Destarte, conforme propõe Gonçalves (1998:44) podemos falar em três fases da expansão cafeeira no Estado de São Paulo, cada qual com diferentes impactos no processo de urbanização, conforme segue:³

- 1) *Fase inicial: decorrida aproximadamente entre 1770 e 1870 caracteriza um período em que a empresa agrícola baseia-se em técnicas primitivas de plantio, no transporte animal e no trabalho escravo;*
- 2) *Fase de “modernização capitalista da cafeicultura paulista”: decorrida entre 1870 e o final do século XIX é marcada por inovações no plantio e no beneficiamento, pela passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e pela mudança do transporte animal para o transporte ferroviário. A ocupação do território ainda está restrita à porção Leste do estado.*
- 3) *Fase da “sobrevida estratégica da cafeicultura”: decorrida de 1906 a 1929 (mas também depois da grande crise), período em que foram implementadas políticas de sustentação dos preços do café, tendo em vista a preservação da estrutura econômica engendrada pela cafeicultura. Essas políticas subsidiárias do café resultaram na busca pelas terras virgens (mais férteis e mais produtivas) das zonas pioneiras, abrindo uma ocupação marcada por um contexto de*

² O estudo de Gonçalves (1998) pontua, com muita propriedade, as nuances do processo de expansão da cafeicultura em São Paulo *vis a vis* à estruturação da rede urbana, ressaltando a relativa autonomia do processo de urbanização face à expansão cafeeira. Veja-se, especialmente, capítulos 2 e 3.

³ Taunay (1945), Milliet (1946), Cano (1977), dentre outros, são estudos “clássicos” sobre a cafeicultura; entretanto, a periodização proposta por Gonçalves tem o mérito de esquematizar sucintamente as “fases” da expansão cafeeira em São Paulo, razão pela qual se optou por reproduzi-la aqui.

diversificação econômica (fortemente impulsionado pela crescente industrialização da capital e de algumas áreas mais antigas da porção Leste do estado), que se reflete no Oeste Pioneiro⁴ na convivência entre a cultura de exportação (café) e as culturas de manutenção, a pecuária, a especulação imobiliária e o avanço das ferrovias.

Essa periodização expressa, *lato sensu*, as circunstâncias diferenciais nas quais se deu a ocupação e a urbanização no Estado de São Paulo. Fica, pois, bastante evidente que para entendermos o processo de formação social, econômica e urbana do Oeste Pioneiro é imprescindível precisar que - contrariamente às zonas mais antigas do Estado, em que o café na sua opulência de cultura exclusiva “planta” a rede urbana - nas zonas novas é somente em associação com culturas de abastecimento, formas pregressas de ocupação (como a pecuária) e com a trama viária urdida pelos meios de comunicação que o café deita raízes sobre o território das antigas florestas, fazendo emergir patrimônios, vilas e cidades; ou seja, uma rede urbana nascente.

De acordo com Gonçalves, “ao avançar para o Oeste Pioneiro (...) o crescimento urbano(...) assumiu velocidade e características inteiramente novas. Aqui, o complexo cafeeiro incorporou recursos outros: a pecuária pré-existente e os eixos de tráfego comercial com os estados vizinhos, loteamentos de grandes glebas desocupadas realizados em moldes empresariais, a introdução do algodão na agricultura como matéria-prima para a indústria têxtil e de alimentos, novas atividades nas cidades – todos, recursos que contribuíram para a diversificação do complexo econômico cafeeiro no sentido da sua abertura para uma economia industrial” (1998:43-44).

A singularidade da urbanização do Oeste Pioneiro resulta de uma conjunção de pelo menos três fatores, quais sejam: a ocupação pioneira (em muitos casos decisiva para a consolidação da futura malha urbana) empreendida pela introdução da pecuária, a crise de superprodução do café, aliada a uma industrialização crescente que exige mudanças no processo de acumulação, e, por fim, a expansão dos meios de comunicação, mormente da

⁴ Grifo nosso.

ferrovia, e mais tardiamente da rodovia (Monbeig, 1998)⁵. Examinemos esses fatores um pouco mais de perto.

Segundo Monbeig, (*ibidem*) até pouco antes de 1850, as terras da vasta região denominada genericamente por “Oeste Pioneiro” (compreendida aproximadamente pelas atuais áreas das Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília) não conheciam nenhuma outra forma de ocupação senão a indígena.

Extensas áreas de florestas eram ocupadas pelos índios, completamente alijados do movimento de expansão econômica que crescentemente principiava por assediar seus domínios.

Não tardou muito para que a superioridade numérica e tecnológica do colonizador, bem como as inúmeras doenças trazidas por este, acabassem por dizimar a população indígena e por dispersar nas sucessivas transformações do espaço os testemunhos materiais de sua cultura:

“a marcha pioneira moderna acabou a obra de destruição dos índios encetada na época colonial. Nada subsiste dos antigos habitantes a não ser de modo muito indireto. (...) Encontram-se na toponímia, muitos traços da época indígena, e a partir de topônimos tupis seria sugestivo estabelecer uma filiação entre o povoamento moderno e o precedente. (...) Ademais, tornou-se moda no Brasil, batizar com nomes tupis as cidades novas, fazendas recentes e riachos até então anônimos. (...) Essa ressurreição erudita da língua indígena comprova o que vem a ser o índio para o habitante da língua pioneira: uma recordação que entrou no domínio da legenda” (idem, *ibidem*:32).

No curso das transformações sócio-espaciais do Oeste Paulista sucedeu-se à ocupação indígena uma verdadeira “corrente de povoamento”, cuja importância é absolutamente central no entendimento da função de centro gerador do abastecimento

⁵ Refere-se à segunda edição.

interno que o Oeste Paulista assume na economia do Estado no decorrer do século XX; essa “corrente de povoamento” é formada, destarte, pelo afluxo destacado dos mineiros.⁶

“Vieram quase todos de Minas Gerais, os pioneiros que, a partir de 1850 se chocaram com os índios. Sua província não se restabelecera da crise econômica, acarretada pela decadência da mineração. Crescia a pobreza e contra isso o único remédio era a emigração (...) Vê-se um homem de Minas fundar São Simão, antes de 1850; seus conterrâneos formavam quase toda a população da vila que devia tornar-se a cidade de Ribeirão Preto. Vão mais longe ainda: em 1852 é um mineiro que constrói a primeira cabana em São José do Rio Preto” (idem, ibidem:133).

Na região de São José do Rio Preto, os mineiros e mato-grossenses que “abriram” esse pedaço de sertão eram, sobretudo, criadores de bois e porcos. Monbeig (1998) relata que os rebanhos, (notadamente as porcadas), eram conduzidos até Araraquara e São Carlos e então vendidos. Da venda dos animais vinha o recurso para comprar pólvora, sal de cozinha e sal grosso para o gado.

O centenário vilarejo conhecido como “Vila Carvalho” (pertencente ao atual município de Votuporanga) é um remanescente dessa ocupação branca pioneira nos sertões do Oeste Paulista: possuindo uma área aproximada de 8 alqueires, ocupada por cerca de 200 posseiros desde 1929, a “Vila” tinha se constituído já no final do século XIX como importante paragem de tropas vindas do Mato Grosso.

Segundo Pontes (2001) *“soldados do Exército Brasileiro se hospedavam ali (...) durante a Guerra do Paraguai. [A “Vila”] teve uma casa comercial com grande movimento, já que ali era local de parada de boiadeiros que vinham do Mato Grosso para São Paulo. (...) O seu quase desaparecimento se deu pela decadência da Estrada Boiadeira. Há relatos que por ali passavam cerca de oitenta mil bois por ano em direção a Barretos”* (p.268).

⁶ Veja-se Monbeig (1998) e Peichoto (2001). Cano (1977:60) destaca, também, o importante fluxo de nordestinos para o Estado de São Paulo (inclusive para as “zonas novas”), especialmente depois de 1920. Deve-se pontuar, ainda, que na região de São José do Rio Preto (Pontes, 2001) papel importante no desbravamento dessa área é atribuído a imigrantes mato-grossenses, atraídos pela dinâmica da “Estrada Boiadeira”.

É bastante nítida a contribuição que essa fase inicial de ocupação “tropeira”⁷ teve para o desenvolvimento econômico, urbano e social do Oeste Pioneiro, especialmente porque criou as condições necessárias para viabilizar a cafeicultura:

“Malgrado tudo que distingue esses criadores de gado de seus sucessores imediatos, os plantadores, aqueles abriram a estes os caminhos, inaugurando os espigões; suas estradas vieram a ser seguidas; os núcleos de povoamento que fundaram serviram de ponto de apoio, e a prática da pecuária pioneira jamais desapareceu completamente” (idem, ibidem:137).

Entretanto, a posterior ocupação gerada pela cafeicultura se fez de forma mais sistemática, expressando um movimento mais hierarquizado, já assentado sob bases efetivamente capitalistas: quando se pôs em marcha o avanço do café para as terras do Oeste Paulista encabeçava-o uma elite de fazendeiros, proprietários de casas bancárias, e empresários da ferrovia.⁸

Nesse contexto, a primeira fase da expansão capitalista para o Oeste Pioneiro é marcada por uma crise de superprodução: a alta internacional dos preços entre 1886 e 1896 suscitou uma febre expansionista, que, aliada a elevada produtividade das terras roxas da região de Ribeirão Preto resultou numa produção que ultrapassara em muito a possibilidade de absorção pelo mercado. (Cano, 1977; Gonçalves, 1998).

⁷ O termo parece adequado para expressar uma dinâmica social, econômica e demográfica ainda pré capitalista, centrada no deslocamento de rebanhos, especialmente bovino e suíno.

⁸ A CAIC (Companhia Agrícola de Imigração e Colonização), fundada em 1928, tipifica bem (ainda que mais tardiamente) a empresa capitalista que se lançou na incorporação do Oeste Pioneiro: formada por capitais mistos (agrário, comercial, industrial e financeiro), tinha por finalidade desenvolver “atividades que assegurassem a reprodução de seu capital, quer exercendo funções comerciais, como é o caso das firmas exportadoras e comissárias de café, quer construindo estradas de ferro, como foi o caso da Cia Paulista de Estradas de Ferro (...) quer se empenhando em empreendimentos manufatureiros (...) quer fundando Bancos, que se constituíssem em Sociedades Anônimas” (Chaia, 1980:28).

Para evitar uma crise na economia cafeeira, o que nesse momento significaria uma *débâcle* em todo o sistema econômico, político e social do Estado, a solução encontrada foi a implantação de uma política de sustentação da produção cafeeira, que se traduziu numa política de sustentação dos preços:

“a implantação de uma política geral de sustentação dos preços (...) possibilitou que mesmo dentro da crise continuasse o processo de acumulação: se a política de valorização apenas permitia a sobrevivência do café nas zonas mais antigas (onde a produtividade dos cafezais era decadente), nas zonas pioneiras (onde a produtividade era muito alta) o mesmo preço fomentava grandes lucros” (Gonçalves, 1998:139).

Assim, a partir de uma ingerência explícita do Estado no controle dos preços foi possível o avanço contínuo da cafeicultura, alimentado por um ciclo de elevada produtividade, sustentação dos preços e aumento dos lucros.

A mesma situação se repete na passagem dos anos 1910 para a década de 1920, quando a alta dos preços entre 1910-1913 fomenta o aumento do plantio, mormente nas zonas novas, momento em que houve intensa especulação de terras graças à garantia de lucros propiciada pelo governo do Estado e pelo Instituto do Café.

Segundo Cano (1977), *“a recuperação dos preços a partir de 1910, mantendo-se altos até 1913, estimularia novo plantio, que totaliza mais de 99 milhões de cafeeiros no triênio 1911/13. (...) A intervenção do Estado e a grande geada de 1918, elevaram violentamente os preços, que duplicam entre 1918 e 1919, estimulando assim um plantio de 50 milhões de cafeeiros em 1919 (...) a firme intervenção do Estado a partir de 1921, comprando excedentes não exportáveis, desta vez com recursos internos e externos, praticamente avalizou o novo plantio de 157 milhões de cafeeiros que se daria entre 1922 e 1923”* (p. 55-6).

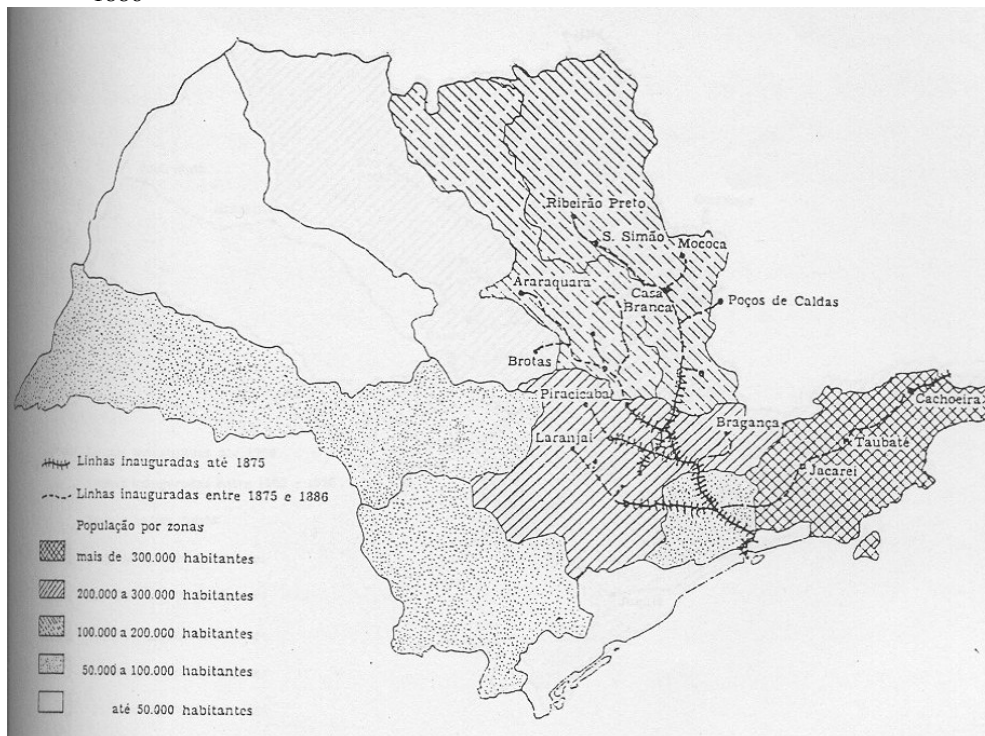
Entretanto, cumpre mencionar, o contexto que marca a arrancada capitalista para o Oeste Pioneiro é bastante *sui generis*, de modo que, se o café é o grande elemento articulador da ocupação dos novos espaços, ele não o é de *per se*, mas desde já em profunda

consonância com o florescimento da produção comercial de gêneros agropecuários para abastecimento interno (cuja demanda se acentua particularmente com a eclosão da I Guerra Mundial) e a expansão ferroviária.

Dessa forma, conforme pontua Gonçalves, “o segundo grande passo da ocupação do território articulada pelo complexo cafeeiro adentrou o Oeste conduzido pelas ferrovias, ainda com base no café, (...) mas não mais exclusivamente. (...) À medida que as ferrovias avançaram para o Oeste nem todas as terras mostraram-se adequadas à cafeicultura, ao mesmo tempo que a rede urbana formada na esteira do café ampliava crescentemente o mercado de consumo para produtos agrícolas e pecuários” (1998: 140).

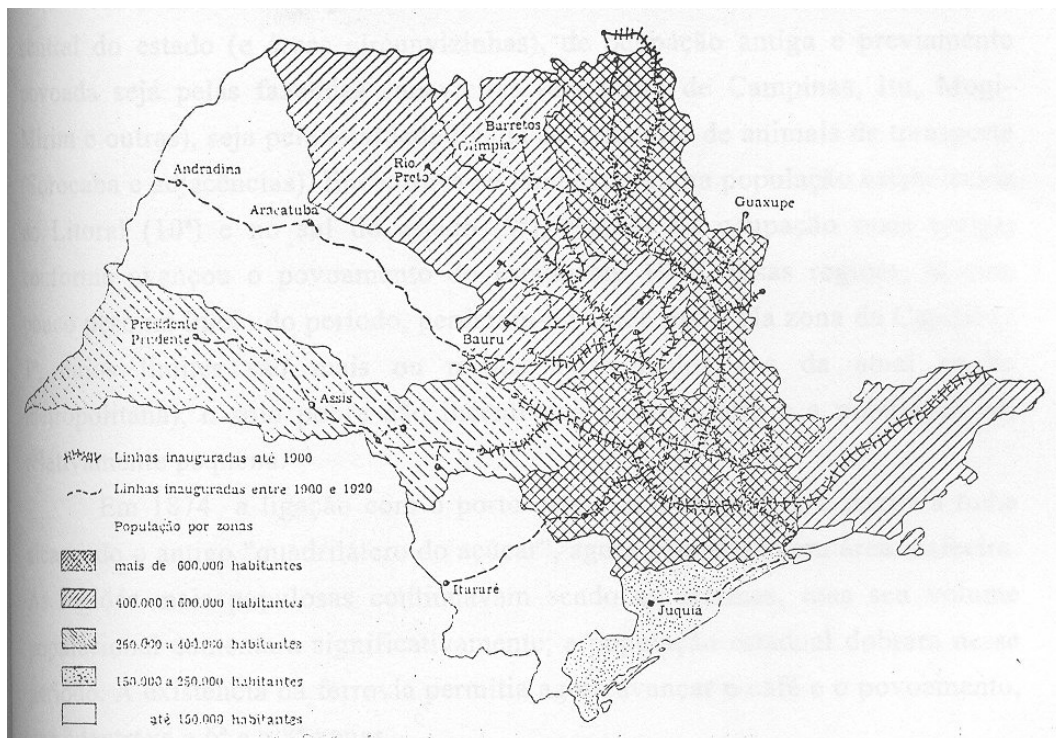
A passagem do século XIX para o século XX se constitui em São Paulo como um momento decisivo na estruturação e expansão do complexo cafeeiro (Cano, 1977), refletindo-se, em termos demográficos, numa intensificação dos fluxos rumo aos sertões do Oeste, conforme é possível visualizar nos mapas 1 e 1.1.

Mapa 1:
População e Estradas de Ferro
Estado de São Paulo
1886



Fonte: Gonçalves, 1998:159.

Mapa 1.1:
População e Estradas de Ferro
Estado de São Paulo
1920



Fonte: Gonçalves, 1998: 159.

Em 1886, o Estado de São Paulo contabilizava uma população de 776.421⁹ habitantes, alcançando 4.592.188 habitantes em 1920. No Oeste Pioneiro¹⁰, a população era de 14.660 habitantes, em 1886, e de 474.700 habitantes, em 1920.

Pode-se observar, assim, quão apreciável é o crescimento da população no Estado de São Paulo e, mormente na frente pioneira nesse período: em 34 anos a população estadual aumentou praticamente seis vezes, enquanto a população do Oeste Pioneiro aumentou seu contingente em mais de trinta e duas vezes.

⁹ Apud Bassanezzi, M.S.B. "Estrangeiros em São Paulo: dados demográficos". Campinas: [S/D]. CD-Rom.

¹⁰ Por Oeste Pioneiro entende-se a região compreendida pelas atuais Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, Marília, Araçatuba e Presidente Prudente. As estimativas para o Oeste foram extraídas de Vasconcelos, 1992:28.

Destarte, é precisamente por força da conjunção de interesses entre capitais agrários, comerciais, industriais e financeiros, orientados para a ocupação das “zonas novas” (altamente lucrativas) é que, mesmo face ao forte abalo que a crise de 1929 injunziu à economia paulista, a expansão para o Oeste, embora em ritmo mais contido, prosseguiu. (Cano, 1977; Chaia, 1980).

1.2. A ocupação no bojo da transformação do processo de acumulação cafeeira.

A crise de 1929 forçou a acumulação cafeeira a assentar-se sob bases mais flexíveis, uma vez que a própria reprodução do capital dependia da diversificação para garantir sua sobrevivência.¹¹

De fato, o choque de 1929 revelava ao fazendeiro paulista os limites do café como elemento central e articulador da expansão econômica e urbana, de modo que, forçosamente, para manter seus domínios ou recuperar o que fora perdido com a crise, o fazendeiro cafeicultor precisava se transformar também no fazendeiro de algodão, milho e arroz, no pecuarista, ou ainda, no empreendedor imobiliário (Monbeig, 1998).

Efetivamente, o que estava em questão para o cafeicultor arruinado com a crise era, por um lado, como se refazer do abalo e, por outro, como compensar o mais rapidamente possível as perdas sofridas. Destarte, a solução possível era então se aventurar mais longe e

¹¹ Cf Milliet (1946), Cano (1977), Cardoso de Mello (1982), Tavares (1985); especialmente capítulo 3, item 3.1.

tentar a sorte com o algodão, pois a importância dessa cultura crescia tanto na pauta das exportações como na própria demanda interna, como consequências da I Guerra Mundial.¹²

O fazendeiro poderia, ainda, aventurar-se como empreendedor imobiliário, parcelando e loteando as terras que possuía como reserva de capital. Evidentemente já não era possível vender grandes superfícies de terra; porém, não faltavam compradores de parcelas mais modestas (Monbeig, 1998): quase todos ex-colonos, trabalhadores nacionais e estrangeiros que muito sacrificadamente acumularam uma poupança, e estavam dispostos a liquidá-la em troca de um lote de terra virgem.

Fica bastante claro que, mormente depois de 1929, o café deixa de ser hegemônico na paisagem paulista, seja em decorrência das sérias restrições ao plantio, impostas pela legislação cafeeira, seja como decorrência de uma crescente expansão industrial, que pressionava então pela diversificação na produção de matérias-primas (Cano, 1977; Tavares, 1985).

Assim, na frente pioneira posterior a 1929, a plantação de café não conhece a monocultura. Seja porque ela é por demais dispendiosa para o grande proprietário, que está mais empenhado em recuperar suas finanças combalidas, e prefere, pois, investir, ainda que parcialmente, em culturas de retorno mais rápido, ou ainda, arrendar parte de suas terras para pequenos sitiantes; seja porque estes últimos não contam com capital e mão-de-obra suficientes para cobrirem suas terras inteiramente de cafeeiros (Monbeig, 1998: 271).

¹² A demanda externa pelo algodão brasileiro aumentou significativamente durante a I Guerra Mundial, contribuindo para tal, especialmente Alemanha e Japão, esse último grande investidor, que enviou mão-de-obra para o plantio e colheita, capitais para montagem de casas de comércio e navios para o transporte. (Monbeig, 1998). Por seu turno, o aumento da demanda interna se deve ao surto industrial assistido nesse período, decorrente, em larga medida, do encarecimento das importações durante a guerra. (Tavares, 1985).

Nessa nova fase de expansão, outro elemento importante na compreensão do traçado e da estruturação da franja pioneira é a ferrovia, cuja participação no processo de expansão e consolidação das atividades econômicas e do próprio povoamento dão um salto qualitativo notável (Matos, 1974; Debes, 1968).

“São, pois, as cidades ‘imediatamente interessadas’ que se movimentam para a realização de suas estradas de ferro (...) Seus incorporadores (...) eram todos abridores e proprietários de fazendas (...) tinham, pois, ali, os seus interesses e naturalmente tudo faziam para o progresso da estrada de ferro” (Matos, 1974: 67).

Se, de certa forma, até 1929 a urbanização paulista se desenhou eminentemente como uma “urbanização cafeeira”, em que a malha urbana se expressava basicamente como “rebatimento” da dinâmica cafeeira no plano da produção social do espaço, já no momento imediatamente posterior à crise, a conformação da rede urbana paulista se encontrava bastante autonomizada da dinâmica do café (Gonçalves, 1998).

É justamente nesse momento que a ferrovia ganha novo papel no processo de expansão econômica e urbana no interior do Estado, plantando uma rede urbana densa e articulada:

“Ao avançar celeremente adiantando-se ao café, a ferrovia passou a abrir ela mesma o território e necessitou lançar mão de elementos novos, de que no início não precisou. Ao estruturar-se o complexo econômico cafeeiro no Centro-Leste, a ferrovia limitou-se a articular um território previamente organizado em fazendas e cidades, ligados por caminhos em melhor ou pior estado de conservação. Já no Oeste Pioneiro, avançando sobre a floresta, a ferrovia precisou estruturar a ocupação do território; (...) necessitou, portanto, transformar a terra em propriedade onde quer que isso ainda não tivesse ocorrido”. (idem, ibidem: 180).

Isso significa dizer que, a expansão da ferrovia em direção ao Oeste Pioneiro, adiantando-se ao café e estruturando uma rede urbana nascente, bem como disciplinando a ocupação do território, fez-se em estreita associação com o capital imobiliário, garantindo o povoamento e criando as condições necessárias para que o sertão paulista viesse a se tornar

um centro produtor e distribuidor de gêneros alimentícios, voltados tanto para o abastecimento interno quanto para exportação (*idem, ibidem*).

Nesse sentido, a associação entre ferrovia e capital imobiliário é de mútua dependência: para o capital imobiliário se tratava de viabilizar uma infra-estrutura mínima de transportes que pudesse garantir o escoamento da produção e o deslocamento de pessoas, e para a empresa ferroviária se tratava da garantia de demanda por serviços de transporte de carga e passageiros, os quais, obviamente, surgiriam à medida que o povoamento alcançasse e se fixasse nas áreas pioneiras (Matos, 1974; Monbeig, 1998; Gonçalves, 1998).

A “realização” dessa aliança entre ferrovia e capital imobiliário era coroada com a fundação dos “patrimônios”, núcleos urbanos embrionários que permitiam à população fixada nos loteamentos rurais do entorno gozar de alguma comodidade oferecida por um núcleo comercial rudimentar, bem como permitia à empresa ferroviária contar com um centro urbano de apoio (ainda que modesto) às suas atividades operacionais.

Corroborando essa associação, informa-nos Monbeig: *“a via férrea progride aos saltos, tendo por ponto terminal, durante três ou quatro anos, um centro urbano importante, uma boca de sertão; durante esse período forma-se mais para diante um novo foco de densidade, nasce e se desenvolve uma pequena cidade pioneira. E é somente quando a companhia de estrada de ferro está segura de encontrar frete e viajante que ela se decide a levar os trilhos até a cidade pioneira, que de chofre recebe como que uma chicotada: os terrenos valorizam-se, desenvolve-se o comércio e todos os dias chegam novos desbravadores”* (apud Matos, 1974:115).

O patrimônio, como condição para a viabilização de loteamentos rurais, tem papel deveras importante na organização do espaço e na orientação do povoamento, e de um ponto de vista mais geral, a prolífica rede urbana do Oeste Paulista deve sua estrutura a essas formações urbanas embrionárias (Gonçalves, 1998).

A fisionomia dos patrimônios é descrita por Monbeig como bastante semelhantes entre si:

“todos têm o mesmo aspecto: casas de madeira com tetos de telhas vermelhas guarnecem de uma fila hesitante uma rua principal, a estrada quase sempre sem esgotos nem calçadas. Às vezes algumas ruas perpendiculares põem à vista da artéria central cafezais e campos de algodão. Uma grande praça ajardinada, grande demais para um corpo tão franzino, reúne a capela, uma cruz, uma escola e algumas raras casas de tijolos. O que se vê melhor é o posto de gasolina do mecânico com brilhantes propagandas que sobressaem do cinzento do conjunto. Assim, o pequeno patrimônio é sempre um local de abastecimento para o caminhoneiro, e ao mesmo tempo, um centro comercial. Suas poucas lojas provêm a maior parte dos produtos necessários aos sitiantes, para seu trabalho, sua alimentação e seu vestuário. O quadro será completo ao acrescentar-se-lhe uma serraria, algumas máquinas de descaroçar algodão, descascar arroz e despolpar café. Elas recebem a produção dos sitiantes vizinhos e constituem a principal função comercial do patrimônio. Os pequenos agricultores exprimem isso claramente quando falam de ‘ir ao comércio’ para dizer que vão ao patrimônio. Eles aí vão sobretudo aos sábados, uns a pé, outros a cavalo, e muitos amontoados num caminhão. Nos outros dias a grande rua é animada pelo estrépito dos caminhões carregados de troncos de árvores, de sacos de arroz ou de café passando aos solavancos sobre os buracos de uma estrada precária. A maior parte passa sem descarregar, mas seu vai-e-vem incessante, e o tráfego puramente local daqueles que abastecem as pequenas máquinas de despolpamento, mantém uma atividade constante nesses patrimônios” (apud Gonçalves, 1998:234).

A descrição acima é uma preciosa fotografia da dinâmica econômica, social e urbana das “zonas novas”, que corrobora em alto grau os diferenciais socioeconômicos da ocupação do Oeste Pioneiro. A frente pioneira paulista avança com maior intensidade num momento em que a acumulação capitalista no Estado, possível fundamentalmente graças ao café, encontra-se em patamares bastante elevados, bem como num contexto nacional e internacional propício à inversão industrial, de modo que, na porção mais oeste do Estado o processo de incorporação capitalista se faz tanto através da expansão de culturas exportáveis e de manutenção, quanto através de uma industrialização, ainda que rudimentar (Cano, 1977; Tavares, 1985).

A dinâmica dos centros urbanos da franja pioneira é reveladora dessa conjunção entre capitais agrários, comerciais e industriais, gérmen da agroindústria que irá marcar a dinâmica econômica do Oeste Paulista nas décadas seguintes: nas imediações de um comércio rural, entre o cruzeiro e os primeiros lotes da gleba recém retalhada surgem as primeiras beneficiadoras de café, arroz, algodão e também as primeiras fábricas de processamento de óleos e fibras.

“A ocupação das novas regiões, assim como a consolidação da ocupação das áreas do Oeste já povoadas, acelerava a produção agrária diversa do café e contribuía para o desenvolvimento da produção industrial ao oferecer matéria-prima para a indústria que se iniciava: tecidos de algodão, óleos vegetais, sabão, carne, etc. Em suma, a produção se diversificava, o trabalho social se tornava mais complexo e a divisão social do trabalho se aprofundava” (Monbeig, 1998:191).

Recuando um pouco na análise é interessante observar que a expansão cafeeira ocorrida até a crise de 1929 representou a afirmação do Oeste de São Paulo como área mais expressiva de produção cafeeira do Estado. Aproximadamente 33% do café paulista nesse período era originário das “áreas novas”, uma produção equivalente a do estado de Minas Gerais, o segundo maior produtor do país nesse momento (Camargo, 1981; Vasconcelos, 1992:18).

Isso significa dizer que, as zonas novas entre 1920 e 1930, dispunham de toda a infra-estrutura gerada e requerida pelo café, o que veio a se configurar como fator determinante para o “boom” da lavoura algodoeira entre os anos 1930/40 e a precipitação, quase concomitante, de uma industrialização calcada no processamento de gêneros agrícolas.

Efetivamente, a expansão algodoeira no Oeste de São Paulo se deu em razão de alguns determinantes principais, basicamente o aumento de seu preço relativo face ao café.

Isso ocorreu num contexto de aumento da demanda externa, que se inscreve em um cenário de expansão do capitalismo internacional; de outro lado, por ser uma cultura temporária, o algodão pode ser cultivado em paralelo com o café novo, ou mesmo como cultura substituta, utilizando toda a infra-estrutura inerente ao complexo cafeeiro (Cano, 1977; Vasconcelos, 1992).

O sucesso da lavoura algodoeira nas terras do Oeste Pioneiro, assim como (embora mais secundariamente) das lavouras de arroz e feijão relaciona-se muito sensivelmente às crescentes demandas das populações urbanas, sobretudo nas áreas mais antigas; em que pese nessas a expressiva complexificação das atividades industriais e de serviços, concomitante a uma diminuição do peso do setor primário na atividade econômica dessas regiões (principalmente a capital do Estado). Destaca-se também, ainda que em menor escala, a demanda gerada nas zonas novas, onde a abertura acelerada de patrimônios ia plantando pequenos núcleos urbanos, cujo desenvolvimento pressionava crescentemente por maior oferta de gêneros alimentícios (Tartaglia & Oliveira, 1988; Monbeig, 1998).

“Foi a partir de 1930 que o arroz começou a aparecer (...) nas lavouras plantadas depois das derrubadas. (...) Esse sucesso deve ser atribuído, essencialmente, à alta dos preços, consequência do consumo crescente relacionado com o abastecimento das populações urbanas e com o aumento das exportações (...) Assim, de cultura de manutenção o arroz tornou-se, pelo menos em parte, uma cultura comercial” (Monbeig, 1998:251).

De fato, como mostra a tabela 1, embora o café tenha nitidamente aumentado de importância no Oeste Paulista durante o período analisado, este nunca chegou a ser “hegemônico” como nas áreas mais antigas (porção Leste do Estado). Já em 1936/1938 café e algodão praticamente se equivalem em termos de área cultivada e volume da produção; o mesmo pode ser dito da lavoura do milho que cresce paulatinamente em

importância durante todo o período. Destacada significação econômica, como podemos notar, tem o arroz, que em fins da década de 1930 concentra, na região Oeste, mais de 50% do total da produção do Estado.

Isso endossa, mais uma vez, a coexistência de variadas culturas na pauta produtiva das regiões do Oeste Pioneiro, onde desde os primórdios de sua ocupação se impõe sobre a monocultura de exportação a policultura de abastecimento.

Tabela 1:

Participação Relativa (%) na Área Cultivada e na Quantidade Produzida no Estado de São Paulo: principais produtos agrícolas

Oeste Paulista

1920-1938

Produtos Agrícolas	1920		1931/1933		1936/1938	
	Área	Quant.	Área	Quant.	Área	Quant.
Café	8,4	5,4	32,9	29,2	34,6	38,8
Algodão	13,2	13,2	14,3	14,5	33,5	35,2
Arroz	33,4	34,4	39,3	40,8	46,4	50,9
Feijão	20,2	20,1	27,7	30,8	27,8	28,6
Milho	18,9	18,8	17,7	28,5	30,5	33,4

Fonte: Elaborado a partir de Vasconcelos, 1992: 21.

Portanto, é fundamental atentar-se para a complexidade da atividade econômica no Oeste Pioneiro: tanto na *plantation* quanto no modesto sítio a diversificação das culturas é traço marcante do processo de desenvolvimento econômico. Isto significa dizer que a produção para o abastecimento interno, além de anterior à própria expansão do complexo

cafeeiro fez-se nas terras do Oeste, ao longo da expansão da cafeicultura, de forma autônoma desta, e não raras vezes lhe rivalizando em importância (*idem, ibidem*).

Ou seja, mesmo nos períodos de alta do café e, evidentemente, comportando diferentes níveis de oscilações, conforme as condições do mercado, o Oeste Pioneiro não prescindiu de sua “função” de gerador do abastecimento interno, atividade essa que sobreviveu, inclusive, à crescente industrialização desencadeada na região, mormente depois da década de 1940.

De fato, Cano (1977) analisa que “... a expansão diversificada da agricultura paulista não ocorria, apenas, em função das crises cafeeiras. Como se viu, ela ocorre tanto nas crises como nas fases de expansão do café, e isso se deve, (...) pela crescente independência que a agricultura (...) [não] cafeeira vai adquirindo à medida que o mercado urbano se expandiu” (p.80).

Não é de se subestimar, portanto, a significativa importância que a lavoura algodoeira ganha no cenário de ocupação e desenvolvimento do sertão paulista; seja porque assegurou a continuidade da expansão capitalista onde a cafeicultura não podia fazê-lo, seja porque gerou as bases de acumulação que tornaram possível a industrialização.

Como bem o mostra Vasconcelos, “ao longo da década de trinta, o ritmo do processo de recuperação econômica da crise cafeeira foi marcadamente influenciado (...) pela expansão do cultivo e da produção algodoeira. Os efeitos desse fenômeno sobre a dinâmica econômica do Brasil e de São Paulo foram extensos e profundos. De um lado as exportações de algodão conseguiam recuperar em parte o nível das exportações que sofrera violenta queda a partir de 1929 em função da depressão cafeeira. De outro, a expansão algodoeira gerava impactos diretos sobre o ritmo do processo de industrialização e da urbanização em curso no estado de São Paulo.” (1992:19).

Nesse sentido, Monbeig (1998) indica como as cifras referentes à produção paulista (capitaneada pelos municípios das zonas novas) são significativas da marcha do algodão, a partir de 1930: a safra paulista de 1931 foi de 10.000 toneladas, a de 1946 salta para 446.693 toneladas, e a safra de 1939-40 atinge a magnitude de 740.000 toneladas.

Nesse ínterim, entre 1920 e 1940, a população do Oeste saltou de 474.700 habitantes para 1.660.434 habitantes¹³, refletindo, pois, esse contexto de forte dinamização das atividades econômicas, conforme pode ser visualizado no mapa 1.2, que demonstra o adensamento da malha urbana e o crescimento da população do Estado de São Paulo, com particular intensidade na região Oeste.

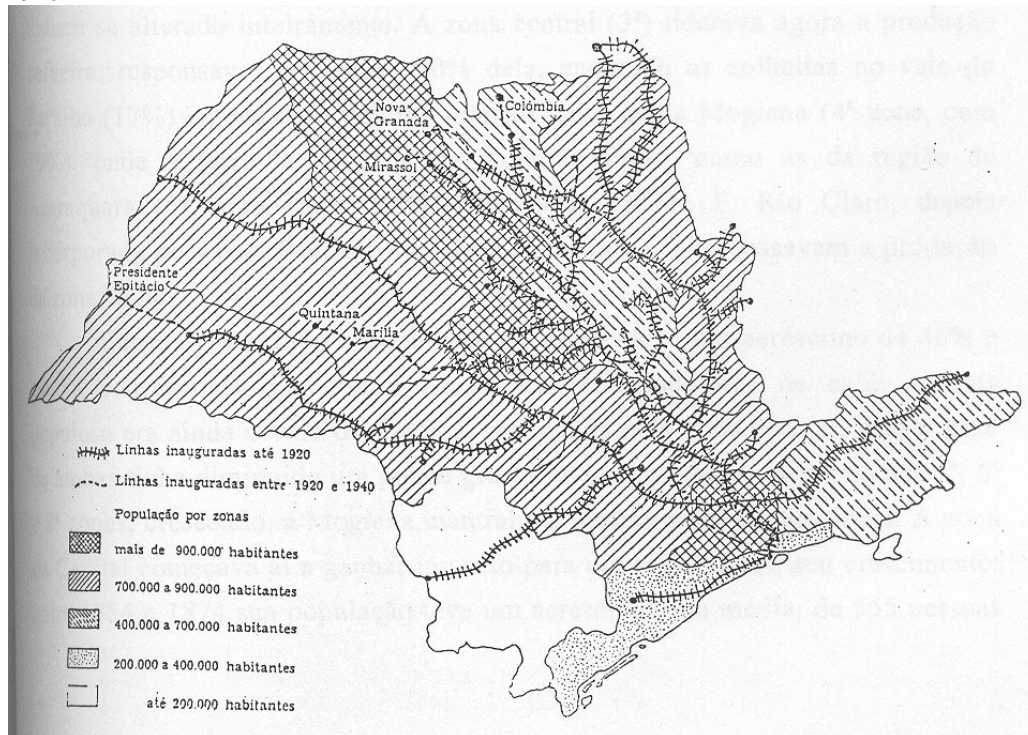
Nesse contexto, a evolução da população da região Oeste do Estado, entre 1920 e 1940, mostra que em apenas 20 anos a participação da população do Oeste no total da população estadual passou de 10,34% para 23,12%.

Só na área de influência de São José do Rio Preto¹⁴, a população passou de 263.292 habitantes, em 1920, para 618.520, em 1940, representando 5,73% e 8,61% da população estadual, respectivamente.

¹³ Fundação IBGE, Censo Demográfico -1920; calculado a partir de Vasconcelos, 1992, p.33, 40, 45, 50.

¹⁴ Refere-se ao próprio município de São José do Rio Preto e aos seus desmembramentos. Para 1920 contabilizou-se a população dos seguintes municípios: São José do Rio Preto (1894), Santa Adélia (1916), Novo Horizonte (1916), Catanduva (1917), Olímpia (1917), Itajobi (1918), Ariranha (1918) e Tabapuã (1919). Para 1940 acrescentaram-se ao primeiros: Ibirá (1921), Tanabi (1924), Monte Aprazível (1924), Mirassolândia (1924), Pindorama (1925), Potirendaba (1925), Nova Granada (1925), Uchoa (1925), José Bonifácio (1926), Urupês (1928), Cedral (1929), Palestina (1936), Paulo de Faria (1938). (cf SEADE, 1981; Vasconcelos, 1992:32).

Mapa 1.2:
População e Estradas de Ferro
Estado de São Paulo
1940



Fonte: Gonçalves, 1998:159.

No tocante à performance econômica da região Oeste, vale dizer que, embora a febre do “ouro branco” tenha atingido todo o Estado de São Paulo, os maiores centros produtores estavam localizados justamente nas zonas novas.

Segundo Monbeig, “*para o plantio do ano agrícola de 1945-46, as compras de sementes mais importantes foram feitas pelos municípios de Presidente Prudente, Marília, Pompéia, Rancharia, Tupã, Guararapes e Valparaíso*”. (1998: 280).

Ainda, segundo esse autor, a região ao norte do rio Tietê, compreendendo a zona de Olímpia até São José do Rio Preto, respondeu por cerca de 12,7% de toda a produção do Estado de São Paulo em 1945, sendo as aquisições dos municípios de Tanabi, Monte

Aprazível e Nhandeara (esse último município pertencente à região de polarização de Votuporanga) igualmente significativas nesse mesmo período.

Aliás, de acordo com Monbeig (1998), durante a década de 1940 a produção de algodão da região de Votuporanga chegou a rivalizar em importância com a produção de grandes centros na porção Leste do Estado, a exemplo de Campinas.

Destarte, não por acaso, é justamente em 1944 que o patrimônio de Votuporanga, fundado em fins da década de 1930 é elevado a município, devendo-se destacar ainda que, nesse mesmo ano, a Estrada de Ferro de Araraquara (Araraquarense) prolongou seus trilhos até Votuporanga.

Enfim, tornada “boca de sertão”, a pequena cidadezinha pioneira atesta, através da chegada dos trilhos do trem, sua pujança econômica, então altamente tributária da lavoura algodoeira.

1.3 Perseguindo as “brisas suaves” do sertão paulista: origens da formação histórica do município de Votuporanga.¹⁵

1.3.1 A fundação do patrimônio.

“Foi principalmente quando os trens entraram em serviço até Votuporanga (1944) que se intensificou a publicidade e aumentou a venda das terras neste resto de sertão. A iminência da chegada dos trilhos e o conhecimento do seu traçado foram aqui os elementos decisivos” (Monbeig, 1998:229).

Votuporanga foi uma cidade que surgiu, como tantas cidades da franja pioneira do sertão paulista, na esteira do avanço da ferrovia, avanço esse, por sua vez, atrelado ao movimento de expansão do café e do algodão e pela expansão do mercado imobiliário, através de loteamentos rurais.

Nesse sentido, Votuporanga é um caso exemplar de cidade que surge no interior de São Paulo sob a égide da economia cafeeira, porém relativamente autonomizada desta. A formação nuclear do município, o patrimônio, estrutura-se antes mesmo da chegada do café, no encalço da expansão imobiliária, que traz consigo o avanço da ferrovia e conseqüentemente uma maior dinamização econômica, social e demográfica desse resto de sertão (Monbeig, 1998; Gonçalves, 1998; Peichoto, 2001).

Aliás, as cidades que se formam ao longo do traçado da Araraquarense trazem implícita essa marca diferencial da urbanização do sertão paulista: juntamente com a Noroeste, a Estrada de Ferro de Araraquara (Araraquarense) foi deliberadamente criada, ainda nos anos de 1910, para ligar o Estado de São Paulo aos estados vizinhos,

¹⁵ Votuporanga é um topônimo tupi que significa “bons ventos”, “bons ares”. Por essa razão Votuporanga é também conhecida popularmente como cidade das “brisas suaves”.

particularmente Minas Gerais e Mato Grosso, “reciclando” os antigos caminhos dos tropeiros e estabelecendo os primeiros nexos de uma economia regional no interior do Estado (Monbeig, 1998; Gonçalves, 1998).

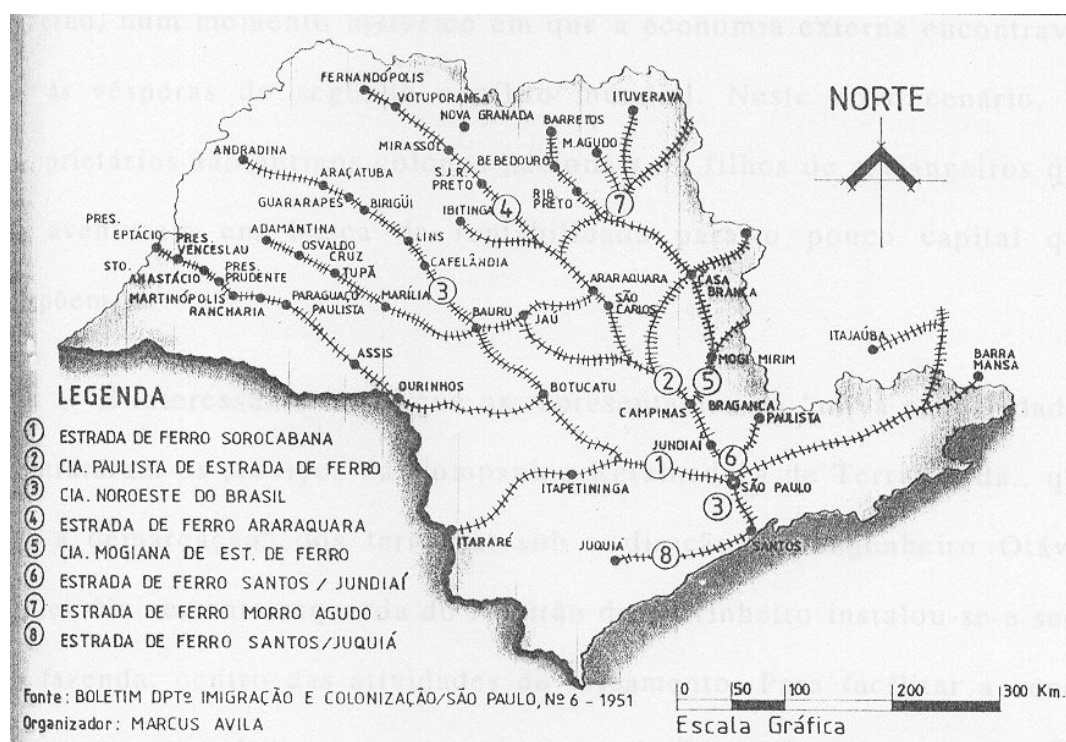
Contrariamente às companhias como a Paulista e a Mogiana, cujo traçado e desenvolvimento percorrem o curso do café para lhe dar suporte, a Araraquarense abre os caminhos do sertão operando numa lógica de racionalização do escoamento de uma produção agrícola regional diversificada, destinada primordialmente ao abastecimento interno, conforme pode ser visualizado no mapa 2 (Matos, 1974; Gonçalves, 1998).

Mapa 2.

Malha Ferroviária Paulista

Estado de São Paulo

1950



Fonte: Peichoto, 2001:49.

Desse modo, o avanço da Araraquarense em direção aos últimos rincões da fronteira agrícola paulista se fez em estreita associação com o capital imobiliário, que plantava núcleos urbanos ao longo do traçado das antigas rotas de abastecimento, como forma de viabilizar a comercialização de terras, promovendo, assim, uma ocupação que interessava à empresa ferroviária: levas de povoadores, praticamente todos ex-colonos, atraídos pela possibilidade de enriquecimento com as culturas do café e do algodão (Matos, 1974; Gonçalves, 1998, Monbeig, 1998).

É, portanto, fundamental a presença do capital imobiliário na formação da rede urbana do Oeste Paulista (inclusive na constituição do município de Votuporanga), precisamente num momento de acelerada reprodução do capital financeiro:

“Assim, ao bafejo da crise assentara-se solidamente a finança estrangeira na economia cafeeira do Brasil. Não se limitou ela às funções comerciais pura e simplesmente. Forneceu fundos aos fazendeiros em dificuldades e se tornou finalmente proprietária de terras. Quando da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, possuía a casa Theodor Wille¹⁶ vastos domínios, reservas florestais, na Alta Araraquarense (...) O movimento pioneiro paulista era cada vez mais um negócio mundial” (Monbeig, 1998:112).

Destarte, inscrita nessa lógica de incorporação capitalista do Oeste Pioneiro (Peichoto, 2001), a fundação do patrimônio de Votuporanga se deu por força da necessidade do capital imobiliário de atrair compradores para o loteamento recém aberto da Fazenda Marinheiro de Cima:

No início do século XX, *“o coronel Francisco Schmidt, o ‘rei do café’ de Ribeirão Preto, cruzou os sertões da margem do Rio Turvo, em direção ao Vale do Rio Grande, atingindo o alto do espigão do Ribeirão do Marinheiro, para ali instalar a sede de uma*

¹⁶ Empresa alemã, de Hamburgo, sediada em Santos e proprietária, na década de 1930, das terras do sertão de São José do Rio Preto; inclusive da gleba “Fazenda Marinheiro de Cima”, que deu origem ao município de Votuporanga. A Theodor Wille foi liquidada pelo governo federal através do Decreto-Lei nº 5.699, de 27 de julho de 1943. (Peichoto, 2001: 40 ; Pontes, 2001: 254).

fazenda, composta de 11.216 alqueires (...). Em 1936, Francisco Schmidt por convenção contratual e em saldo de uma dívida contraída, passou a propriedade da Fazenda Marinheiro, para a firma Theodor Wille, no valor de 720 contos. Após a transação, os representantes da firma adquirente, o barão Guilherme Von Trumbach, e Karl Helwig, resolveram fazer o retalhamento da gleba em pequenos lotes, vendáveis a prestações e a longo prazo por preços razoáveis. A concessionária desse serviço foi a Companhia Retalhadora de Terras¹⁷ (...) que fez a demarcação dos terrenos em retalhamento (...) O plano de loteamento foi acrescido de um importante detalhe: a fundação de um pequeno patrimônio para facilitar a venda das terras” (Revista Comemorativa do Jubileu de Prata de Votuporanga, 1962:10-11).

Fundado às pressas, no intento de se tornar chamariz para o novo loteamento rural da Companhia Theodor Wille, nos confins do alto sertão de Tanabi, o patrimônio de Votuporanga é “inaugurado” cerimoniosamente na manhã de 08 de agosto de 1937, em concorrida solenidade marcada pela celebração de missa campal, faustoso churrasco, apresentação da Banda Musical de Tanaby e animado baile, ao entardecer.

O jornal “A Folha”, de São José do Rio Preto, na edição de 13 de agosto de 1937 assim noticia a fundação do patrimônio de Votuporanga:

“No domingo passado, 8 do corrente (...) fez-se a solemne e festiva inauguração do patrimônio de Votuporanga no município de Tanaby, comarca de Monte Aprazível (...) À festa compareceram mais de 500 pessoas de Rio Preto, Mirassol, Tanaby, Balsamo, etc, representando a firma proprietária das terras o sr. Dr. Gilberto Sampaio, que, logo após o levantamento do enorme cruzeiro, na praça onde se edificará a igreja, produziu um eloquente discurso. As cerimônias litúrgicas foram executadas pelo rev. Pe Isidoro Cordeiro Paranhos (...) Foi oferecido a todos os presentes um succulento churrasco, abundantemente regado a vinho e cerveja. (...) Todos os actos foram abrilhantados pela Banda Musical de Tanaby. À noite houve animado ‘cateretê’, em que tomaram parte destros dançadores e afamados violeiros da região. E assim correram cordealmente (...) as festas inauguraes de Votuporanga, destinada a tornar-se, dentro de poucos annos, uma florescente cidade da Alta Araraquarense” (Revista Comemorativa do Jubileu de Prata de Votuporanga, 1962:14-15).

¹⁷ A Companhia Retalhadora de Terras, também referenciada na documentação pesquisada como “Empreza Paulista de Retalhar Terras” (Revista Comemorativa do Jubileu de Prata, 1962: 13) era uma companhia subsidiária da firma Theodor Wille, encarregada do loteamento e comercialização de terras de propriedade da Theodor Wille.



1937. Aspecto da festividade de inauguração do Patrimônio de Votuporanga.

Fonte: Acervo Foto Votuporanga.

Por ocasião dos preparativos da inauguração do patrimônio se fez a escolha do nome do nascente povoado; assim, reproduzindo a tendência em voga de se batizar os lugares novos com topônimos tupis (Monbeig, 1998:132) a escolha da denominação do patrimônio pretendeu também, num arroubo erudito, referenciar as origens indígenas da ocupação daquele território¹⁸:

“Germano Hobach, primeiro adquirente de lotes do lugar, solicitou o concurso de Sebastião Almeida Oliveira, tabelião da cidade de Tanabi e um dos mais cultos homens daquela região para a escolha do topônimo. Sabedor da existência de uma denominação indígena em certo local da própria gleba, usado pelos selvícolas como lugar predileto para o descanso, e que tinha o nome tupi de Votuporanga, Sebastião Almeida Oliveira sugeriu a idéia de tal topônimo, que foi aceito com agrado geral. O nome Votuporanga tinha o expressivo significado na língua dos aborígenes de ‘bons ventos’ e por extensão ‘bons ares’” (Revista Comemorativa do Jubileu de Prata de Votuporanga, 1962: 11).

¹⁸ Os índios caiapós habitaram até meados do século XIX (quando passaram a ser dizimados pelo avanço da ocupação branca) o vale do Rio Grande; vestígios de sua presença, tais como machados de pedra, fragmentos de igaçaba e restos de cerâmica foram encontrados nas imediações do atual município de Cosmorama, na região de Votuporanga. (cf Revista Comemorativa do Jubileu de Prata de Votuporanga, 1962:7; Monbeig, 1998).



1937. Aspecto da Rua Amazonas (primeiro arruamento do povoado), vendo-se ao fundo a primeira casa do patrimônio recém aberto.

Fonte: Pontes, J.C. Votuporanga, as raízes e a saga de um povo. Fatos e pessoas que fizeram a história da Cidade, com verbetes de A a Z. São José do Rio Preto, Real, 2001 (p. 37).

O surgimento do patrimônio, em 1937, ocorreu praticamente ao mesmo tempo em que a Araraquarense retomava a expansão de seus trilhos; fator decisivo para o seu rápido desenvolvimento urbano e para sua emergência, nas décadas seguintes, como centro econômico regional:

“O governo do Estado só retomou a construção da estrada de ferro [Araraquarense] em 1935 e adotou um traçado diferente, colocando os trilhos entre São José dos Dourados e o Rio Turvo, na direção de Porto Getúlio Vargas. Imediatamente multiplicaram-se os loteamentos além de Tanabi, em Cosmorama, em Votuporanga (fundada em 1937) e, em seguida, em Fernandópolis, em Estrela do Oeste e Vila Jales” (Monbeig, 1998: 229).

A expansão da Araraquarense na direção de Votuporanga terminou por delegar ao patrimônio nascente um conjunto de funções urbanas que foram essenciais para a rápida

urbanização do município, e sua precoce transformação em centro econômico, urbano e populacional regional.

Nesse ínterim, o desenvolvimento do patrimônio foi bastante acelerado nos anos subseqüentes, pois coincidindo sua abertura com a retomada da expansão dos trilhos da Araraquarense, havia grande expectativa do prolongamento dos trilhos até a nova “boca de sertão”, o que atraía compradores para as terras da Theodor Wille e povoadores para o distrito de Monteiro¹⁹, no alto sertão de Tanabi:

“A agitação dos desbravadores e dos pioneiros era febricitante. As casas de tábuas e madeira ou de pau a pique, colmeadas de sapé, construídas na pressa da conquista, nasciam por todos os lados (...) Aventureiros, grileiros, comerciantes e homens de bem. Toda espécie de homens dos contingentes migratórios, impelidos pelos ventos alíseos da ambição, buscando a sorte do enriquecimento uns, e outros fazendo o solo dos lares de seus filhos...” (Revista Comemorativa do Jubileu de Prata de Votuporanga, 1962:19).



¹⁹ O município de Tanabi, emancipado em 1924 de São José do Rio Preto, compunha-se na década de 1930 de quatro distritos: Américo de Campos, Cosmorama, Tanabi e Monteiro. Esse último compreendia uma extensa área envolvendo aproximadamente os atuais municípios de Votuporanga e Fernandópolis, ambos desmembrados de Tanabi em 1944. (cf SEADE, 1981; Monbeig, 1998).

1939. Largo da Matriz (atual Praça Fernando Costa), com o Cruzeiro em primeiro plano, e ao fundo as primeiras casas comerciais do Patrimônio.

Fonte: Pontes, J.C. *Votuporanga, as raízes e a saga de um povo*. Fatos e pessoas que fizeram a história da Cidade, com verbetes de A a Z. São José do Rio Preto: Real, 2001 (p.184).

Apenas três anos depois da abertura do novo patrimônio, o afluxo de pessoas para a região já era bastante significativo. Destarte, em razão do aumento da população do sertão de Tanabi, e particularmente do distrito de Monteiro, surgiu a necessidade da instalação no patrimônio de Votuporanga de um cartório de Registro de Pessoas Naturais.

Foi então instalado o novo Cartório de Paz no patrimônio, conforme Decreto 11.054, do Governo do Estado, exarado em 24/04/1940, tornando-se Votuporanga a 2ª Zona Distrital de Monteiro, município de Tanabi. (Revista Comemorativa do Jubileu de Prata, 1962: 23).

Através do decreto-lei nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, a 2ª Zona Distrital de Monteiro (Votuporanga), é elevada a município, sendo instalada a Comarca de Votuporanga em 13/06/1945 (Revista Comemorativa do Jubileu de Prata de Votuporanga, 1962:35; Peichoto, 2001: 46).

Quadro 01:

Desmembramento de Municípios

Município de Votuporanga

1944-1991

Araraquara (1832) → Jaboticabal (1867) → São José do Rio Preto (1894) →
→ Tanabi (1924) → Votuporanga (1944) → Álvares Florence (1948)
Cardoso (1948)
Valentim Gentil (1948)
Parisi (1991)

Fonte: SEADE, 1981, Informe Demográfico nº 01; Informações dos Municípios Paulistas (2004).

Em 1940, o município de Tanabi contava com uma população de 52.377 habitantes, contabilizando só o distrito de Monteiro (o mais populoso) 21.828 habitantes, concentrando cerca de 42% da população do município (Censo Demográfico -1940).

Em 1944, Votuporanga se desmembra do distrito de Monteiro, município de Tanabi; sete anos depois da fundação do patrimônio, Votuporanga se torna município, contando no ano de sua emancipação (1944) com uma população de aproximadamente 16.787 habitantes²⁰, a imensa maioria desta residindo no meio rural.

O jornal “Oeste Paulista”²¹, em edição datada de 08 de janeiro de 1945, assim noticia a emancipação do município de Votuporanga:

“Enfim, raiou o sol da liberdade. Votuporanga, a ‘Caçula do Oeste Paulista’ é hoje, para todos os efeitos, cidade. Cidade administrativamente e judiciária. E foi o 30 de novembro de 1944, que como o clarim ao ressoar, anunciava, que o despertar da aurora de 1945 raiaria o ‘sol da liberdade’. (...) esse dia exuberante será a data inesquecível na história de Votuporanga, pois ela veio marcar o início de uma nova aurora e o acontecimento mais importante desenrolado na vida política da ‘cidade menina’” (“Oeste Paulista”, 08/01/1945).

A velocidade da emancipação do município nos fornece uma idéia do quão intensa era a dinâmica econômica, social, política e demográfica da franja pioneira; nos limites da

²⁰ A estimativa do total da população de Votuporanga para o ano de 1944 foi obtida projetando-se a população da 2ª Zona Distrital de Monteiro (Votuporanga) no ano de 1943 (que contabilizava 16.000 pessoas: 2.500 na área urbana e 13.500 na área rural; segundo documentação dos Arquivos da Prefeitura Municipal de Votuporanga) (*apud* Costa, 1955:12) para o ano seguinte (1944), com base na taxa de crescimento geométrico da população, calculada para o período 1943-1950. Utilizou-se para o ano de 1950 a informação censitária, que acusava uma população total de 22.433 habitantes no município (*apud* Censo Demográfico, 1950).

²¹ O jornal “Oeste Paulista”, sediado em Votuporanga, entra em circulação em janeiro de 1945, adotando uma posição política crítica. Este jornal foi fundado por Felizardo Calil (jovem advogado do município) com a sustentação financeira de Ganot Chateaubriand (irmão de Assis Chateaubriand), que morava no município de Tanabi, onde possuía um cartório. (Pontes, 2001: 191).

fronteira agrícola paulista despontava a “flor do sertão”²²: pipocavam casas simples no meio de clareiras recém abertas, surgiam modestos estabelecimentos comerciais, a cidadezinha ganhava forma e funções urbanas; enfim, emergia toda uma vida social marcada por conflitos na apropriação física e simbólica do espaço, na disposição sobre seu uso e na vigilância sobre aqueles que lhe ocupam.

O excerto de um editorial de Marcelino Brandão, jornalista e diretor do “Oeste Paulista”, na edição de 27 de julho de 1947, é reveladora dos conflitos que se esboçavam na jovem sociedade votuporanguense:

“Atualmente Votuporanga está infestada de desocupados, bêbados, vadios, cafajestes de toda espécie e meretrizes. Alguns dos nossos hotéis, mesmo localizados no centro da cidade estão lotados de prostitutas, assim transformados em verdadeiros cabarés. Certas casas familiares e restaurantes são hoje tornados perfeitos ‘rende vous’ (...) Torna-se necessário uma medida rigorosa e urgente por parte de nossas autoridades policiais a fim de moralizar essa questão. Obrigar todos os proprietários de hotéis a usar fichário e proibir terminantemente a estadia de meretrizes ou pessoas suspeitas, de identidade duvidosa”. (Marcelino Brandão, “Oeste Paulista”, 27/07/1947).

²² Expressão recorrentemente encontrada na imprensa do período para se referir ao município de Votuporanga. (veja-se especialmente “Oeste Paulista”, 1945-47).



Década de 1940. Flagrante da movimentação popular no centro comercial da cidade: rua Goiás, esquina com a Amazonas (arruamentos originais).

Fonte: Acervo Foto Votuporanga.



Década de 1940. Jardineiras estacionadas defronte ao Cine Paramount (1940), centro cultural da cidade, em cujas salas (as poltronas eram removíveis) aconteciam as reuniões do Aero-Clube (1942), bailes e festas dançantes.

Fonte: Acervo Foto Votuporanga.

De fato, o afluxo de pessoas era bastante intenso nesse pedaço de sertão, o que além de trazer toda uma gama dos mais variados tipos humanos para a cidadezinha pioneira, impunha-lhe um problema deveras sensível: dada a assistemática do transporte rodoviário e a incapacidade de suportar toda a demanda por transporte de pessoas e mercadorias que recaía sobre o sistema ferroviário, surgiam enormes dificuldades ao deslocamento para a população ali fixada (Monbeig, 1998).

Conseqüentemente, a qualidade do serviço de transporte (mormente o rodoviário) era muito precária, já que se somavam à ausência de regulamentação e à escassez da oferta, os escrúpulos duvidosos de empresários do ramo, que praticavam preços abusivos e prestavam um serviço muito irregular (“Oeste Paulista”, 1947-48).

Um retrato privilegiado dessa situação nos é fornecido pela publicação de um abaixo-assinado de moradores de Vila Jales (município de Fernandópolis), protestando contra os maus serviços da empresa “Estrela D’Oeste”, na seção livre do “Oeste Paulista”, conforme segue:

“... os abaixo-assinados querem se referir à EMPRESA ESTRELA D’OESTE DE TRANSPORTES COLETIVOS, dos snrs IRMÃOS SALGADO, que explora os serviços de jardineiras (...) Esta Empresa vem menosprezando e malservindo a esta região de maneira acintosa e desonesta. Acobertada com a concessão de linhas de jardineiras (...) que servem à nossa região, não dá ela a mínima atenção aos que precisam de seus serviços. (...) Quando enviam algum carro a Jales é ele tão ruim e desmantelado que rara é a vez que os passageiros não ficam na estrada ou são obrigados a terminar o percurso a pé...” (Oeste Paulista, 27/07/1947).



Década de 1940. Estacionamento de jardineiras em Votuporanga.

Fonte: Pontes, J.C. *Votuporanga, as raízes e a saga de um povo*. Fatos e pessoas que fizeram a história da Cidade, com verbetes de A a Z. São Paulo: Real, 2001, p. 75.

No turbilhão do movimento de colonização da franja pioneira, ficou a população aí fixada à mercê de uma série de constrangimentos, mormente relacionados à inexistência de instâncias públicas de regulamentação e fiscalização da atuação de agentes privados; mas essa população esteve também altamente vulnerável, e foi, vitimizada em alto grau, pela sanha da especulação imobiliária, como tristemente o demonstra o episódio dos “Despejos de Votuporanga”, na década de 1940.

1.3.2. “Os Despejos de Votuporanga”: um episódio de corrupção e grilagem na franja pioneira do noroeste paulista.

A incorporação capitalista do Oeste Pioneiro foi fortemente marcada pela especulação de terras, onde grassou a atuação de quadrilhas de grileiros, que, infiltradas nas instâncias administrativas e jurídicas do Estado, ou com sua condescendência, falsificavam títulos de propriedade e subtraíam de incautos trabalhadores, as terras que muito lhe custaram adquirir (Gonçalves, 1998; Monbeig, 1998; Peichoto, 2001).

Vastas extensões de terras, parcamente ocupadas, conjugadas a um movimento colonizatório fundamentalmente conduzido pela iniciativa privada, deixaram um flanco aberto para atuações inescrupulosas, facilitadas pela inércia do Estado e pela modéstia da população de poucos recursos, que foi atraída pelo forte movimento de expansão da frente pioneira (Chaia, 1980; Peichoto, 2001).



1946. Publicidade de venda de terras em Votuporanga: o comércio imobiliário era uma das mais importantes atividades urbanas do município nesse período.

Fonte: Jornal “Oeste Paulista” (01/09/1946).

Em Votuporanga, o famoso episódio de grilagem nas terras de domínio da Theodor Wille & Cia Ltda, é emblemático da ação violenta, ilegal e criminosa levada a cabo em nome de interesses escusos, pelo capital imobiliário.

A grilagem na região de Votuporanga é antiga, sendo que, a disputa pela propriedade da gleba “Ribeirão do Marinheiro” (parte da qual foi loteada dando origem ao município de Votuporanga), no alto sertão de Tanabi, remonta à década de 1920:

“O espólio de Luiz Januário de Barros promoveu, no ano de 1925, uma ação reivindicatória contra o coronel Francisco de Melo Nogueira, pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de São José do Rio Preto; no ano de 1927, José Vicente Cardoso ingressou nessa causa como oponente, alegando serem suas as terras litigiosas. Através de sentença lavrada em 02 de maio de 1931, conseguiu Vicente Cardoso a procedência de seus artigos de oposição, sendo que, em dezembro desse mesmo ano, Marcílio Escobar e sua mulher, cessionários de todos os direitos de José Vicente Cardoso, promoveram a execução da sentença reivindicatória contra todos os ocupantes da gleba “Ribeirão do Marinheiro”, encerrando a liquidação da posse da gleba em 1934” (“Oeste Paulista”, 11/04/1948; Revista Comemorativa do Jubileu de Prata de Votuporanga, 1962:45-48).

Por volta de 1942, mancomunado com o advogado Ângelo Joaquim Corrêa e com o Juiz de Direito da Comarca de Monte Aprazível, Tancredo Vieira Júnior, o grileiro José Floriano Pereira requer e consegue deferimento de reabertura da instância para (re)executar a supramencionada sentença, contra a firma Theodor Wille e seus sucessores, então proprietários de lotes da “Fazenda Marinheiro de Cima”, pertencente à antiga gleba “Ribeirão do Marinheiro”.

A Theodor Wille opôs embargos à execução da sentença, pois não sendo parte da ação reivindicatória viu-se envolvida num processo que lhe era estranho. O Juiz de Direito da Comarca de Monte Aprazível recebeu os embargos opostos pela Theodor Wille, mas ardilosamente determinou a expedição de mandado de imissão de posse contra os sucessores da Companhia. (*idem, ibidem*).

Os sucessores supramencionados, pequenos proprietários de terras, adquirentes de lotes da Empresa Retalhadora de Terras, subsidiária da Theodor Wille, ingressaram no processo para alegar o aproveitamento, em seu benefício, dos embargos oferecidos pela Theodor Wille; entretanto, foram liminarmente repelidos.

Nesse ínterim, em virtude da entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado das potências aliadas, os bens da Companhia Theodor Wille, firma de origem alemã, foram confiscados pelo governo getulista e entregues a uma comissão liquidante do Banco do Brasil, sob a presidência do Ministro Ataulpho de Paiva (Pontes, 2001:132-136).

Aproveitando-se da confusão gerada pela liquidação da Theodor Wille, através de Decreto-Lei nº 5.649, de 27 de julho de 1943, José Floriano Pereira requereu novamente a expedição de mandado de imissão de posse contra os sucessores desta Companhia, no final do ano de 1944. (*idem, ibidem*).

Para facilitar a execução de seus planos, José Floriano Pereira alegou suposta resistência dos executados contra o cumprimento do mandado, requerendo, assim, a vinda de uma “escolta de capturas” para auxiliar o cumprimento dos “despejos”, o que espalhou grande terror entre a população. Essa situação de violência e coação permitiu a José Floriano firmar acordos com os executados, ou em dinheiro, ou através da emissão de letras

de câmbio em seu favor, exatamente o que lhe interessava. (Revista Comemorativa do Jubileu de Prata, 1962: 45-49).

Ainda em 1944, Felizardo Calil e Ziegler de Paula, advogados dos executados, impetraram ao Tribunal de Justiça um mandado de segurança; no dia 06 de novembro de 1944, os “despejos” foram suspensos por ordem do Exmo Desembargador Theodomiro Dias, presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado. (“Oeste Paulista”, 11/04/1948).

Entretanto, José Floriano e seus testas-de-ferro tentaram executar as letras de câmbio obtidas sob coação junto aos sucessores da Theodor Wille, sendo que algumas dessas ações foram julgadas improcedentes já em primeira e segunda instâncias. (*idem*, *ibidem*).

Nota publicada pelo advogado Felizardo Calil, na “Seção Livre”, da edição de 23 de março de 1947, no jornal “Oeste Paulista”, fornece-nos indícios da dimensão do drama dos “despejos” para os pequenos proprietários vítimas da grilagem, bem como dos meandros do longo processo judicial que os envolveu:

“ OS ‘DESPEJOS DE VOTUPORANGA’

Sob essa epígrafe sempre vimos á presença do publico dar noticia do resultado das ações movidas contra os proprietários urbanos e rurais de Votuporanga.

Mais uma vez, com grande satisfação, aparecemos por estas colunas para anunciar outra grande vitória.

Todos estarão lembrados da ação executiva por cambial que Raimundo Leite, pela comarca de Mirassol, intentou a Germano Donaire Dias. Raimundo Leite foi vencido em Mirassol, e não se conformando com a sentença, apelou da mesma para o Tribunal de Justiça do Estado. Ao seu recurso de apelação foi negado provimento, por unanimidade de votos, como já é do conhecimento publico. Inconformado com essa decisão, Raimundo Leite impetrou contra aquele julgado o recurso de revista. Em sessão do dia 19 do corrente

das Camaras Conjuntas Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado, esse recurso de revista nº 29.035, de Mirassol, foi INDEFERIDO, POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

E' essa mais uma incisiva vitória jurídica do povo votuporanguense contra os malfadados 'grileiros'.

Votuporanga, 20 de março de 1947.

Dr. Felizardo Calil

Advogado dos executados". (apud "Oeste Paulista", 20/03/1947).



1946. Nota dos advogados Felizardo Calil e Ziegler de Paula comunicando mais uma vitória dos proprietários de Votuporanga contra os grileiros.

Fonte: Jornal "Oeste Paulista" (01/09/1946).

Finalmente, depois de muitos avanços e retrocessos, em 15 de setembro de 1947, o Juiz de Direito da Comarca de Votuporanga, Nelson Ferreira Leite, sentenciou como

procedentes os embargos oferecidos pela firma Theodor Wille e seus sucessores, declarando nulas, por ilegitimidade de parte, as ações executivas de José Floriano Pereira. (*idem, ibidem*).

Estava destarte, encerrado o terrível episódio dos “despejos de Votuporanga”. Contudo, ainda que debelada a ação dos grileiros no município recém instalado, contando com uma estrutura pública já em funcionamento (ainda que precário), a grilagem prossegue avançando, emparelhada com a expansão da fronteira agrícola, indo aninhar-se um pouco mais à frente, na próxima boca-de-sertão²³.

1.3.3. Evolução econômica, social e demográfica do município (1940-1970).

Entre as décadas de 1940 e 1950 Votuporanga se consolidou como uma área de importante produção cafeeira e algodoeira; essa última, sobretudo, gestando no município recém-emancipado as condições materiais para sua primeira industrialização, calcada em bases fortemente agroindustriais.

A diversificação da economia agrícola no Oeste Pioneiro, no curso do seu processo de ocupação, foi de fundamental relevância para que a agroindústria aí se instalasse com a rapidez observada, e também para que carresse um acelerado processo de urbanização e de conformação de uma malha urbana bastante densa (Tartaglia & Oliveira, 1988; Vasconcelos, 1992).

²³ Chaia (1980), analisando o processo de colonização da região de Santa Fé do Sul, (área de formação mais recente, que remonta à década de 1950, localizada a Oeste de Votuporanga, no limite noroeste do Estado de São Paulo) menciona a grilagem como um elemento determinante na configuração física e social daquela área, marcada historicamente por conflitos pela posse da terra.

Na verdade, o processo de ocupação do Oeste Pioneiro - articulado que estava aos desdobramentos do complexo cafeeiro – fez-se na conjunção dos capitais agrário, mercantil, imobiliário, ferroviário e industrial.

Efetivamente, segundo Cardoso de Mello (1982), *“o capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil (...) convém pensar num complexo cafeeiro (...) integrado por um núcleo produtivo que inclui as atividades de beneficiamento e por um segmento urbano, que acolhe os serviços de transportes (...) as atividades comerciais (...) e financeiras”* (p. 129)

Nesse contexto, em Votuporanga, desde a fundação do patrimônio, os jovens cafeeiros dos recém criados loteamentos rurais conviveram com o algodão, o milho, o tomate e principalmente o arroz, cultura que teve na região de Votuporanga, sobretudo nos anos 1940-50, destacada significação econômica.

Em 1953, o jornal “Folha da Manhã”, em matéria referente ao 17º aniversário de Votuporanga fornece o seguinte diagnóstico do município:

“No setor agrícola é Votuporanga grande produtora de algodão, arroz, milho e feijão. Exporta bananas e abacaxis para São Paulo e outros estados circunvizinhos. Também a produção de tomates é extraordinária. Atualmente cultiva-se em grande escala o fumo (...) Um outro empreendimento de vulto é a fábrica de manteiga, denominada Sonata. Existem também grandes indústrias, como a fábrica de bebidas Internacional, a fábrica de bebidas São José, fábrica de ladrilhos, de sabão, vassouras, etc, além de usinas de algodão da Sanbra S.A, Anderson Clayton e Matarazzo” (Costa, 1955:191).

O panorama que nos é oferecido pelo excerto acima revela uma cidade em franco crescimento econômico, marcado desde já por uma intensa diversificação de atividades produtivas, comerciais e de prestação de serviços, compreendendo uma gama de estabelecimentos que vão de modestos botequins a uma moderna fábrica de bebidas, equipada com maquinário de origem européia. (Costa, 1955).



1953. Publicidade da “usina de algodão” SANBRA S/A.

Fonte: Jornal “Oeste Paulista” (31/05/1953).

Conforme mostra a tabela 2, observamos ao lado do significativo número de estabelecimentos comerciais, um importante número de beneficiadoras, sendo 14 de arroz, 2 de café e 4 de algodão (“A Gazeta de Votuporanga”, 01/01/1953), destacando-se, portanto, no conjunto dos estabelecimentos industriais, as “usinas” agro-processadoras, algumas das quais pertencentes a grandes grupos internacionais.²⁴

Dos estabelecimentos de prestação de serviços vale mencionar a existência de 2 jornais²⁵ já nos anos 1950, 4 *ateliers* de fotografias e um cinema²⁶ (Cine Votuporanga), com capacidade para 1270 pessoas, inaugurado em 1952.

²⁴ Das quatro beneficiadoras de algodão existentes no município em 1952, duas pertenciam a grupos estrangeiros: uma era de propriedade da Sanbra S/A e a outra da Anderson Clayton. As outras duas restantes pertenciam ao grupo Matarazzo. (Costa, 1955).

²⁵ Já na década de 1940, a cidade dispôs dos jornais “A Voz do Oeste” e “Oeste Paulista”. Nos anos 1950 circularam “A Gazeta de Votuporanga”, “Oeste Paulista” e “A Vanguarda”. (Pontes, 2001).

Tabela 2:

Estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços

Município de Votuporanga

1952

Estabelecimentos	
Beneficiadoras	20
Fábrica de Bebidas	3
Alfaiatarias	11
Açougues	22
Farmácias	16
Postos de Gasolina	11
Empresas de transporte coletivo	7
Oficinas mecânicas	11
Hotéis e Pensões	12
Olarias	18
Tipografias	2
Jornais	2
Sapatarias e selarias	17
Serrarias	1
Barbearia	22
Livrarias	4
Padarias	8
Funilarias	6
Sorveterias	14
Carpintarias	10
Relojoarias	8
Ferrarias	7
Ateliers de Fotógrafos	4
Lavanderias	10
Laticínios	1
Fábricas de Portas de Aços e Vitrôs	1
Tapeçarias	1
Fábrica de Vassouras	2
Fábrica de sabão	1
Fábrica de Macarrão	1
Fábrica de Molas para Autos	1
Curtumes	2
Fábrica de ladrilhos	1
Casas de Tecidos, Armarinhos e Calçados	34
Armazéns, Bares, Mercarias, Cafés e Botequins	136
Casa de Material para Construção	7

²⁶ O primeiro cinema de Votuporanga, o Cine Paramount, foi inaugurado em 1940. Doze anos depois, (1952) seu proprietário, o português Manoel Ramalho Matta, em sociedade com Antonio Curti abre em seu lugar o Cine Votuporanga. (Pontes, 2001).

Casas de Rádio, Geladeiras e Materiais Elétricos	8
Bancos	5
Escolas Rurais	4
Ensino Secundário e Normal	3
Cinema	1
Associações Culturais e Filantrópicas	8
Total	463

Fonte: Agência Municipal de Estatística (1952), *apud* jornal “A Gazeta de Votuporanga” (01/01/1953).

Nesse contexto, papel fundamental para o florescimento econômico de Votuporanga, nos anos 1950, foi desempenhado pela ferrovia; a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro de Araraquara (Araraquarense), em 1944, transformando a cidadezinha pioneira, boca de sertão, em ponta de trilhos, foi decisiva para que rapidamente se instalasse nas imediações da ferrovia um pequeno complexo industrial que terminou por alavancar Votuporanga como centro econômico regional (Monbeig, 1998; Peichoto, 2001).

Assim como a iminência da chegada da ferrovia nas terras do alto sertão de Tanabi, nas proximidades do distrito de Cosmorama acelerou a abertura de patrimônios naquela área, inclusive do patrimônio de Votuporanga, (1937), anos depois, na ocasião do efetivo prolongamento dos trilhos (1944) até a mais nova “cidade-menina”, novamente a ferrovia assume papel de destaque, plantando em Votuporanga a infra-estrutura necessária para que ali se delineassem os primeiros contornos de uma cidade industrial, conforme ela se revelou *a posteriori*.



Década de 1940. A chegada dos trilhos do trem foi recebida com euforia pela população da cidade.

Fonte: Acervo Foto Votuporanga.



Década de 1950. Vista da Estação Ferroviária de Votuporanga, inaugurada em 13/06/1951. Em primeiro plano, à direita, vê-se a fachada do edifício; à esquerda um ponto de jardineiras, e ao fundo, a gare da Estação.

Fonte: Acervo Foto Votuporanga.

Contudo, ao mesmo tempo em que se desenvolvia celeremente, o município enfrentava sérios problemas no provimento de infra-estrutura urbana, e mesmo a histórica dificuldade de transporte não havia sido solucionada com a extensão da ferrovia e a instalação de uma Estação Ferroviária na cidade. (“Oeste Paulista”, 1952/53).

Em edição de 28 de junho de 1953, o jornal “Oeste Paulista” publica um editorial que, apresentando o balancete da Araraquarense para o mês de maio daquele mesmo ano, demonstra a crescente importância do município como ponto de comunicação entre os municípios, vilas e povoados da franja pioneira, e os centros urbanos, econômicos e demográficos maiores, como São José do Rio Preto e Araraquara.

Ainda assim, mesmo face ao papel central que o município de Votuporanga exerce na captação e distribuição de pessoas, bens e mercadorias no alto sertão paulista, a infraestrutura da Estrada de Ferro de Araraquara na região é bastante precária:

“Vem a propósito os algarismos lançados pela Estrada de Ferro Araraquarense no seu relatório balancete do mês de maio último. Nesse documento (...) Votuporanga figura em primeiro lugar na arrecadação geral da Estrada com a importância extraordinária de Cr\$ 2.306.065,90 - superando São José do Rio Preto em cerca de 400 mil cruzeiros. No número de bilhetes vendidos e telegramas expedidos e recebidos é (...) notável a posição de nossa zona com início neste município (...) No que diz respeito a certas reivindicações de interesse regional a EFA [Estrada de Ferro de Araraquara] está em prejudicial débito. Essa, por exemplo, é a situação do empedramento do trecho que se inicia em Bálsamo com prosseguimento para o nosso lado. Apesar das solicitações (...) até essa data, esse trecho (...) não mereceu a devida atenção, e o pó e os atrasos contínuos aí permanecem como retribuição aos auspiciosos resultados proclamados pelo balancete do mês de maio” (Oeste Paulista”, 28/06/1953).

Apesar de seu notável desenvolvimento econômico, pautado pela elevada produção de gêneros agrícolas de exportação (café e algodão), de abastecimento interno (destacadamente o arroz) e por uma nascente indústria de transformação, as condições de

vida no município de Votuporanga, ainda nos anos 1950, eram bastante difíceis, pois a cidade não contava com serviços básicos como rede geral de água e esgoto²⁷, e sequer era provida de serviço sistemático de energia elétrica²⁸.

A inexistência de eletrificação residencial, comercial e industrial, em tempo integral e com um mínimo de garantias, exigiu esforços da iniciativa privada para a construção de uma companhia de energia elétrica, capaz de suprir a crescente demanda configurada no município.

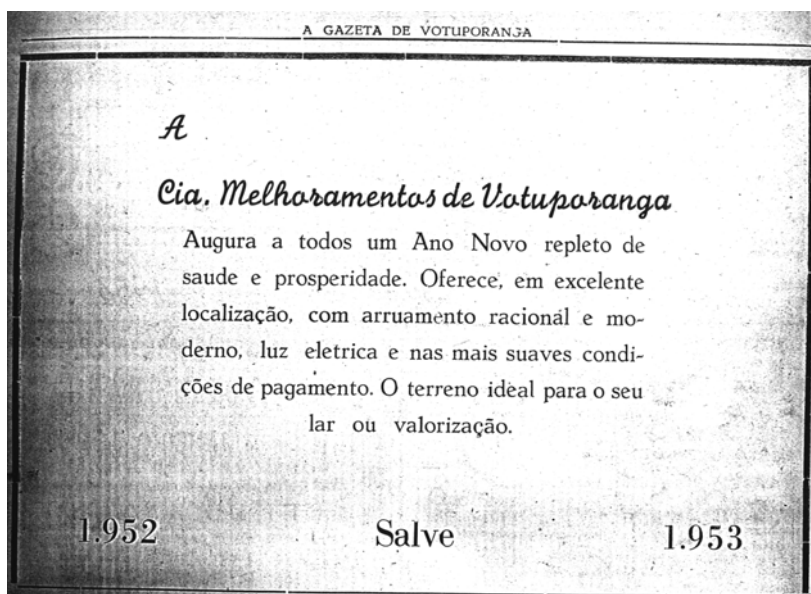
Dessa forma, a Companhia Elétrica de Votuporanga foi inaugurada em 13 de junho de 1952, operando com dois motores de óleo diesel de 525 cavalos cada um, importados da Alemanha; esses motores, instalados nas imediações da Estação Ferroviária (“bairro da Estação”) garantiam o provimento de energia elétrica para todos os bairros da cidade (Pontes, 2001).

Aqui, mais uma vez, a atuação do capital imobiliário foi decisiva nos rumos do desenvolvimento econômico e urbano de Votuporanga, pois foi graças aos interesses do mercado imobiliário de expandir a venda de lotes urbanos na cidade, que aí se instalou o primeiro serviço de provimento de energia elétrica, com abrangência em todo o município. A criação da Companhia Elétrica não só favoreceu o mercado imobiliário, já que a

²⁷ A Estação de Abastecimento de Água de Votuporanga foi inaugurada, depois de muitas interrupções por falta de recursos, em 27/12/1959. Em 20/07/1960 a Prefeitura Municipal de Votuporanga recebe empréstimo da Caixa Economia Federal, para dar início às obras de canalização de esgotos em Votuporanga. (Pontes, 2001)

²⁸ O primeiro serviço de energia elétrica disponível em Votuporanga, ainda na década de 1940, era fornecido por dois geradores pertencentes a particulares, que garantiam o abastecimento de energia elétrica para algumas áreas da cidade (mormente a área central) das 18h às 22h. Em 1948 são feitas tentativas de negociação com a Companhia de Força e Luz, mas sem resultados. Em 1950, os proprietários da empresa imobiliária Cia Melhoramentos, no interesse de alavancar as vendas de lotes em um loteamento urbano nas imediações da Estação Ferroviária, criam a Companhia Elétrica de Votuporanga, uma pequena usina termoeletrica, de baixo custo. Em 13/06/1952 estava entregue, oficialmente, o serviço de energia elétrica de Votuporanga. (*idem, ibidem*)

eletrificação era um chamariz importante na comercialização de terras urbanas, sobretudo nos rincões da franja pioneira, mas também garantiu ao município melhores condições de desenvolvimento, permitindo-lhe se firmar rapidamente como centro econômico regional.



1953. Publicidade da empresa imobiliária “Companhia Melhoramentos de Votuporanga”, anunciando a venda de lotes urbanos dotados de eletrificação.

Fonte: Jornal A Gazeta de Votuporanga (01/01/1953).

Nesse sentido, é preciso fazer justiça à participação dos estrangeiros, particularmente espanhóis, italianos, japoneses, portugueses e libaneses no município de Votuporanga, e em sua sub-região, pois importantes inovações tecnológicas, fundamentais ao desenvolvimento econômico dessa área, são tributárias da presença da imigração estrangeira. No município de Votuporanga podem se destacar as iniciativas pioneiras do português Manoel Ramalho Matta na geração de energia para abastecimento comercial e residencial; podem se destacar ainda, as iniciativas empresariais e comerciais dos Haddad,

De Haro, Nakabashi, além de inovações na agricultura promovidas pelas famílias Abê, Comar, Lopes²⁹, dentre tantas outras.

²⁹ O português Manoel Ramalho Matta, nasceu em Portugal, em 1911, migrou para o Brasil em 1914, chegando a Votuporanga em 1940. Foi um dos mais ativos pioneiros da cidade: construiu o primeiro cinema, em 1940, montou o primeiro restaurante, construiu a “Vila Mata” e inúmeras casas residenciais.

A família libanesa de Ibrahim Habib El Haddad chegou ao Brasil em 1958, vindo a se instalar em Votuporanga em 1962, atuando no comércio de móveis e eletrodomésticos.

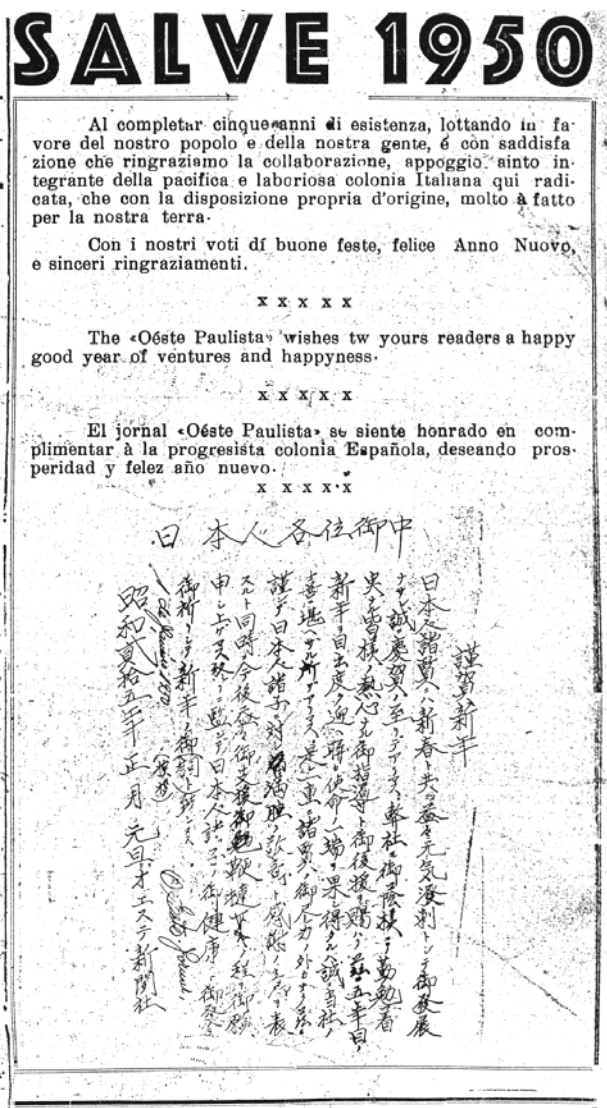
O casal espanhol João Diego De Haro e Jerônima Ruiz chegou a Votuporanga em 1945; em 1948, a família abriu o comércio de roupas e tecidos, “Casa De Haro”.

A família japonesa Nakabashi (Rikiu, Tsuru, Kiyuji, Hisako e Fumiko) se estabeleceu em Votuporanga em 1947; os irmãos Nakabashi fundaram um pequeno comércio de miudezas, e logo a seguir, abriram a “Casa União”, tradicional loja de calçados em Votuporanga.

O patriarca Toraguma Abe deixou Kumamoto, no Japão, em 1929, vindo a se instalar em Votuporanga como arrendatário agrícola em 1944. Foi o primeiro feirante da cidade, e proprietário de uma das fazendas-modelo da região de Votuporanga.

Leonardo Comar e Ângela Vedramini vieram da Itália para o Brasil, nas primeiras décadas de 1900, para trabalhar na lavoura de café, em Campinas-SP. Chegaram em Votuporanga em 1940, instalando-se na zona rural. Em 1947 a família se muda para a área urbana do município, onde instalou uma das primeiras beneficiadoras de café de Votuporanga.

O português Ernesto Lopes, nascido em Carvoeiro (Portugal), chegou ao Brasil em 1922, domiciliando-se em Votuporanga em 1943, onde instalou uma beneficiadora de arroz. Em 1952 abandona o comércio para se dedicar inteiramente à agricultura. Foi pioneiro na implantação de inúmeras técnicas agrícolas na região, destacando-se a mecanização da colheita. (cf Pontes, 2001).



1950. Saudação ao “Ano Novo” de 1950, oferecida às comunidades de imigrantes italianos, ingleses, espanhóis e japoneses pelo jornal “Oeste Paulista”. (“Oeste Paulista”, 01/01/1950).

Nesse contexto, a tabela 3 fornece um panorama da evolução da população estrangeira no município e na sub-região de Votuporanga, no período 1950-1970. Destarte, pode se observar que, a população de estrangeiros, tanto na sub-região quanto no município de Votuporanga decresce sensivelmente de 1950 a 1970; em 1950, a sub-região de Votuporanga tem um contingente de 2.322 estrangeiros, (representando 3,47% da população da área) que decresce para 1.066 estrangeiros (representando 1,18% da

população da área), em 1970. No município de Votuporanga não é diferente: em 1950, o contingente de estrangeiros totalizava 1.220 pessoas, (representando 5,45% da população do município); em 1970, o número de estrangeiros decaiu para 671 pessoas, (representando apenas 1,7% da população do município).

Essa queda, em termos absolutos, verificada no contingente da população estrangeira de Votuporanga, em 1970, representa, na verdade, um movimento geral de declínio da imigração estrangeira para o Brasil, mormente a partir dos anos 1960, cujo complexo espectro de causalidade passa por rearranjos na divisão internacional do trabalho, e pela emergência de melhores condições de vida e trabalho para as populações dos países europeus, passada a fase de “reconstrução” das economias atingidas pela II Guerra Mundial (Bassanezi, 1992).

De fato, segundo Bassanezi, “o quarto e último momento [da imigração estrangeira para o Brasil]³⁰ começou com o afrouxamento das restrições à imigração no pós-guerra e apresentou um volume de entradas bem inferior ao que o precederam. A imigração portuguesa dominou (...), os japoneses voltaram a somar na população migrante, a partir de meados dos anos 50. A cafeicultura deixa de ter a sua antiga importância. A indústria e a colonização agrícola passaram, então, a ter um papel preponderante na atração dos novos imigrantes (...) No decorrer dos anos 60, viu-se novamente declinar o movimento migratório. Depois de 1961 as entradas mantiveram-se em níveis bem baixos, limitando-se a técnicos e engenheiros. O mundo mudou e o Brasil perdeu a antiga atração. O que se observou, a partir de então, foi uma reversão da tendência secular nas migrações” (Bassanezi, 1992 : 6-7).

³⁰ Os três momentos anteriores a que se refere a autora são: 1) últimas décadas do século XIX, quando a expansão da cafeicultura para o Oeste Paulista gera grande demanda por mão de obra. Esse momento é marcado pelo predomínio da imigração italiana, dirigida sobretudo para as lavouras de café. 2) o segundo momento tem como marco referencial o Convênio de Taubaté (1906), caracterizando-se pela instituição de políticas de valorização do café. Nesse momento, há um aumento expressivo da imigração de portugueses e espanhóis, e inicia-se a imigração de japoneses. 3) o terceiro momento é assinalado pela recuperação da lavoura cafeeira e pelo desenvolvimento de outros setores da economia no pós I Guerra Mundial. Esse momento ficou marcado pela intensificação das entradas de imigrantes portugueses, bem como daqueles qualificados como “outras nacionalidades” (poloneses, russos, romenos, judeus, etc), além de japoneses. (apud Bassanezi, 1992: 6-7).

Tabela 3:

População Total, por Sexo e Nacionalidade

Sub-região* de Votuporanga e município de Votuporanga

1950-1970

	1950			1960			1970		
Sub-região de Votuporanga	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasileiros* *	64.575	33.535	31.040	—	—	—	89.577	45.495	44.082
Estrangeiros	2.322	1.323	999	—	—	—	1.066	617	449
População Total	66.897	34.858	32.039	80.900	41.969	38.931	90.643	46.112	44.531
Município de Votuporanga	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasileiros **	21.213	10.824	10.389	—	—	—	38.772	19.248	19.524
Estrangeiros	1220	696	524	—	—	—	671	379	292
População Total	22.433	11.520	10.913	32.566	16.496	16.070	39.443	19.627	19.816

Fonte: Elaborado a partir dos Censos Demográficos 1950, 1960, 1970.

*Como o IBGE adota critérios diferentes para a composição da microrregião de Votuporanga nos Censos de 1950 e 1970, a fim de manter-se a comparabilidade, optou-se por adotar a unidade geográfica “sub-região”, proposta por SEADE (1981), compreendendo os seguintes municípios: Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Pontes Gestal (1964), Riolândia (1954), Valentim Gentil e Votuporanga.

**Natos e naturalizados

O Censo Demográfico de 1960 não forneceu informação de estrangeiros e brasileiros (natos e naturalizados) desagregada para os níveis de microrregião e município.

A tabela 4 fornece o volume da população estrangeira para o município de Votuporanga no ano de 1970, donde podemos observar que as comunidades mais destacadas nesse momento são a dos japoneses (194 pessoas), espanhóis (173 pessoas), italianos (117 pessoas), portugueses (95 pessoas) e libaneses (31 pessoas).

Evidentemente, esses números, bastante modestos, não devem ser tomados como representativos do volume total de estrangeiros que entraram no município desde a sua formação, na década de 1940, (pois como o demonstra a tabela 3, a população de estrangeiros decaiu, em 1970, para menos da metade daquela registrada em 1950); de

qualquer forma, os volumes expressos para cada uma dessas nacionalidades afiguram-se como um demonstrativo da origem dos estrangeiros fixados em Votuporanga³¹.

Tabela 4:

Estrangeiros, Segundo as Principais Nacionalidades
Município de Votuporanga
1970

Nacionalidades	
Alemães	4
Argentinos	9
Austríacos	4
Espanhóis	173
Italianos	117
Japoneses	194
Libaneses	31
Portugueses	95
Russos	1
Turcos	1
Sírios	18
Outros	12
Sem declaração	12
Total	671

Fonte: Elaborado a partir de Censo Demográfico – 1970.

De fato, o período entre os anos 1950-1960 é aquele em que Votuporanga registra notável crescimento econômico e um desenvolvimento urbano bastante razoável, o que se faz acompanhar também de um significativo crescimento demográfico.

Como mostra a tabela 5, que apresenta a evolução da população urbana e rural de Votuporanga e de sua sub-região, nota-se, de imediato, a evolução da importância relativa

³¹ Particular atenção deve ser dada ao fluxo de japoneses, pois sua predominância no Censo de 1970, parece indicar, antes de qualquer coisa, a maior “sobrevivência” (à morte e à emigração) destes com relação aos estrangeiros de outras nacionalidades, particularmente espanhóis, italianos e portugueses, cujos fluxos são historicamente mais antigos do que o fluxo de japoneses (o fluxo mais intenso de japoneses para o Brasil se deu entre 1928 e 1934; deve-se destacar, também, o fluxo tardio iniciado em 1953). (Bassanezi, 1992).

da população do município de Votuporanga no total de sua sub-região: em 1950, só a população de Votuporanga respondia por 33,6% da população total da sub-região, com destacada participação da população urbana do município no total da população urbana da sub-região; na década seguinte, a participação relativa da população do município no total da sub-região aumenta ligeiramente, passando para 36,5%, destacando-se novamente a significativa participação da população urbana do município na população urbana da sub-região. Em 1970, a participação relativa da população de Votuporanga no total da sub-região aumenta ainda mais um pouco, correspondendo a 39,3% da população total da sub-região. Cumpre destacar aqui que, ao contrário das décadas anteriores, a população urbana de Votuporanga diminui levemente sua participação no total da população urbana da sub-região; entretanto, o que mais impressiona é a brutal queda do volume da população rural do município que, em 1970, chega a ser menor, em termos absolutos, do que a registrada em 1950.

Quanto ao grau de urbanização, endossando o significativo volume da população urbana de Votuporanga, em relação à sua população total, bem como em relação ao volume da população urbana de sua sub-região, pode se observar que o grau de urbanização do município é mais elevado do que o grau de urbanização de sua sub-região, no período de 1950 a 1970: enquanto o município de Votuporanga já havia alcançado, em 1960, um grau de urbanização de 60,13%, a sub-região registra grau de urbanização pouco superior a 50% (52,60%) dez anos depois, em 1970.

Tabela 5:

Evolução da População Segundo Situação de Domicílio

Sub-Região* de Votuporanga e Município de Votuporanga

1950-1970

População	1950		1960		1970	
Situação de domicílio	Sub-Região	Votuporanga	Sub-Região	Votuporanga	Sub-Região	Votuporanga
Urbana	16.156	9.711	31.195	19.809	52.753	30.446
Rural	50.741	12.722	59.032	13.136	47.530	8.997
Total	66.897	22.433	90.227	32.945	100.283	39.443
Grau de Urbanização (%)	24,15	43,29	34,57	60,13	52,60	77,19

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 1981, Informe Demográfico nº 1.

*De acordo com SEADE (1981), os municípios compreendidos na Sub-Região de Votuporanga são: Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Pontes Gestal (1964), Riolândia (1954), Valentim Gentil e Votuporanga.

De forma geral, o que se pode constatar, como aponta a tabela 6, é que o crescimento da população da sub-região de Votuporanga no período 1950/60 é sensivelmente maior (3,05 % ao ano) do que aquele registrado para o período 1960/70 (1,05% ao ano), repetindo-se o mesmo fenômeno de desaceleração do crescimento da população, para o município de Votuporanga, que apresentou uma taxa de crescimento anual de 3,85% no período 1950/60, contra uma taxa de crescimento anual de 1,83% no período 1960/70.

É importante ressaltar que, tanto no período 1950/60 quanto no período 1960/70, o ritmo de crescimento da população rural, tanto para o município de Votuporanga quanto para sua sub-região, foi sensivelmente menor do que o crescimento da população urbana. Porém, a diminuição da intensidade do crescimento da população rural no período 1960/70 foi muito mais significativa que no período 1950/60, pois alcançou valores negativos na

última década (1960/70) tanto para o município (-3,71% ao ano) quanto para a sub-região (-2,1% ao ano).

Esse quadro de desaceleração generalizada da taxa de crescimento populacional do município de Votuporanga e de sua sub-região, com particular intensidade na área rural, pode ser atribuído a uma conjunção de fatores: o esgotamento da fronteira agrícola paulista, o êxodo rural, a intensificação do processo de urbanização e metropolização, aliada a crise da agricultura de exportação, além da modernização diferencial da agricultura de abastecimento³²; processos que redundaram combinadamente na perda crescente do dinamismo econômico dessa área. (SEADE, 1981; Tartaglia & Oliveira, 1988, Cano, 1988).

Tabela 6:

Taxas* Geométricas de Crescimento Anual da População (%)

Sub-região e Município de Votuporanga

1950-1970

Taxas de Crescimento anual (%)	1950/60		1960/70	
Situação de domicílio	Sub-região	Votuporanga	Sub-região	Votuporanga
Urbana	6,80	7,38	5,45	4,39
Rural	1,49	0,31	-2,1	-3,71
Total	3,05	3,85	1,05	1,83

Fonte: Elaborado a partir de SEADE (1981), Informe Demográfico nº 1.

* taxas calculadas a partir das informações censitárias extraídas de SEADE (1981).

³² A dinâmica da economia de abastecimento ganha novos sentidos no Estado de São Paulo com o crescente processo de modernização, capitaneado pela agroindústria, a partir dos anos 1960; esse contexto de inovações tecnológicas provocou mudanças profundas no comportamento da produção de gêneros alimentícios, atingindo diferencialmente os produtos alimentares. O feijão, por exemplo, cujo abastecimento interno estava problemático nos anos 1960, recebeu estímulos via preços e créditos, que melhoraram seu desempenho, juntamente com a incorporação de inovações tecnológicas. Entretanto, nem todas as culturas de abastecimento tiveram os mesmos estímulos, e a incorporação tecnológica para a maioria dessas culturas foi mais limitada. (Tartaglia & Oliveira, 1988:69).

A diminuição do ritmo de crescimento da população de Votuporanga e de sua sub-região, com particular intensidade na área rural, que chega a registrar taxas negativas de crescimento, foi um fenômeno relativamente generalizado no Oeste Paulista, a partir dos anos 1960/70. Toda a área de influência³³ de São José do Rio Preto (incluindo-se a sub-região de Votuporanga) foi particularmente atingida pela disciplinarização das relações capitalistas de trabalho no campo (cujo marco referencial foi a sanção do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963), pela modernização agrícola, e pela intensa migração rural-urbano. (Martine, 1987; Tartaglia & Oliveira, 1988).

Quando se observam os volumes populacionais de cada uma das sub-regiões da Região de São José do Rio Preto, no período 1950-1970, demonstrados na tabela 7, fica muito claro que o período de expansão do crescimento demográfico dessa área se deu na década 1950/60, sendo o período 1960/70 marcado por forte retração no ritmo de crescimento da população das sub-regiões, inclusive daquelas de constituição bastante recente, caso da sub-região de Jales. (SEADE, 1981; Vasconcelos, 1992).

No conjunto das sub-regiões de São José do Rio Preto, a sub-região de Votuporanga é em 1950, a terceira mais populosa, (66.897 habitantes), perdendo apenas para a sub-região de São José do Rio Preto (368.214 habitantes) e para a sub-região de Catanduva (156.905 habitantes). Porém, nas décadas seguintes, a sub-região de Votuporanga perde a terceira posição para a sub-região de Jales, área de colonização mais recente que, apresenta

³³ Divisão regional político-administrativa de São Paulo, oficializada em dezembro de 1970 (Vasconcelos, 1992: 66).

um *boom* de crescimento entre 1950/1960, o qual, entretanto, diminui sua intensidade já na década seguinte.

Quanto à evolução da população dos municípios-sede das sub-regiões, nota-se que tanto em 1950 quanto em 1960, o município de Votuporanga apresentava a menor população de todas as sub-regiões da área de influência de São José do Rio Preto; entretanto, em 1970, o município de Votuporanga apresenta população total levemente superior à registrada para os municípios de Fernandópolis e Jales. É interessante observar com maior acuidade o volume da população de Votuporanga no período 1950/70, na comparação com os municípios de Fernandópolis e Jales, pois se, comparando a população total, Votuporanga apresenta volumes menores que as cidades vizinhas nesse período, quando se comparam os volumes da população urbana, nota-se que a população de Votuporanga é maior do que a dos municípios de Jales e Fernandópolis, de 1950 a 1970.

Nesse sentido, corroborando a análise anterior, o estudo da Fundação SEADE (1981), pontua que:

“Em 1950/60, a grande quantidade de desmembramentos de municípios e, conseqüentemente, a criação de outros novos, acarretou altas taxas de crescimento populacional, (...) onde aparece com destaque a Sub-região de Jales (...) Na década de 1960/70, as pequenas taxas de crescimento, comparadas às da década anterior, demonstram o início do processo de ocupação que se desenvolvera no período anterior. Nota-se, principalmente, a intensificação de um processo de desruralização, através de altas taxas de decréscimo em todas as Sub-regiões. As taxas de crescimento da população urbana, apesar de um pouco mais baixas do que as do período anterior continuaram, nesta década, bastante significativas” (p. 81-2).

Tabela 7

Evolução da População Segundo Situação de Domicílio
Região de São José do Rio Preto e respectivas Sub-Regiões
1950-1970

População	1950			1960			1970		
Áreas	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Sub-região de S.J.do Rio Preto	368.214	111.974	256.240	382.844	171.707	211.137	400.077	241.837	158.240
Município de S. J. Rio Preto	65.852	39.606	26.246	84.039	67.921	16.118	122.134	109.807	12.327
Sub-região de Catanduva	156.905	46.417	110.488	178.101	73.202	104.899	173.011	98.385	74.626
Município de Catanduva	44.431	23.433	20.998	49.513	38.127	11.386	58.251	49.359	8.892
Sub-região de Votuporanga	66.897	16.156	50.741	90.227	31.195	59.032	100.283	52.753	47.530
Município de Votuporanga	22.433	9.711	12.722	32.945	19.809	13.136	39.443	30.446	8.997
Sub-região de Fernandópolis	47.705	9.502	38.203	89.987	23.766	66.221	99.676	44.716	54.960
Município de Fernandópolis	29.303	7.435	21.868	40.240	16.083	24.157	39.050	28.478	10.572
*Sub-região de Jales	32.048	3.248	28.800	156.735	35.473	121.262	158.234	66.762	91.472
Município de Jales	32.048	3.248	28.800	36.457	11.451	25.006	38.436	23.152	15.284

Fonte: Elaborado a partir de SEADE (1981), Informe Demográfico nº 1: 129-131.

* Em 1950, a Sub-região de Jales compreendia apenas o município de Jales.

A percepção da paulatina perda do dinamismo demográfico do município de Votuporanga, particularmente no curso das décadas de 1960 e 1970 fica patente quando se analisam os saldos migratórios do município nesse período, demonstrados na tabela 8.

No período 1950/1960, o saldo migratório do município foi de 2.047 pessoas; já no período 1960/70 o saldo migratório foi negativo (-2.254 pessoas). O saldo migratório negativo desse último período parece ser altamente influenciado pela queda dos níveis de crescimento e do volume da população rural do município, pois como foi demonstrado anteriormente, a população rural de Votuporanga sofre um decréscimo absoluto, passando de 13.136 pessoas em 1960, para 8.997 pessoas em 1970, o que representa uma taxa de crescimento bastante expressiva de -3,71% ao ano, nesse período.

Tabela 8

Saldos Migratórios Decenais*.

Município de Votuporanga.

1950-1970.

Saldos Migratórios		
Município	1950/60	1960/70
Votuporanga	2.047	-2.254

Fonte: Elaborado a partir de SEADE (2004), 100 Anos de Estatísticas Vitais.

*Calculados a partir do Método das Estatísticas Vitais, sem correção de sub-registro de óbitos e nascimentos.

Contribuição decisiva para o êxodo rural vivenciado pelo município de Votuporanga, (e de forma geral, pelos municípios localizados na área de influência de São José do Rio Preto), mormente no período 1960/70, deve ser imputada ao crescente processo de capitalização das relações sociais de produção no campo, que se traduziu na intensa mecanização da lavoura e na tecnificação da gerência e controle da produção. (Tartaglia & Oliveira, 1988; Cano, 1988, Vasconcelos, 1992).

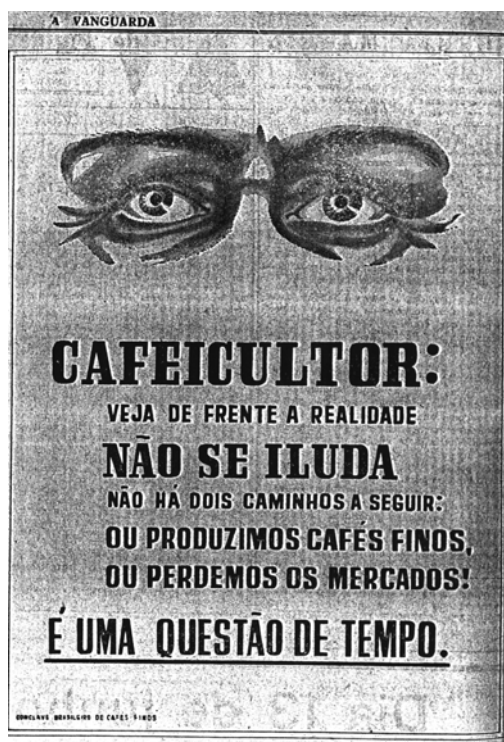
De acordo com Tartaglia & Oliveira, já na década de 1970, a região de São José do Rio Preto constituiu-se como *“um espaço agrícola altamente capitalizado, que se vale de técnicas modernas, e no qual a ‘empresa agrícola’ parece organizar-se de forma mais avançada (...) administrada não mais por fazendeiros tradicionais, mas agora lançando mão de profissionais especializados (técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários) na orientação e condução da produção”* (1988:70).

Marco referencial no processo de modernização agrícola de todo o Oeste Paulista, e com significativa atuação no município e sub-região de Votuporanga, foi a política de erradicação de cafeeiros adotada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), a partir da década de 1960 (Tartaglia & Oliveira, 1988; Peichoto, 2001).

Nos primeiros anos de 1960, o Instituto Brasileiro do Café (IBC), no cumprimento de determinação da União cria o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

(GERCA), responsável pela erradicação de 1,7 bilhões de cafeeiros no Estado de São Paulo. Essa operação se configurou, na verdade, como manobra ideológica para a introdução da motomecanização da lavoura cafeeira, em resposta às exigências da indústria do café, fortemente interessada na retomada da exportação do produto brasileiro, haja vista o crescimento da demanda internacional por cafés finos (*idem, ibidem*).

Segundo Tartaglia & Oliveira, “o café, depois do programa de erradicação dos anos 1960, recebeu do IBC novo estímulo através de um programa de revigoração e renovação da cultura, incluindo introdução de novas espécies de cafés finos, novas técnicas de plantio e tratos culturais, em áreas ecologicamente zoneadas, menos sujeitas a geadas” (1988:67).



1957. Publicidade do “Conclave Brasileiro de Cafés Finos”.

Fonte: Jornal “A Vanguarda” (23/05/1957).

Nesse contexto de rápida modernização, as resistências às novas tecnologias por parte dos cafeicultores, bem como as dificuldades de investimento, uma vez que,

predominavam as pequenas propriedades, foram minando a lavoura cafeeira na região, e particularmente no município de Votuporanga.

Na perspectiva dos pequenos proprietários, que constituíam a maioria dos cafeicultores do município e região, a situação foi agravada com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que consistia basicamente na generalização do assalariamento no campo, e demais direitos trabalhistas (descanso semanal, férias remuneradas, 13º salário), injunção que tornava a atividade agrícola inviável para o pequeno produtor.

De acordo com Peichoto, *“temerosos em relação à transformação e tendo em vista a não-assimilação do sistema capitalista moderno, os proprietários procuraram se desvencilhar de todo e qualquer compromisso imposto pela legislação específica (...) dispensando os trabalhadores que até aquela data viviam no campo, exercendo as atividades de colonos”* (2001: 135).

A despeito da importância que o café ainda mantém no município de Votuporanga ao longo dos anos 1970, uma conjunção de fatores técnicos, políticos e climáticos induziu ao deslocamento da centralidade que o café ocupava na economia local. Segundo Peichoto (2001), a partir da década de 1970, fatores nacionais e internacionais contribuíram para a decadência do café, como a retração no consumo mundial, baixa qualidade dos grãos brasileiros, grande quantidade do produto e variações climáticas (destaque-se a “geada negra” de 1974, na região de Votuporanga, que arrasou grande número de cafeeiros), o que terminou por desestimular largamente a sua produção.

Concorreram também para a perda do dinamismo econômico da região de Votuporanga, as sucessivas oscilações do preço do algodão, as variações climáticas e a concorrência com outras zonas produtoras, (Vasconcelos, 1992; Peichoto, 2001) fatores que, aliados ao fracasso da tentativa de inserção do município no complexo agroindustrial

dos cítricos³⁴ da região de São José do Rio Preto, agravaram ainda mais as dificuldades econômicas de pequenos proprietários e trabalhadores rurais (*idem, ibidem*)

Do mesmo modo, a enorme atratividade da metrópole paulista, bem como de outros grandes centros urbanos do Estado, em virtude da forte concentração industrial dessas áreas³⁵, em associação com o progressivo avanço da fronteira agrícola na região Centro-Oeste do país³⁶, certamente contribuíram para o arrefecimento do crescimento demográfico do alto sertão paulista, inclusive de Votuporanga, a partir dos anos 1970.

De qualquer forma, a despeito da desaceleração no ritmo de crescimento de sua população, a sub-região, e particularmente o município de Votuporanga, chegam ao final da década de 1970 anunciando sinais de recuperação econômica, e no caso do município-sede (Votuporanga), apresentando, nas décadas seguintes, taxas de crescimento populacional bastante significativas, o que deve desde já, ser imputado à consolidação de Votuporanga como importante centro comercial e de serviços, de alcance regional. (*idem, ibidem*).

Destarte, por ora, importa reter que, o saldo positivo da crescente importância econômica que o município de Votuporanga assumiu em sua região, desde a década de 1940, deve ser atribuído ao movimento de expansão do café, que, em associação com o

³⁴ A partir dos anos 1970, ocorre um incremento significativo no cultivo de laranja, limão e mais tardiamente da cana-de-açúcar, na região de São José do Rio Preto, em virtude da expansão da participação brasileira no mercado internacional de sucos concentrados, (caso da laranja e limão); e em razão dos fortes incentivos representados pelo Proálcool, no caso da cana-de-açúcar. Destarte, na tentativa de se inserir nesse novo mercado de cítricos, fazendeiros do município de Votuporanga, incentivados pelo Poder Público Municipal, iniciam o cultivo de maracujá no município, no início da década de 1970. Em 1971 havia 800 mil pés de maracujá plantados no município; entretanto, o preço da fruta cai vertiginosamente em 1973, o que, aliado à proliferação de inúmeras doenças, como a antracnose, acabou por desestimular o cultivo da fruta, até a sua completa erradicação, alguns anos depois. Curiosamente, no auge da euforia com as possibilidades de ganho oferecidas pelo maracujá, o então prefeito de Votuporanga Luiz Garcia De Haro, promove a 1ª Festa do Maracujá, ocasião em que chegou a canalizar o suco da fruta para bebedouros públicos instalados à rua Amazonas, via mais importante da cidade. (Vasconcelos, 1992:95-6; Pontes, 2001:170-1).

³⁵ Sobre o tema da metropolização, concentração industrial e distribuição espacial da população, veja-se Cano (1977), Martine (1987), Baeninger (1992), Pacheco & Patarra (1997), dentre outros.

³⁶ Veja-se especialmente Martine (1987).

algodão, a ferrovia, a pecuária e as culturas de abastecimento legam ao município de Votuporanga uma estrutura urbana instalada, capaz de cumprir com uma série de funções de apoio e serviços à atividade industrial; atividade essa que na esteira da realização de uma política de “interiorização do desenvolvimento” (Negri, 1996) começa a se esboçar nos anos 1980 como atividade econômica central em Votuporanga.

2. A EMERGÊNCIA DA CIDADE INDUSTRIAL: A CONSTITUIÇÃO DE UM PARADIGMA NA (RE)PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO¹

2.1 Década de 1980: a consolidação da desconcentração industrial em São Paulo

“... os determinantes fundamentais do crescimento industrial recente do interior de São Paulo e da desconcentração industrial a partir da metrópole encontram-se no movimento e na estrutura dos ciclos de investimentos das décadas de 1970 e 1980, que, contudo, não podem ser dissociados do conjunto da história econômica de São Paulo” (Negri, 1996:11)

As décadas de 1960/70 foram marcadas pelos intensos processos de urbanização e metropolização que redundaram em significativa concentração populacional nos grandes centros urbanos, mas especialmente na capital paulista, que apresentou taxas de crescimento significativamente expressivas (Pacheco & Patarra, 1997).

Nesse sentido, o esvaziamento demográfico das “zonas novas” da fronteira agrícola paulista, durante o período 1960/70, expresso pela desruralização e pela diminuição na intensidade do crescimento da população dessa área, coincide com um intenso processo de urbanização em todo o Estado de São Paulo, que culmina na metropolização e na forte concentração demográfica na capital e nas áreas localizadas no seu entorno (Martine, 1987; Pacheco & Patarra, 1997)

Esse acelerado processo de industrialização e urbanização, a despeito de sua histórica concentração em São Paulo (Cano, 1977; 1988) culminou, nos anos 1980, na emergência de um Brasil notadamente urbano, que já se beneficiava de uma relativa, porém importante, desconcentração industrial da capital paulista.

¹ Esse capítulo se beneficiou das contribuições de Rodrigues, 2004 (b).

No tocante a essa temática, Faria (1983) analisa com muita propriedade a conformação desse Brasil urbano-industrial:

“Em primeiro lugar, em 1980, 68,9 por cento dos domicílios existentes no país classificavam-se como urbanos, 67,7 por cento da população viviam em áreas consideradas como urbanas pelos critérios dos Censos Demográficos e 45,7 por cento viviam em cidades de 20.000 habitantes ou mais (...) Em segundo lugar, a contribuição das vendas de café para o total exportado caíra para 13,4 por cento, enquanto a participação dos produtos industrializados no valor total exportado atingira a cifra de 56,5 por cento. A participação da PEA no setor agrícola e extrativo, por sua vez, baixara para 29,93 por cento, subindo a participação da PEA no conjunto do setor secundário para 24,37 por cento do total da PEA” (p. 121).

De fato, a generalização da urbanização para as demais regiões do país parece ter culminado com o processo de gradativa industrialização dessas áreas, ao mesmo tempo em que o Estado de São Paulo diminuía sua participação, quase hegemônica, no total da indústria nacional:

“De modo geral, as informações disponíveis mostram o declínio da participação relativa do estado de São Paulo no total do Brasil, sem, contudo, apontar retrocessos de sua indústria, uma vez que ela apresentou taxas de crescimento expressivas durante a década de 1970 e, mais do que isso passou por rápido processo de modernização e diversificação que estava relacionado ao crescimento do parque produtivo do restante do país e, também, do maior volume de exportação de manufaturados” (Negri, 1996:152).

Esse cenário traduz significativas mudanças que se esboçam na década de 1970 e se consolidam nos anos 1980, no sentido da interiorização do desenvolvimento. Assim, ao longo das décadas de 1970/80, o Estado nacional, e também o Estado de São Paulo, adotam uma clara orientação no sentido da desconcentração industrial e, especialmente,

da descompressão social, demográfica e urbana da capital paulista (Faria, 1983; Vasconcelos, 1992; Negri, 1996).

Nesse sentido, segundo Vasconcelos, *“o objetivo da política econômica quando incentivou esse processo [interiorização da industrialização] foi o de eliminar, aliviar ou atenuar o ‘caos urbano’ vigente na metrópole paulista e que no final da década de sessenta assumiu um potencial explosivo crescente”* (1992: IX).

De fato, da perspectiva de investimentos e evolução das taxas de crescimento e participação percentual, a indústria do interior apresenta ganhos notáveis a partir dos anos 1970 e, sobretudo, a partir da década de 1980:

“a indústria de transformação localizada no interior do estado de São Paulo possuía em 1970 (...) 29,9% do pessoal ocupado e 25,3% do valor da transformação industrial. Esses números se tornam mais elucidativos quando se sabe que correspondiam a 14,7% do valor de transformação industrial brasileira, participação ligeiramente inferior aos 15,5% do estado do Rio de Janeiro e duas vezes maior que cada um dos dois outros estados mais industrializados (Minas Gerais e Rio Grande do Sul)” (Negri, 1996:202).

Dentre os elementos mais importantes no desencadeamento do processo de interiorização da indústria assumem destaque as deseconomias de aglomeração, especialmente os custos do sistema de transporte de cargas e de passageiros, e os custos de infra-estrutura urbana, além das políticas restritivas à instalação de empreendimentos industriais na Região Metropolitana de São Paulo.

As políticas de desestímulo à implantação de empreendimentos industriais na capital e no seu entorno mais imediato, especialmente no tocante ao uso de recursos hídricos e aos custos dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, aliado ao desemprego, alta rotatividade da força de trabalho e

deterioração dos principais indicadores de qualidade de vida, parecem ter funcionado como importante mola propulsora da interiorização da indústria no Estado de São Paulo, especialmente daquelas potencialmente mais nocivas ao meio ambiente (Seade, 1993; Negri, 1996).

Desse modo, a regulação do uso do solo e da atividade industrial através do zoneamento das áreas industriais², inibindo a presença de determinados segmentos da indústria, bem como estabelecendo objetivos e diretrizes para o desenvolvimento e a expansão metropolitanos, disciplinando, ainda, a localização e o licenciamento de empreendimentos industriais e de comércio e serviços pesados, tudo isso contribuiu significativamente para a desconcentração industrial em São Paulo.

Destarte, segundo Negri, a criação de uma legislação específica disciplinando o zoneamento industrial, a localização e o licenciamento das indústrias na capital se constitui *“em fator inibidor da ampliação de fábricas e instalação de novas unidades industriais que, de alguma forma, pudessem agravar a poluição ambiental ou mesmo comprometer ainda mais os principais mananciais hídricos da metrópole. Isso explica, parcialmente, que durante o período 1970/85 tenha aumentado o número de estabelecimentos industriais e a participação do peso relativo do interior no VTI paulista de alguns ramos, acentuadamente poluentes, como farmacêuticos e veterinários, metalurgia, papel e papelão, borracha, química e produtos de matérias plásticas, principalmente após 1975, quando se instituem essas restrições”* (1996:182)

Paralelamente a esses fatores, o governo estadual investiu pesadamente em infraestrutura viária no interior de São Paulo, ampliando e duplicando vias de ligação da metrópole com o interior e deste com os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e

² Dentre a extensa legislação que regeu o uso e a ocupação do solo metropolitanos nas décadas de 1970/80 deve-se destacar a lei estadual nº 1817, de 27 de outubro de 1978, que estabelece parâmetros para o desenvolvimento industrial, disciplinando a localização e o funcionamento das indústrias da Região Metropolitana de São Paulo. Também merece destaque a lei estadual nº 898, de 18 de dezembro de 1975, regulamentada pelo decreto nº 9.714, de 19 de abril de 1977, que disciplina o uso do solo visando à proteção dos mananciais, reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse metropolitano (Cf Negri, 1996).

Paraná, facilitando a ligação entre os principais centros urbanos interiorizados, beneficiando especialmente as regiões com predominância agropecuária e agroindustrial. (*idem, ibidem*).

De acordo com Seade (1993), “durante os anos 80 assistimos a um esforço do governo do Estado de São Paulo em melhorar as condições das estradas estaduais (...) através dos serviços de manutenção, duplicação, implantação de terceiras faixas e obras de arte, além da pavimentação de dezenas de estradas vicinais beneficiando o escoamento da produção agrícola para os centros distribuidores ou agroindustriais de processamento” (p. 74)

Esse esforço acabou por se traduzir, na década de 1980, em elevado crescimento da indústria interiorizada, que passou a apresentar participações crescentes no total da indústria e no valor de transformação industrial (VTI), enquanto a indústria da Região Metropolitana declinava suas participações.

Para efeitos de comparação temos que, em 1970, a Região Metropolitana de São Paulo respondia por 74,7% do VTI do Estado; em 1980, sua participação cai para 62,9%, declinando, em 1987, para 60%. Já a indústria do interior em 1970, respondia por 25,6% do VTI estadual, alcançando, em 1980, 37,1%; totalizando, em 1987, 40% do VTI do Estado (Seade, 1993).

Endossando essa análise, Negri pontua que “na década de 1980, a indústria interiorizada assume proporções nacionais: ela respondia por 20% do produto industrial brasileiro e se encontrava em segundo lugar em termos do produto industrial brasileiro, chegando a ter peso relativo maior que o somatório do Rio de Janeiro e Minas Gerais (18,3% do produto industrial brasileiro), embora se encontrasse abaixo da Região Metropolitana de São Paulo que, sozinha, respondia por 33,6% do produto industrial brasileiro” (1996:206).

É nesse contexto de desconcentração industrial e de implementação de políticas de interiorização do desenvolvimento que emerge uma nova configuração social, econômica, urbana e demográfica da Região Administrativa de São José do Rio Preto e da Região de Governo de Votuporanga, que devem ser analisados mais detalhadamente nas seções seguintes, que procuram construir um panorama da evolução regional dessa área.

2.2 Do café para o suco de laranja: a Região Administrativa de São José do Rio Preto³

“... observa-se que os principais segmentos da agroindústria paulista encontram-se no eixo formado pelas regiões de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, dotado, sem dúvida, de excepcional dinamismo. Todos os registros disponíveis confirmam essa evidência e, no caso da agroindústria, apenas a Região Metropolitana de São Paulo pode concorrer, em termos de processamento, com a quantidade ofertada por essas três regiões” (Seade, 1989: 13).

A Região Administrativa de São José do Rio Preto apresentou, na década de 1980, forte dinamismo econômico, amplamente impulsionado pela modernização de sua agroindústria, notadamente a de cítricos, e a pecuária.

Os fatores mais importantes no desencadeamento da trajetória de recuperação econômica da RA de São José do Rio Preto podem ser imputados às oportunidades que se abrem no mercado externo, particularmente para a exportação de sucos concentrados, mas também pelo lançamento do Proálcool, por parte do Governo Federal, em 1975 (Vasconcelos, 1992; Seade, 1993; Negri, 1996).

³ Na divisão político-administrativa atual do Estado de São Paulo, o município de Votuporanga compõe a RA de São José do Rio Preto e a Região de Governo de Votuporanga.

A reestruturação do setor agroindustrial durante os anos 1970/80 repercutiu na região, especialmente no sentido da substituição das culturas de manutenção por culturas exportáveis e agroenergéticas (*idem, ibidem*).

Na verdade, a rápida alteração da rentabilidade econômica entre as diversas culturas alterou significativamente a pauta produtiva de todo o Estado de São Paulo, inclusive da RA de São José do Rio Preto.

Nesse sentido, os preços internacionais do complexo da soja, a necessidade de gerar uma fonte alternativa de energia, capitaneada pelo Proálcool, e a competitividade dos cítricos paulistas no mercado externo, sobretudo face às oscilações na produção americana, possibilitaram o vigoroso crescimento da agricultura e da indústria do interior paulista, entre os anos 1970/80 (Seade, 1993).

De acordo com Vasconcelos (1990), “entre os anos de 1969-71, 1979-81 e 1987-89 a região de Rio Preto (...) está entre as regiões classificadas como de ‘elevado impacto’ em termos da intensidade da substituição aí ocorrida entre as atividades agropecuárias. Em primeiro lugar, isso significa a predominância da tendência de substituir as atividades exportáveis tradicionais (exceto café) e lavouras de mercado interno (arroz, milho e mandioca) por culturas exportáveis dinâmicas e/ou agroenergéticas (a laranja e a cana-de-açúcar, respectivamente) (...) As culturas substitutas foram a cana (para a indústria de álcool), a citricultura (a laranja e o limão) e o café, além dos produtos da pecuária bovina (tanto a carne como o leite). Foram substituídas as culturas de milho, arroz, mandioca, amendoim e as pastagens naturais. O processo de modernização (...) está relacionado com a ocorrência (...) de ganhos de produtividade física, tanto na lavoura de produtos exportáveis, como também nas lavouras do mercado interno...” (1992: 120).

A importância da agroindústria dos cítricos na pauta produtiva do Estado de São Paulo e, particularmente da RA de São José do Rio Preto, pode ser constatada a partir da análise da tabela 9, que apresenta a distribuição da capacidade de produção de suco de

laranja, por Regiões Administrativas e principais municípios produtores, para o ano-safra 1983/84.

A análise da tabela 9 mostra que dentre as principais regiões produtoras de suco de laranja, a RA de São José do Rio Preto concentra, sozinha, 41,61% da capacidade de produção, para o ano-safra 1983/84, seguida pela RA de Ribeirão Preto, que detém 33,28% da capacidade de produção e pela RA de Campinas, que detém 24,51%.

Dentre os municípios se destacam Bebedouro, localizado na RA de São José do Rio Preto, que responde, sozinho, por 20,14% da capacidade estadual de produção de suco concentrado de laranja, nesse ano-safra; o município de Limeira, localizado na RA de Campinas, que responde por 19,15% da capacidade de produção, e os municípios de Matão (18,02%) e Araraquara (11,29%), então localizados na Região Administrativa de Ribeirão Preto.

Tabela 9:

Distribuição da Capacidade de Produção de Suco de Laranja, Segundo Regiões Administrativas e Municípios.

Estado de São Paulo

Ano-Safra 1983/84

RAs	Municípios	(%) no Total do Estado
Total		100
RMSP	São Paulo	0,4
Sorocaba	Sorocaba	0,13
	S. A. de Posse	0,13
	Limeira	19,15
	Araras	3,71
	Conchal	1,52
Campinas	Tabatinga	0,79
	Araraquara	11,29
	Itápolis	3,18
	Matão	18,02
Ribeirão Preto	Bebedouro	20,14
	Colina	12,72
	Olímpia	3,18
	Uchoa	4,78

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 1989:12

Efetivamente, a agroindústria se configurou como o carro-chefe do intenso processo de interiorização da industrialização de São Paulo, na década de 1980, garantindo ao interior taxas de crescimento acima das registradas pela economia do país.

De acordo com Seade (1989), *“o crescimento da agroindústria foi o motor de expansão do setor secundário para o interior do Estado (...) Preservada pelas condições do mercado externo e pela demanda interna por álcool carburante, a agroindústria conseguiu criar um ciclo de prosperidade e sobreviver quase que incólume à crise da economia brasileira na década de 80”* (p.57)

Significativa importância econômica na RA de São José do Rio Preto, especialmente entre os anos 1970/80, foi desempenhada, ainda, pela pecuária, que se beneficiou amplamente da modernização e ampliação do parque produtivo da região (Tartaglia & Oliveira, 1988; Seade, 1989; Vasconcelos, 1992).

Segundo Vasconcelos (1992) *“a participação do rebanho bovino regional [RA de São José do Rio Preto] no total paulista, embora presente entre 1940 e 1970 uma tendência declinante, atingiu o início dos anos setenta em torno de 16%, recuperando-se no início da década de 1980 quando respondia por cerca de 18% dos efetivos bovinos do estado (...) No período 1980-89 a região passa a dividir a liderança da pecuária do oeste e do conjunto do estado com as regiões de Araçatuba e Presidente Prudente”* (p.95).

A análise da tabela 10 nos oferece alguns indícios a respeito da diversificação da pauta produtiva na região de São José do Rio Preto, durante a década de 1980, especialmente no que diz respeito à crescente participação das culturas agroenergéticas,

além do crescimento da participação da pecuária no valor da produção agropecuária regional.

Destarte notamos que, para o biênio 1988/89, destacam-se a cultura da laranja, que responde por 37% do valor da produção agropecuária regional, seguida pela carne bovina (15,6%), leite (9,4%) e cana-de-açúcar (7,8%). Nesse sentido, é também notável a queda na participação relativa das culturas de algodão (5,1%), café (4,1%) e arroz (2,7%) que dominaram a pauta produtiva da região (Vasconcelos, 1992; Monbeig, 1998) até meados do século XX e que apresentam, na década de 1980, participações relativas significativamente mais modestas.

Tabela 10

Distribuição (%) do Valor da Produção Agropecuária (VPA) Regional, Segundo os Principais Produtos.

DIRA de São José do Rio Preto
1988-1989

Produto	VPA(%)
Laranja	37
Carne Bovina	15,6
Leite	9,4
Cana-de-Açúcar	7,8
Milho	7,6
Algodão	5,1
Café	4,1
Arroz	2,7
Feijão	2,2
Suínos	2,1
Aves (frango)	1,8
Ovos	1,1
Soja	1,1
Limão	0,7
Amendoim	0,7
Tomate	0,5
Látex	0,3
Casulo de seda	0,2

Fonte: Elaborado a partir de Vasconcelos, 1992: 97

Enfim, cumpre mencionar, ainda, a crescente importância da indústria do mobiliário no total da indústria do Estado de São Paulo e da região de São José do Rio Preto; nesta região, a indústria moveleira apresentou significativo crescimento a partir do período 1970/80, já figurando ao lado dos ramos têxtil e alimentício como um dos mais importantes setores da indústria regional (Araújo, 1991; Vasconcelos, 1992).

Desse modo, como pontua Araújo (1991), *“outro ramo industrial com representatividade ao nível estadual é o do mobiliário. Em 1970, a Região [Administrativa de São José do Rio Preto] respondia por 5,7% da produção do Estado e em 1980, por 14,8%. Essa expansão foi comandada pela região [de governo] de São José do Rio Preto, principalmente na segunda metade da década [1980], quando essa região [de governo de São José do Rio Preto] dobrou sua participação relativa na indústria regional”* (p.90)

Nesse ínterim, apresentado o contexto mais amplo em que se insere a industrialização de Votuporanga e região, a próxima seção tecerá um panorama da estrutura fundiária e da economia rural de Votuporanga, pano de fundo da maior relevância para que se possa compreender de que modo se realiza a industrialização do município, no decorrer da década de 1980.

2.3 O município de Votuporanga: um breve panorama do processo de industrialização

2.3.1 Estrutura Fundiária e a Produção Agroindustrial

“Desde a época da ocupação do território, as pequenas e médias propriedades predominaram de modo absoluto na agricultura de Votuporanga (...) Essa característica de nossa estrutura fundiária propiciou uma relativa diversificação da produção agrícola que (...) acabou por impedir a instalação exclusiva de monoculturas nocivas ao desenvolvimento econômico e à qualidade ambiental” (Plano Diretor Municipal de Votuporanga (PDM), 1995:44).

A estrutura fundiária da região de Votuporanga, incluindo-se o município-sede, foi marcada desde os primórdios de sua constituição, entre as décadas de 1940/50, pelo predomínio de pequenas propriedades, fruto de uma colonização assentada na investida do capital imobiliário na direção da zona de expansão da fronteira agrícola paulista, especialmente depois da crise da cafeicultura em São Paulo, em 1930 (Cano, 1977; Monbeig, 1998; Gonçalves, 1998).

As alterações na estrutura fundiária da região de Votuporanga, ao longo das décadas posteriores a 1950, foram muito pouco significativas, de modo que, a produção agrícola continuou se fazendo na região em pequenas e médias propriedades, pouco capitalizadas e com baixíssima capacidade de modernização (PDM, 1995; Peichoto, 2001).

Essa parece ter sido a razão pela qual a região de Votuporanga não conseguiu acompanhar a agroindústria dos cítricos⁴, fortemente concentrada na RG de São José do

⁴ A citricultura só ganha expressão no valor da produção agrícola (VPA) de Votuporanga bastante tardiamente, em 1994, quando responde por 60% do VPA do município; até então, sua participação oscilou de 1,5% em 1970 a 12,6% em 1985, para então alcançar a elevada participação registrada em meados da década de 1990 (PDM, 1995). De todo modo, Votuporanga não se inseriu no circuito dos municípios beneficiadores de suco de laranja, que representa o setor mais dinâmico do complexo dos cítricos.

Rio Preto, na década de 1980, e que se configurou como fator determinante para o desenvolvimento e a industrialização daquela área.

Efetivamente, enquanto no período 1970/80 o conjunto da RA de São José do Rio Preto, mas especialmente as Regiões de Governo mais a leste, ou seja, as de São José do Rio Preto e Catanduva alcançaram elevado grau de integração e desenvolvimento agroindustrial, em que a substituição das culturas tradicionais por culturas agroenergéticas se deu em larga escala, na região de Votuporanga, a cafeicultura⁵, ainda que praticada sob bases pouco desenvolvidas, com baixa produtividade, manteve-se fortemente presente na pauta produtiva da região (PDM, 1995; Peichoto, 2001).

De fato, as análises do Plano Diretor Municipal (PDM), de 1995, reiteram a prevalência das pequenas propriedades e da cultura do café, em associação com a pecuária e culturas de manutenção, na pauta produtiva da região de Votuporanga:

“Foi comum naquele momento [década de 1970] a anexação de pequenas propriedades dedicadas à produção de subsistência, a outras maiores, com maior viabilidade econômica e cujos proprietários dispunham de capitais para realizar investimentos. Em geral, foi desta maneira que se ampliaram em todo o país as áreas de pastagens que, além de largos contingentes de terras, demandaram recursos para a aquisição de animais (matrizes e reprodutores). Em Votuporanga, esse processo nunca chegou a ocorrer. Como podemos constatar, o café manteve-se em expansão até 1985. Essa cultura era realizada em grande parte nos pequenos e médios estabelecimentos e, garantia juntamente com a pecuária de leite, a viabilidade da pequena produção no município” (PDM, 1995: 48)

Desse modo, muito embora a área ocupada pela lavoura tenha diminuído, (de 13.923 ha para 11.329 ha) implicando uma redução em torno de 18,6%, entre 1970/80 e, a

⁵ O café registrou crescentes e importantes participações no valor da produção agrícola de Votuporanga, de 1970 a 1985: sua participação no VPA do município foi de 55%, em 1970; 80,3%, em 1980, e 62,5% em 1985. Em 1994, apresenta vertiginosa queda em sua participação, que cai para apenas 9% do VPA municipal (PDM, 1995).

despeito da área de pastagens apresentar crescimento (de 28.269 ha para 31.723 ha), elevando-se em 12,2%, isso não resultou em aumento no tamanho das propriedades rurais em Votuporanga.

Aliás, como o demonstra o quadro 2, o processo ocorrido foi exatamente o inverso, pois o número de propriedades pequenas (menos de 10 ha), aumenta sua participação relativa de 18,2% para 38,3%; por outro lado, o número de grandes propriedades (com mais de 1000 ha) mantém entre 1970/80 a participação relativa de 0,3% no total de estabelecimentos rurais.

Se olharmos, ainda, para o número de estabelecimentos com até 100 ha veremos que sua participação percentual aumenta de 87,6% para 91,4%, o que confirma a prevalência de médias e, sobretudo, pequenas propriedades no município de Votuporanga.

Quadro 2:

Estabelecimentos Rurais, por Grupos de Áreas Cultivadas
Município de Votuporanga
1970-1980

GRUPOS DE ÁREA	1970				1980			
	Nº ESTAB.	%	ÁREA	%	Nº ESTAB.	%	ÁREA	%
CULTIVADA								
< 10 ha	158	18.2	895	1.8	460	38.3	2.688	5.8
10 < 50 ha	496	57.0	12.024	24.7	538	44.8	11.924	25.7
50 < 100 ha	108	12.4	7.637	15.7	100	8.3	7.159	15.4
100 < 200 ha	58	6.7	8.047	16.5	56	4.7	7.935	17.2
200 < 500 ha	41	4.7	12.522	25.8	42	3.5	12.457	26.8
500 < 1000 ha	6	0.7	3.854	8.0	1	0.1	572	1.2
> 1000 ha	3	0.3	3.676	7.5	3	0.3	3.694	7.9
TOTAL	870	100	48.655	100	1.200	100	46.429	100
ATÉ 100 ha		87.6		42.2		91.4		46.9

Fonte: Extraído do Diagnóstico do PDM-1995: 49.

Nesse sentido, a predominância de pequenas propriedades, pouco capitalizadas e com baixa produtividade, reforça a hipótese de uma produção agropecuária de

abastecimento quase que puramente local, ainda mais se levarmos em conta a presença de laticínios e frigoríficos em Votuporanga, na década de 1980⁶, os quais são apenas parcialmente abastecidos pela produção agropecuária municipal (PDM, 1995).

Se efetivamente as áreas de pastagens apresentaram elevação entre 1970/80, (saltaram de cerca de 12% para 68,3% da área rural total do município) gerando, inclusive, aumento no efetivo bovino, (que aumenta de 31.982 cabeças, em 1970, para 43.021 cabeças, em 1985) a prática extensiva e a baixa produtividade tornaram a pecuária local pouco significativa em termos de participação relativa no total do efetivo da RA de São José do Rio Preto, muito embora a produção dos abatedouros locais seja deveras relevante (PDM, 1995).

De fato, a agroindústria de Votuporanga na década de 1980 apresentava produção bastante expressiva, sendo formada por frigoríficos bovinos (Frigorífico 4 Rios e Frigorífico Votuporanga S/A), por laticínios (SONATA e Nestlé) e mais ao final da década por um frigorífico avícola (Frango Rico). Na década de 1990 somaram-se aos estabelecimentos agroindustriais já existentes o frigorífico avícola Flor da Mata (1991) e o laticínio Digolu (1994).



⁶ Entre 1977 e 1990 estiveram em funcionamento no município de Votuporanga os abatedouros bovinos Frigorífico 4 Rios (substituído, em 1991, pelo Frigorífico Entre Rios) e o Frigorífico Votuporanga S/A. Entre 1980/91 também estiveram em funcionamento os abatedouros avícolas Frango Rico e Flor da Mata. Ainda, no período 1980/90 funcionaram em Votuporanga os laticínios SONATA e Nestlé; em 1994, entra em funcionamento o laticínio Digolu (PDM, 1995).

1987. Notícia da instalação do frigorífico avícola “Frango Rico”, no município de Votuporanga.
Fonte: Jornal Diário de Votuporanga (30/01/1987)

Os quadros a seguir, 3 e 4, mostram a evolução da produção dos abatedouros bovinos e dos laticínios do município, na década de 1980 e início dos anos 1990.

Através da análise do quadro 3 pode-se notar que os laticínios de Votuporanga entre os anos 1980/90 incrementaram sua produção em 46,06%, inclusive com a criação de um novo laticínio em 1994, o Digolu.

Destacado crescimento foi registrado, ainda, pelo laticínio Sonata, que aumenta sua produção em 132,6%, nesse período.

Quadro 3:

Produção Anual de Leite (em litros), por Laticínio
Município de Votuporanga
1980-1990

ANOS	SÓ NATA	NESTLÉ	DIGOLU	Total
1980	12.849.686	14.600.000	-----	27.449.686
1985	15.982.720	13.870.000	-----	29.852.720
1990	25.569.720	12.775.000	-----	38.344.720
1994	29.879.884	9.715.000	500.000	40.094.884

Fonte: Extraído do Diagnóstico do PDM-1995: 86

Finalmente, o quadro 4 nos mostra a produção anual de abates bovinos, no período 1980/90 dos frigoríficos locais, quais sejam, Frigorífico 4 Rios S/A e Entre Rios S/A.

Para o Frigorífico 4 Rios S/A pode-se observar que o auge da produção de abates se deu em 1982, ano em que foram registrados 107.372 bovinos abatidos. A partir de 1983 a

produção declina sensivelmente, até culminar em 1989/90 com as mais baixas estatísticas de abate da história do estabelecimento, que é então fechado em 1991.

Nesse ano, o Frigorífico 4 Rios S/A é substituído pelo Frigorífico Entre Rios S/A, que já apresenta no ano de sua fundação importante elevação no número de bovinos abatidos, na comparação com os quatro anos anteriores.

O quadro 4 permite observar, ainda, que a participação relativa dos bovinos oriundos da região de Votuporanga no total de bovinos abatidos pelo Frigorífico 4 Rios S/A, entre 1980 e 1991, gira em torno de 27%, apresentando participação percentual mais elevada no ano de 1982 (36,86%) e menor participação no ano de 1991 (11,06%), decréscimo que já revela os limites do desenvolvimento da pecuária na região de Votuporanga, ao longo da década de 1980.

Quadro 4:

Produção Anual de Abates Bovinos, Número de Bovinos Oriundos da Região de Votuporanga e Participação Percentual dos Bovinos da Região de Votuporanga no Total de Bovinos Abatidos.
Frigoríficos 4 Rios S/A e Entre Rios S/A
Município de Votuporanga
1980-1990

ANOS	Total de Bovinos Abatidos	Bovinos oriundos da Região de Votuporanga	Participação (%) da região de Votuporanga no Total
1980	94.709	28.646	30,25
1981	86.908	17.398	20,02
1982	107.372	39.572	36,86
1983	93.475	27.461	29,38
1984	87.098	21.535	24,73
1985	78.699	19.261	24,47
1986	60.143	16.349	27,18
1987	37.870	13.582	35,86
1988	33.560	10.532	31,38
1989	31.231	8.536	27,33
1990	33.075	7.420	22,43
1991*	48.686	5.386	11,06
TOTAL	792.826	215.678	27,20

Fonte: Extraído do Diagnóstico do PDM-1995: 82

*Refere-se aos abates realizados pelo Frigorífico Entre Rios S/A

De modo geral, esses números nos permitem observar que, a agroindústria em Votuporanga, na década de 1980, a despeito de todas as suas dificuldades, apresentou participação expressiva na atividade econômica do município, muito embora esteja bastante claro que a indústria muito mais do que a agropecuária é que se saiu fortalecida da associação entre os setores primário e secundário, nesse período (PDM, 1995).

O bom desempenho da indústria processadora de gêneros agrícolas, contudo, não foi isolado, inserindo-se na verdade, em um contexto mais abrangente de incentivo à industrialização, colocado em prática pelo Poder Público Municipal, com relativa sistemática, a partir dos anos 1970 e, especialmente na década de 1980, através de um conjunto de incentivos legais, regulamentados pela Lei nº 1.185, de 30 de outubro de 1970, que criou o PLAMIVO (Plano de Amparo e Incentivo Industrial de Votuporanga).

2.3.2 O PLAMIVO e a Indústria Moveleira em Votuporanga.

“Enquanto o Governo Estadual evitou conceder incentivos fiscais de qualquer natureza para a implantação de suas políticas de interiorização industrial, muitos municípios utilizaram-se das mais variadas e criativas formas para atração de indústrias: doação de terrenos, isenção de impostos e taxas municipais, ressarcimento de investimentos privados em infra-estrutura, devolução da quota municipal do ICM na proporção do valor adicionado propiciado pelas novas indústrias, criação de distritos industriais, entre outros” (Negri, 1996:56).

O Plano Municipal de Amparo e Incentivo Industrial de Votuporanga, (PLAMIVO), sancionado pelo prefeito Hernani de Mattos Nabuco, em outubro de 1970, constituiu-se, ao longo das décadas de 1970/80, no mais importante esforço formal do Poder Público Municipal no sentido de fomentar a industrialização no município de Votuporanga.

Contrariando o prognóstico do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI-71)⁷, encomendado pela prefeitura a uma consultoria privada, nesse mesmo período, o PLAMIVO procurou não só incentivar a instalação de novas indústrias no município, na década de 1970, mas também normatizar a atividade daquelas já existentes.

Cumpre registrar, o PLAMIVO teve grande parte de seus dispositivos implementados, surtindo, em grande medida, os efeitos desejados pelo Poder Público: cresce o número de indústrias e o volume de pessoal ocupado, aumentando, inclusive, a participação relativa da indústria municipal no total regional, a partir dos anos 1970.

De fato, como mostra o quadro 5, que apresenta um comparativo da Evolução Industrial dentre os municípios mais dinâmicos da RG de Votuporanga, notamos que, além do município aumentar sua participação relativa no total de indústrias da região, (passando de 44,7% para 56,6%), Votuporanga apresentou, ainda, maior incremento percentual no número de indústrias: entre 1960 e 1980, o número de indústrias cresceu 52,8%, saltando de 89 para 136 unidades industriais, incremento esse seguido por Riolândia (50%), Américo de Campos (46,2%) e Valentim Gentil (6,7%). Os municípios de Álvares

⁷ O PDI-71 concluiu que cerca de 95% do valor da produção industrial do município, em 1965, teve origem nas atividades de beneficiamento de algodão, arroz e café, sendo a fabricação de móveis responsável por menos de 4% do valor de produção industrial do município. O PDI constatou, ainda, que a atividade industrial de Votuporanga, em 1965, apresentava os mesmos níveis de 1959 (antes da instalação da Usina Termoeletrica Marechal Rondon) e que, sequer houve alteração substantiva no volume de pessoal ocupado, que apenas foi remanejado de agroindústrias decadentes para a Usina Termoeletrica. Nesse sentido, a estagnação do setor secundário, diagnosticada pelo PDI-71, foi imputada à estagnação da agricultura e às características próprias do setor, marcado por atividades de transformação superficiais e pouco elaboradas. (cf PDM, 1995: 205).

Florence, Cardoso e Cosmorama apresentaram decréscimo no número de unidades industriais.

Quadro 5:

Comparativo da Evolução Industrial

Municípios de Riolândia, Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Valentim Gentil, Votuporanga.

1960/1980

Municípios	1960	1980
Riolândia	6	9
Álvares Florence	16	11
Américo de Campos	13	19
Cardoso	34	27
Cosmorama	26	22
Valentim Gentil	15	16
Votuporanga	89	136
Total	199	240

Fonte: Extraído do Diagnóstico do PDM, 1995:210

A intensificação e consolidação do processo de industrialização pelo qual passou Votuporanga a partir de 1970, mas especialmente na década de 1980, está fortemente relacionado às diretrizes do PLAMIVO, que se configurou como instrumento de atração/fixação de um conjunto importante de indústrias no município, especialmente levando-se em conta a incipiente industrialização regional (PDM, 1995).

Com efeito, atentando para o texto da lei nº 1.185, que institui o PLAMIVO, identificamos uma série de concessões, facilidades e diretrizes de investimento que parecem ter sido determinantes na maturação da industrialização votuporanguense.

Destarte, observemos alguns excertos da lei que institui o PLAMIVO e que corroboram essa análise:

“Art 1º - Fica criado do Plano de Amparo e Incentivo Industrial de Votuporanga – PLAMIVO – na forma desta lei e de acordo com posterior regulamentação do Executivo.

Parágrafo Único – Fica a Prefeitura do Município de Votuporanga autorizada a ceder ou doar bens imóveis do Patrimônio Municipal, bem como a conceder os incentivos fiscais previstos nesta lei, a firmas individuais ou coletivas que instalem ou ampliem suas instalações no município de Votuporanga, de forma a aumentar a busca de mão-de-obra e a arrecadação do erário público.

(...)

Art. 7º - Para efeito do dispositivo no art. 1º fica o Executivo autorizado a:

- I- Dispor de móveis de seu patrimônio, não necessários à implantação de equipamento urbano, social ou administrativo, exceção feita às áreas de domínio público.*
- II- Desapropriar terrenos para formar áreas industriais de propriedade do município.*
- III- Negociação junto aos proprietários, para aquisição de imóvel pela empresa interessada.*

(...)

Art. 14º - A distribuição de área para cada empresa interessada obedecerá às suas necessidades de instalação, examinada pela Diretoria de Obras da Prefeitura e submetida à apreciação da comissão do PLAMIVO, que examinará, ainda, o quociente de expansão da empresa.

Art 15º - Ficará isenta dos impostos municipais pelo prazo de 10, 15 ou 20 anos, a empresa industrial que se estabelecer de conformidade com a presente lei, ou as empresas já estabelecidas (...) e requeira o favor fiscal e obtenha o parecer favorável da comissão do PLAMIVO.

Art 16º - Aos habilitados do PLAMIVO e por ele beneficiados, além dos favores fiscais concedidos, o município proporcionará os seguintes benefícios:

- I – Concessão, sem ônus, do terreno necessário para a indústria do interessado, na área do parque industrial, na margem da rodovia Mirassol-Presidente Vargas.*
- II – Fornecimento gratuito de plantas e projetos das construções de acordo com as especificações técnicas, bem como acompanhamento da obra por engenheiro da Prefeitura.*
- III – Rede de energia elétrica no local.*
- IV – Rede de água e esgoto até a indústria.*
- V – Rede de linha telefônica até a indústria*
- VI – Terraplanagem e compactação do terreno.*
- VII – Retirada de terra bem como colocação da mesma quando for necessário.*
- VIII – Asfaltamento do acesso até a entrada da indústria.*
- IX – Transporte dos maquinários novos como também nos casos da mudança da cidade para o parque industrial.*
- X – Devolução, a título de prêmio, como incentivo, do ICM parte do município, durante cinco anos, obedecendo a seguinte escala: 100% no primeiro ano; 75% no segundo ano; 60% no terceiro ano; 40% no quarto ano e 20% no quinto ano.*
- XI – Assistência da Prefeitura junto aos bancos e Caixa Econômica da cidade, dentro de suas possibilidades.*

XII – A prefeitura se encarregará da construção de um recinto especial que servirá para a realização anual de uma feira, exposição das indústrias da cidade bem como a produção e propaganda da mesma no Estado e em todo o Brasil.

Art. 17º - Às empresas habilitadas e beneficiadas pelo PLAMIVO, serão prestadas pelo município, pelo prazo de 5 anos a contar da data da habilitação, os seguintes serviços:

- A) – Fornecimento de materiais produzidos pelos municípios, mediante preços regulamentares.*
- B) – Prestação prioritária de quaisquer outros serviços de competência do município, mediante preços e tarifas regulamentares;*
- C) – Execução de vias de acesso que se fizerem necessárias para adaptar a área de terreno do fim a que se destinar” (Pavam & Abê, s/d: 195-8)*

Além da concessão de incentivos fiscais, provimento de serviços de infra-estrutura executados pelo Poder Público a preços subsidiados, fornecimento gratuito de serviços técnicos (plantas e projetos construtivos) e gerais (transporte de maquinário e mobiliário industrial), o Poder Público Municipal, cumprindo as diretrizes do PLAMIVO, realizou vultosos investimentos na criação de um distrito industrial e na ampliação dos serviços de infra-estrutura urbana, especialmente voltados para as necessidades da produção industrial.

Da perspectiva do Poder Público, o montante desse investimento se justificava essencialmente por duas razões: em primeiro lugar se tratava de alavancar definitivamente a industrialização do município, especialmente a agroindústria de processamento de carnes e laticínios, bem como a indústria moveleira; em segundo lugar, tratava-se de disciplinar a atividade industrial.

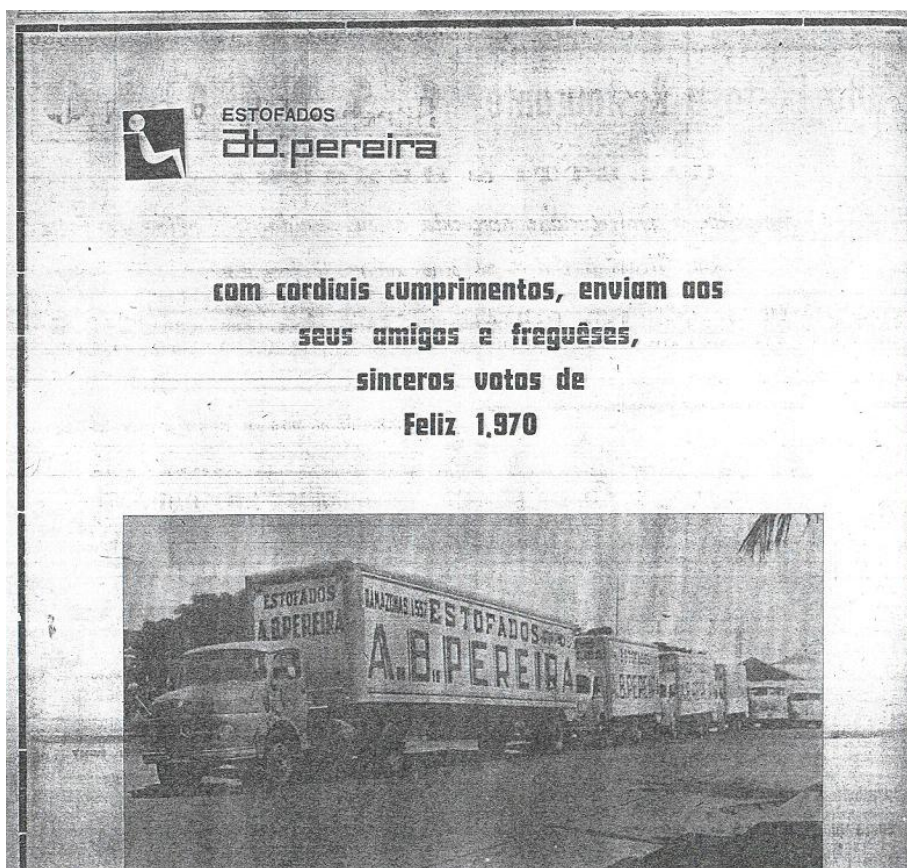
Isso porque na ausência de um distrito industrial e, mesmo de leis de zoneamento, muitas indústrias estavam radicadas em áreas residenciais, causando incômodo à vizinhança e mesmo comprometendo a qualidade de vida da população (*idem, ibidem*).

Interessantemente, a despeito da notável importância da agroindústria na economia local, nas décadas de 1970/80, foi a indústria moveleira quem capitaneou a instalação do I

Distrito Industrial do município e mesmo a criação da entidade de representação do setor industrial (AIRVO), ainda em meados da década de 1970.

Constituída de pequenas unidades, a indústria moveleira, herdeira das pequenas marcenarias⁸ de imigrantes europeus, instaladas na cidade entre os anos 1940/50, era então bastante recente: a indústria de Móveis e Estofados A.B. Pereira, instalada em 1962, foi a primeira indústria moveleira de produção em série de Votuporanga.

⁸ Essas pequenas marcenarias produziam móveis de madeira maciça (geralmente de cedro, pinho, mogno, ou imbuia) e se beneficiavam da abundante matéria-prima existente nas extensas áreas de floresta que recobriam a região entre 1940/50. Fabricavam todo tipo de artefato de madeira, de móveis residenciais a urnas funerárias, passando por móveis de escritório, instalações para clubes, igrejas, hotéis, restaurantes, indústria e comércio. Dentre os pioneiros da produção de móveis em Votuporanga destacam-se: Marcenaria Progresso (1938), de Sílvio Tanida; Marcenaria, Carpintaria e Esquadrias Brasil (1941), de Antônio Dias Ribeiro e filhos; Marcenaria Líder (1946), de Victorio Albarello e filhos; Marcenaria e Carpintaria Sevilha (1949), de Frederico Escudeiro e filhos, dentre outros (Davanço, 1999).



1970. Publicidade da indústria de móveis Estofados AB Pereira
 Fonte: Jornal Oeste Paulista (01/01/1970)

No enalço da A.B. Pereira⁹ se seguiram inúmeras outras, atraídas, de um lado, pela crescente demanda dos centros urbanos da região, e de outro, pela enorme distância de centros fornecedores (como São Bernardo do Campo), o que facilitava enormemente o desenvolvimento dessa indústria, a despeito da baixa qualidade dos produtos oferecidos (Pavam & Abe, s/d).

⁹ À Indústria de Móveis e Estofados A.B. Pereira, pioneira na fabricação de móveis seriados, seguiram-se: Fábrica de Móveis São José (1963), Fábrica de Estofados e Colchões de Mola Brasil (1964), Fábrica de Móveis 15 de Novembro (1965), Estofados Figsanbel Ltda (1966), Industria de Móveis Tavares (1967), Indústria de Móveis Cosmo (1968), DACAR Indústria e Comércio de Móveis (1969), Móveis Cacique (1969), Plama – Produtos de Plásticos e Madeiras Ltda (1969), Estofados Mimoflex Ltda (1970), dentre as centenas de empresas que se instalaram no município a partir da década de 1970 (Davanço, 1999)

Os empreendedores dessa nascente indústria esbarravam, freqüentemente, no problema da inadequação de sua localização, via de regra, em meio a áreas residenciais, o que acabou por mobilizá-los tanto para a criação de uma entidade de representação coletiva, a AIRVO, quanto para a instalação do I Distrito Industrial.

De fato, segundo Pavam & Abê, *“preocupados com a falta de uma estrutura adequada para dar suporte e promover eventos que pudessem auxiliar o setor moveleiro, alguns empresários se reuniram para fundar uma associação própria. Até meados da década de 1970, a entidade representativa da classe industrial era a Associação Comercial e Industrial, cujas atenções eram voltadas mais especificamente para o desenvolvimento do comércio, que apresentava um (...) crescimento mais rápido. Os industriais então fundaram a AIRVO (Associação Industrial da Região de Votuporanga) congregando empresas(...) de Votuporanga e de Valentim Gentil...”* (s/d: 65).

Apesar de se configurar como uma associação de representação de todos os setores industriais, desde os seus primórdios, a constituição da AIRVO esteve fortemente marcada pela presença de industriais moveleiros, o que acabou permitindo a esse setor da indústria uma articulação institucional mais consistente, o que parece ter sido decisivo para a sua sobrevivência e desenvolvimento nas décadas seguintes, apesar da visível desvantagem em produtividade, tamanho e capacidade de investimento, com relação às agroindústrias.

De fato, a significativa representação política da AIRVO foi deveras determinante na implantação e na viabilização do I Distrito Industrial, expressivamente ocupado por indústrias do mobiliário, entre as décadas de 1970/80.

Aliás, o desenvolvimento da indústria moveleira na década de 1980 foi extremamente importante para a conformação de uma economia urbana em Votuporanga e, sobretudo, para sua consolidação como pólo regional.

De acordo com o Diagnóstico para o Setor Secundário, do PDM, 1995, *“em 1980, já com o parque industrial bem mais diversificado, a cidade tinha 136 estabelecimentos industriais que ocupavam 2.228 pessoas. Desse total, 1.205, ou 54%, somente nas*

indústrias do mobiliário, o que mostra o crescimento e a predominância deste segmento que incorpora mais trabalho a matéria-prima” (p. 205).

Do mesmo modo, a expansão da indústria moveleira em Votuporanga foi responsável pela absorção de parcelas significativas da mão-de-obra egressa do campo, mormente em função do declínio da produção agrícola (notadamente do café) e da ampliação, concomitante, da área de pastagens.

Ainda, segundo o PDM-1995, a consolidação da indústria “*marca um período de disseminação das práticas de administração e gerenciamento (...) abrindo mercado de trabalho (...) e gerando demandas para o comércio e serviços em proporções muito maiores que no período anterior. (...) Da completa dependência do setor primário, a indústria local passou a uma posição de relativa autonomia com o surgimento de gêneros como o do mobiliário, materiais de transporte e do vestuário que obviamente (...) propiciam uma maior absorção de mão-de-obra*”(p. 208-9).

De fato, iniciou-se uma dinâmica de diversificação do parque industrial, na década de 1980, ao mesmo tempo em que se fortaleciam as indústrias alimentícia e moveleira, esta última, fortemente intensiva em mão-de-obra.

Nesse ínterim, como o demonstra o quadro 6, em 1980, a indústria do mobiliário respondia por 30,6% dos estabelecimentos industriais e por 54% do pessoal ocupado, seguida pela indústria alimentícia, que então respondia por 23,88% dos estabelecimentos industriais e por apenas 16% do pessoal ocupado, o que já evidencia a enorme importância da indústria moveleira na absorção de mão-de-obra no setor secundário.

A elevada capacidade da indústria moveleira de incorporar mão-de-obra, especialmente aquela de baixa qualificação, reflete-se, por conseguinte, nos níveis de emprego e na

própria dinâmica da economia urbana do município, aquecida pela capacidade de compra de uma massa assalariada que efetiva seu consumo na cidade (PDM, 1995).

Quadro 6

Numero de Estabelecimentos Industriais e Pessoal Ocupado
Município de Votuporanga
1980

Indústrias	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado
Materiais não metálicos	20	133
Metalurgia	2	—
Materiais Elétricos e Comunicação	1	—
Materiais de Transporte	6	219
Madeira	4	43
Mobiliário	41	1205
Borracha	1	—
Couro/Pele:Similares	4	24
Produtos de Matérias Plásticas	3	13
Têxtil	2	—
Vestuário/Calçados	5	71
Produtos Alimentícios	32	357
Bebidas	2	—
Editoras e Gráficas	9	48
Diversos	2	—
Total	134	2228

Fonte: Extraído do Diagnóstico do PDM, 1995? 209

2.4 Reversão do esvaziamento demográfico: a retomada do crescimento populacional na RA de São José do Rio Preto e RG de Votuporanga (1970-1991).

A trajetória de recuperação demográfica do Oeste Paulista e, em especial, da Região Administrativa de São José do Rio Preto está diretamente associada ao desenvolvimento da indústria e à consolidação de alguns centros urbanos dinâmicos nessa área, capazes de polarizar a economia e absorver uma significativa mão-de-obra expulsa do campo, que demandava por ocupações urbanas, mormente de baixa qualificação.

A reversão do esvaziamento demográfico dentre as Regiões de Governo da RA de São José do Rio Preto fica bastante evidenciada na tabela 11, que apresenta a taxa geométrica de crescimento anual da população para o conjunto da RA de São José do Rio Preto, bem como para as RGs de São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales.

Pode-se notar generalizada retomada do crescimento na comparação 1970/80 e 1980/91 para todas as áreas em análise, à exceção da RG de Catanduva, que apresenta ligeira diminuição na taxa de crescimento, nesse período.

Para o conjunto da RA de São José do Rio Preto, a taxa de crescimento da população mais do que duplica, e para as regiões que constituem as “zonas novas”, ou seja, que compõem os limites da fronteira agrícola do Oeste Paulista, há clara reversão na tendência de perda populacional, pois as taxas de crescimento no período 1980/91, a despeito de modestas, são bastante significativas frente às taxas negativas de crescimento no período

1970/80, quando essas regiões registraram decréscimo absoluto no volume de sua população.

Efetivamente, cumpre mencionar que, para a RG de Votuporanga a taxa geométrica de crescimento passou de -0,2% ao ano, entre 1970-1980, para 0,87% ao ano, no período 1980/91; igualmente na RG de Fernandópolis a taxa geométrica de crescimento passou de -0,43% ao ano, no período 1970/1980, para 0,41% ao ano no período 1980/91. Na RG de Jales a recuperação foi deveras importante, pois a taxa geométrica de crescimento da população passa de -1,8% ao ano para 0,27% ao ano.

Essa tendência de reversão do esvaziamento demográfico nas RGs da porção oeste da RA de São José do Rio Preto é bastante emblemática do avanço da urbanização e da complexificação das atividades agroindustriais nessas regiões, especialmente nos municípios-sede (Seade, 1990; Vasconcelos, 1992; PDM-1995).

Tabela 11:

Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (%)

Regiões de Governo de São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales.
1970-1991

Áreas	Taxas de Crescimento	
	1970/80	1980/1991
RG de SJ Rio Preto	1,85	2,52
RG de Catanduva	1,77	1,42
RG de Votuporanga	-0,2	0,87
RG de Fernandópolis	-0,43	0,41
RG de Jales	-1,8	0,27
RA S J Rio Preto	0,71	1,59

Fonte: Informe Demográfico nº 23 e SEADE, 2004.

Nesse sentido, a tabela 12, que apresenta o volume da população das Regiões de Governo da RA de São José do Rio Preto, bem como a evolução de sua participação percentual no total da Região Administrativa, reforça a percepção da retomada do crescimento demográfico: todas as RGs apresentam aumento no volume de sua população total, especialmente as RGs de São José do Rio Preto, Catanduva e Votuporanga, as quais apresentam maior incremento percentual no volume de sua população, nesse período.

Em média, a RA de São José do Rio Preto apresentou um incremento de 18,58% no volume de sua população, com destaque para a RG de São José do Rio Preto que, consolidando sua liderança regional, aumentou seu volume populacional em 30,9%, seguida por Catanduva (16,46%), Votuporanga (9,8%), Fernandópolis (4,51%) e Jales (2,94%).

Efetivamente, as regiões a leste apresentaram maior capacidade de reverter as perdas populacionais do período anterior, o que se deve, evidentemente, ao maior desenvolvimento econômico e urbano dessas áreas.

Nesse ínterim, o que observamos por meio da tabela 12, é um aumento da concentração populacional nas áreas mais antigas, especialmente da RG de São José do Rio Preto, que passa de uma participação relativa de 42,36% para uma participação relativa da ordem de 46,76%, o que vem confirmar seu destaque econômico e demográfico no contexto regional.

Tabela 12:

População Total e Participação Relativa (%) das Regiões de Governo no total da População da RA de São José do Rio Preto
RA de São José do Rio Preto e Regiões de Governo
1980-1991

Áreas	1980		1991	
	População Total	(%)	População Total	(%)
RG de SJ Rio Preto	402.333	42,36	526.629	46,76
RG de Catanduva	190.045	20,01	221.314	19,65
RG de Votuporanga	130.005	13,69	142.744	12,67
RG de Fernandópolis	95.490	10,05	99.794	8,86
RG de Jales	131.964	13,89	135.849	12,06
RA S J Rio Preto	949.837	100,00	1.126.330	100,00

Fonte: Informe Demográfico nº 23 e SEADE, 2004

Cumpra registrar, ainda, que sobremaneira nas regiões mais a oeste da RA de São José do Rio Preto, ou seja, nas RGs de Votuporanga, Fernandópolis e Jales, mesmo na década de 1980, as perdas populacionais são expressivas nos pequenos municípios que compõem essas regiões, os quais são altamente dependentes da estrutura urbana, dos serviços públicos e das oportunidades econômicas ofertadas pelos municípios-sede, que apresentam desenvolvimento econômico, urbano e crescimento populacional mais expressivos (PDM, 1995).

Destarte, a tabela 13 mostra que, embora o município de São José do Rio Preto apresente os maiores incrementos percentuais no volume de sua população, (49,15%), entre 1980 e 1991, o incremento populacional nos municípios-sede das regiões mais a oeste, foi bastante superior ao registrado pelo conjunto de suas RGs, com destaque para os municípios de Votuporanga (cujo incremento no volume da população foi de 23,45%) e Fernandópolis (17,58%).

Deve-se observar, ainda, o elevado grau de urbanização desses municípios, tanto em 1980 quanto em 1991, todos (à exceção de Jales) com grau de urbanização superior à média do Estado de São Paulo, que era de 88,64% e 92,77%, respectivamente (Seade, 2004).

Tabela 13:

População Total e Grau de Urbanização (%)

Municípios de São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales
1980-1991

Áreas	1980 População	Grau de Urbanização (%)	1991 População	Grau de Urbanização (%)
S. J. do Rio Preto	187403	94,91	279507	97,45
Catanduva	72578	90,51	90462	96,95
Votuporanga	52085	87,35	64297	93,46
Fernandópolis	46853	86,2	55086	92,57
Jales	38480	74,58	41163	87,67

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2004.

Ainda no tocante ao Grau de Urbanização, como o elucida a tabela 14, pode se notar que, para todas as RGs da RA de São José do Rio Preto, o Grau de Urbanização é bastante inferior àquele registrado pelos municípios-sede, o que pode ser tomado como um indicativo da concentração de atividades econômicas urbanas, via de regra mais dinâmicas, nesses municípios, que se apresentam como sub-pólos regionais.

Tabela 14:

Grau de Urbanização (%)

Regiões de Governo de São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales
1980-1991

Grau de Urbanização (%)		
Áreas	1980	1991
RG de SJ Rio Preto	77,24	87,91
RG de Catanduva	69,28	85,23
RG de Votuporanga	66,43	79,49
RG de Fernandópolis	65,15	79,38
RG de Jales	60,94	73,82
RA S J Rio Preto	70,69	83,86

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2004.

Na Região de Governo de Votuporanga, o comportamento demográfico e a evolução econômica e urbana regional apresentaram-se muito semelhantes aos processos constatados para o conjunto da RA de São José do Rio Preto.

Assim, fez-se aqui presente, também, a polarização econômica e a concentração populacional no município de Votuporanga que, absorveu parte importante da população dos municípios de seu entorno, especialmente a partir da década de 1980, quando entram definitivamente em declínio as culturas exportáveis tradicionais (mormente o café) e as oscilações nos preços das culturas de manutenção comprometem significativamente a pequena produção, ao mesmo tempo em que avançam as áreas de pastagens, no conjunto da região.

Economicamente debilitados, esses municípios passam a emitir importantes fluxos populacionais para Votuporanga que, sobremaneira na década de 1980, expande e consolida sua indústria de transformação, destacando-se a indústria moveleira, com elevada capacidade de absorção de mão-de-obra, especialmente daquela com baixa qualificação (Seade, 1990; PDM, 1995).

Essa conformação econômica e sócio-demográfica pode ser observada a partir da análise da tabela 15, que mostra a evolução da população, por situação de domicílio, dos municípios da RG de Votuporanga.

Nota-se, claramente, o declínio no volume absoluto da população de parte expressiva dos municípios da região (dos 14 municípios existentes¹⁰ no período 1980-1991, 5 apresentam decréscimo absoluto no volume de sua população), acentuadamente da população rural, expulsa do campo pelas crescentes pressões no sentido da modernização

¹⁰ O município de Parisi foi criado em 30/12/1991

das técnicas e processos produtivos, em decorrência da expansão das áreas de pastagens, mas sobremaneira pela paulatina inviabilização da pequena propriedade rural.

Aliás, é interessante notar que em todos os municípios da RG de Votuporanga, mesmo naqueles em que houve aumento absoluto no volume da população, entre 1980-1991, registrou-se diminuição absoluta no contingente da população rural.

Isso significa dizer, ainda, que os municípios que registraram aumento nos seus contingentes populacionais devem esse incremento ao crescimento da população urbana, o que pode ser tomado como indício de quais municípios no interior da RG de Votuporanga mantêm uma atividade econômica urbana mais dinâmica.

Tabela 15:

Evolução da População, por Situação de Domicílio
Municípios da RG de Votuporanga
1980-1991

Áreas	1980			1991		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Álvares Florence	6.615	1.840	4.775	5.066	2.392	2.674
Américo de Campos	6.897	3.362	3.535	5.611	3.661	1.950
Cardoso	12.010	8.742	3.268	12.269	9.820	2.449
Cosmorama	8.642	2.674	5.968	7.838	3.462	4.376
Floreal	3.598	1.812	1.786	3.545	2.340	1.205
Macaubal	6.373	3.445	2.928	7.370	5.167	2.203
Magda	3.565	1.373	2.192	3.677	2.498	1.179
Monções	2.403	1.072	1.331	2.121	1.451	670
Nhandeara	10.209	5.935	4.274	10.359	7.219	3.140
Parisi*	0	0	0	1.521	927	594
Pontes Gestal	2.855	1.372	1.483	2.964	1.944	1.020
Riolândia	6.830	4.902	1.928	7.737	6.808	929
Sebastianópolis do Sul	2.357	741	1.616	2.503	1.210	1.293
Valentim Gentil	5.378	3.415	1.963	5.866	4.480	1.386
Votuporanga	52.085	45.497	6.588	64.297	60.091	4.206
RG de Votuporanga	129.817	86.182	43.635	142.744	113.470	29.274

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2004

*O município de Parisi foi criado em 30/12/1991

A tabela 16, reproduzida abaixo, endossa essa análise, pois o baixo Grau de Urbanização dos municípios da RG de Votuporanga dão indícios de um baixo desenvolvimento das atividades urbanas.

Em 1980, o Grau de Urbanização da RG de Votuporanga (66,43%) é inferior ao da RA de São José do Rio Preto (70,69%) e bastante inferior ao do Estado de São Paulo (88,64%) (Seade, 2004), comportando, entretanto, grande heterogeneidade em sua composição.

Assim, enquanto o município de Votuporanga apresenta Grau de Urbanização (87,35%) próximo à média estadual, 11 dos 14 municípios que compunham a RG de Votuporanga em 1980, apresentam Grau de Urbanização inferior à média da própria RG de Votuporanga (66,43%).

Em 1991, embora o Grau de Urbanização dos municípios da RG aumente, apenas os municípios de Cardoso (80,04%), Riolândia (87,99%) e Votuporanga (93,46%) alcançam Grau de Urbanização próximos às médias da RA de São José do Rio Preto (83,86%) e do Estado de São Paulo (92,77%) (Seade, 2004).

Tabela 16
Grau de Urbanização (%)
Municípios da RG de Votuporanga
1980-1991

Grau de Urbanização (%)		
Áreas	1980	1991
Álvares Florence	27,82	47,22
Américo de Campos	48,75	65,25
Cardoso	72,78	80,04
Cosmorama	30,95	44,17
Floreal	50,36	66,01
Macaubal	54,05	70,11
Magda	38,51	67,94
Monções	44,62	68,41

Nhandeara	58,13	69,99
Parisi	—	60,95
Pontes Gestal	48,04	65,59
Riolândia	71,77	87,99
Sebastianópolis do Sul	31,45	48,34
Valentim Gentil	63,5	76,37
Votuporanga	87,35	93,46

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2004

A tabela 17, reproduzida abaixo, que apresenta a evolução da população por situação de domicílio dos municípios da RG de Votuporanga evidencia o peso da população rural na composição total da população desses municípios, reiterando as análises anteriores que apontavam para a diminuição da população rural como elemento determinante na diminuição absoluta no volume da população total, ou ainda, como elemento de primeira ordem para a compreensão das baixas taxas de crescimento da população dos municípios da RG de Votuporanga, no período 1980-1991.

Tabela 17:

Evolução da População por Situação de Domicílio
Municípios da RG de Votuporanga
1980-1991

Áreas	1980			1991		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Álvares Florence	6.615	1.840	4.775	5.066	2.392	2.674
Américo de Campos	6.897	3.362	3.535	5.611	3.661	1.950
Cardoso	12.010	8.742	3.268	12.269	9.820	2.449
Cosmorama	8.642	2.674	5.968	7.838	3.462	4.376
Floreal	3.598	1.812	1.786	3.545	2.340	1.205
Macaubal	6.373	3.445	2.928	7.370	5.167	2.203
Magda	3.565	1.373	2.192	3.677	2.498	1.179
Monções	2.403	1.072	1.331	2.121	1.451	670
Nhandeara	10.209	5.935	4.274	10.359	7.219	3.140
Parisi	—	—	—	1.521	927	594
Pontes Gestal	2.855	1.372	1.483	2.964	1.944	1.020
Riolândia	6.830	4.902	1.928	7.737	6.808	929
Sebastianópolis do Sul	2.357	741	1.616	2.503	1.210	1.293
Valentim Gentil	5.378	3.415	1.963	5.866	4.480	1.386
Votuporanga	52.085	45.497	6.588	64.297	60.091	4.206

RG de Votuporanga	129.817	86.182	43.635	142.744	113.470	29.274
--------------------------	---------	--------	--------	---------	---------	--------

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2004

No tocante às taxas de crescimento da população, nota-se, observando a tabela 18, que para o município de Votuporanga há uma pequena diminuição na intensidade do crescimento: no período 1970/80 a taxa geométrica de crescimento anual da população foi de 2,82%, enquanto no período 1980/1991 foi registrada uma taxa geométrica de crescimento anual de 2,15%. Já para o conjunto da RG de Votuporanga foi registrada uma importante reversão na tendência de crescimento negativo: destarte, a taxa geométrica de crescimento anual da população passou de -0,22%, no período 1970/80 para 0,87% ao ano, no período 1980/1991.

Os fenômenos de relativa diminuição na intensidade do crescimento da população do município de Votuporanga e de relativa reversão na tendência de perda populacional dos municípios da RG de Votuporanga, identificados anteriormente, estão fortemente relacionados, pois durante o período 1970/80 os municípios da RG de Votuporanga apresentaram significativas perdas de população que, foi em parte, absorvida pelo município de Votuporanga.

À medida que os municípios da RG de Votuporanga apresentavam maior capacidade de retenção de população, conforme se pode inferir pela taxa de crescimento positiva (ainda que modesta) registrada para o conjunto da RG de Votuporanga, no período 1980/1991, diminui o contingente de população egressa desses municípios que se dirige para Votuporanga.

Tabela 18:

Taxas Geométricas de Crescimento Anual da População (%)
Região de Governo e Município de Votuporanga
1970-1991

Áreas	1970/80	1980/91
Município de Votuporanga	2,82	2,15
RG de Votuporanga	-0,22	0,87

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 1990; 2004.

Deve-se atentar, contudo, como o demonstra a tabela 19, que apresenta os saldos migratórios para a RG e município de Votuporanga, no período 1970-1991, para o fato de que, embora tenha apresentado taxa geométrica de crescimento da população bastante relevante, no período 1970/80, o município de Votuporanga perde população nas trocas migratórias, o que parece indicar que as taxas de crescimento desse período se devem mais ao crescimento vegetativo do que ao saldo migratório.

Ainda no tocante à tabela 19, nota-se que tanto para a RG quanto para o município de Votuporanga aumenta sensivelmente o saldo migratório que, fortemente negativo no período 1970/80 começa a delinear uma trajetória de recuperação no período 1980/1991 evidenciando a reversão da tendência de esvaziamento demográfico dos municípios da RG de Votuporanga.

Tabela 19:

Saldos Migratórios
RG e Município de Votuporanga
1970-1991

Áreas	1970/1980	1980/1991
RG de Votuporanga	-21.441	5.176
Município de Votuporanga	-9.818	3.100

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2004.

Finalmente, a tabela 20 apresenta os volumes de imigração, emigração e o saldo migratório de Votuporanga nas trocas migratórias com os demais municípios da RG de Votuporanga. De modo geral vê-se que Votuporanga ganha nas trocas migratórias com praticamente todos os municípios de sua região, no período 1986-1991, perdendo população apenas para os municípios de Macaúbal e Sebastianópolis do Sul, provavelmente devido a uma recuperação conjuntural das lavouras da região (PDM, 1995).

Os municípios da RG de Votuporanga que enviam os maiores contingentes de população para o município de Votuporanga são Cosmorama (426 pessoas), Álvares Florence (435 pessoas), Cardoso (252 pessoas) e Américo de Campos (234 pessoas). Igualmente, os municípios que mais recebem população egressa de Votuporanga são os municípios de Cosmorama (317 pessoas), Valentim Gentil (182 pessoas) e Cardoso (135 pessoas).

Assim, finalmente, a dinâmica mais expressiva de trocas populacionais estabelecida entre Votuporanga e esses municípios se explica, ao menos em parte, pela integração territorial aqui existente: localizados na área de contato com o município de Votuporanga, os municípios de Cosmorama, Álvares Florence e Valentim Gentil se articulam sensivelmente à dinâmica econômica de Votuporanga, mantendo atividades urbanas e rurais que gravitam em torno da economia votuporanguense (PDM, 1995).

Tabela 20:
Trocas Migratórias
Município de Votuporanga
1986-1991

Votuporanga			
Municípios	Imigração	Emigração	SM
Álvares Florence	435	76	359

Américo de Campos	234	41	193
Cardoso	252	135	117
Cosmorama	426	317	109
Floreal	73	26	47
Macaubal	47	88	-41
Magda	67	0	67
Monções	40	0	40
Nhandeara	105	87	18
Pontes Gestal	22	0	22
Riolândia	73	50	23
Sebastianópolis do Sul	0	51	-51
Valentim Gentil	201	182	19
Sub-Total	1.975	1053	922
Outros em SP	4.943	–	–
Demais UF/Países	2.258	–	–
Total	9.176	–	–

Fonte: Elaborado a partir de Censo Demográfico – 1991; Tabulações Especiais, NEPO/Unicamp.

2.5. A Emergência da Cidade Industrial

“Por meio de extensores e de programas de habitação popular, a cidade aumenta desmesuradamente a sua superfície total e este aumento da área encoraja a especulação, o processo recomeçando e se repetindo em crescendo” (Santos, 2000: 46).

A implantação de distritos industriais no município de Votuporanga, desde o final da década de 1970, foi deveras determinante para a conformação do desenho urbano e para a orientação da distribuição da população no espaço intra-urbano.

Foi essencialmente a partir da estruturação do Pólo Comercial e Industrial de Votuporanga (1979) e dos dois primeiros distritos industriais (1978 e 1979, respectivamente) que se abriu uma frente de expansão ao norte e noroeste do perímetro urbano, conformando um novo eixo de intenso dinamismo econômico.

Graças aos incentivos e regulamentação do PLAMIVO houve importante transferência de empresas já sediadas no município, bem como instalação de novas

empresas nas áreas zoneadas para uso industrial, todas localizadas nas franjas do perímetro urbano legal, no sentido norte-noroeste, conformando aglomerações de moradia popular, já que a consolidação da indústria de transformação (destacadamente a moveleira) (PDM, 1995) no município requeria a aproximação das áreas de moradias operárias da localização industrial, como forma de otimização dos custos da reprodução do capital.



1985. Detalhe da mancha urbana de Votuporanga, com a malha centro-sul em primeiro plano e a malha norte, na zona de expansão urbana, na parte superior da imagem.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2004.

Nesse sentido, a produção social do espaço urbano (Gottdiener,1997) passa a se orientar fortemente em função das necessidades das novas aglomerações industriais, que demandam políticas de infra-estrutura urbana e de transportes, as quais são apenas parcialmente providas pelo Poder Público.

Dessa forma, paulatinamente, a dinâmica de expansão imobiliária no espaço intra-urbano se desloca do eixo centro-sul para o eixo centro-norte, ratificando a centralidade do centro tradicional (Villaça, 2001), embora deslocando a configuração dos bolsões de pobreza e das áreas de moradia popular para a frente de expansão norte, gerando um efeito indireto de enobrecimento da zona sul, a despeito da permanência, ao longo das décadas seguintes, de antigos bolsões de pobreza (a exemplo da favela Ipiranga, a mais importante e mais antiga do município) nessa região.

Essa análise é endossada pela percepção de como se orientou a política habitacional em Votuporanga nas duas últimas décadas, pelo Secretário de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga¹¹:

De acordo com o secretário, “... o que esteve em questão aqui[a partir dos anos 1980] é onde localizar os pobres e seus espaços standardizados? Os lugares dos pobres são mal produzidos do ponto de vista projetual e mesmo da sociabilidade; por essa razão os loteadores querem empurrar esses lugares para longe de seu investimento. Contraditoriamente, quando os lugares dos pobres se instalam, há imediatamente valorização imobiliária na região do entorno” (Gustavo de Souza Fava, Secretário de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga)

¹¹ Entrevista concedida pelo arquiteto-urbanista, atual secretário da pasta de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga, Gustavo de Souza Fava, em 16/11/04

Cohab faz alerta aos mutuários

"Ninguém deve comprar casas do Conjunto Habitacional 'Brisas Suaves', sem a mediação do Escritório Regional da Cohab, instalado em Fernandópolis". A recomendação foi feita ontem pelo agente João Batista Barbosa Tango, em contato com a reportagem Clube/Diário.

João Batista destacou que "o trabalho do Escritório tem o objetivo de regularizar a situação observada nos conjuntos e ela vinculados. Ou seja, dar segurança àqueles que o imóvel não tem seu nome". Disse ainda que um levantamento realizado em Votuporanga, mostra que o problema maior "é justamente o abandono do imóvel ou a cessão da casa a terceiros, que não pagam as prestações, com o mutuário correndo o risco de perder a sua casa". Destacou ainda que "tem havido muita especulação com as casas, com pessoas adquirindo-as e depois transferindo essas casas mediante somas muito mais altas do que teve que desembolsar, desvirtuando o programa social".

CASAS SERÃO TOMADAS

O agente da Cohab disse ainda que "em Votuporanga, a Cohab está tomando medidas judiciais contra esses casos mencionados, para que as famílias que necessitam da casa a possa adquirir. Es-

se problema somente poderá ser sanado através de medida judicial, com rescisão de contrato. Nesse caso, vários imóveis serão tomados e recomercializados, sendo entregues as famílias que realmente precisam da casa".

João Batista Barbosa Tango explicou que "as pessoas devem procurar o Escritório Regional de Fernandópolis, onde poderão obter todas as informações. Nós procuramos sempre garantir os direitos das pessoas que estão morando no imóvel e sabemos hoje que tem gente pagando aluguel muito superior que os próprios valores da prestação. São essas pessoas que estamos querendo garantir".

AUMENTO

Afirmando que "não é nossa pretensão despejar ninguém de suas casas", o agente disse que o aumento está em torno de 233 por cento, mas o Governo Federal estuda uma redução nesse índice". Ele concluiu ainda "os mutuários de Votuporanga que estejam atrasados com mais de três prestações a procurar nossos serviços, para a renegociação da dívida. O valor é dividido e entra no saldo devedor do mutuário, sendo acrescentado nas prestações normais. Nesse caso, o mutuário ganha direito ao bônus, que está dando um desconto de até 35 por cento nos valores das prestações".

1985. Reportagem alertando a população sobre a comercialização irregular de unidades habitacionais da Cohab, no município de Votuporanga.

Fonte: Jornal Diário de Votuporanga (12/06/1985)

Evidentemente, a conformação de aglomerações de moradias populares na frente de expansão norte, além de se configurar como conveniente para o capital industrial, revelou-

se oportuna para o capital imobiliário, que não tardou a plantar inúmeros loteamentos populares naquela região.

O capital imobiliário se beneficiou, ainda, da dinamização do mercado imobiliário suscitada pela ampliação do perímetro urbano efetivamente ocupado, em virtude do adensamento progressivo da zona norte, que gerou, ainda, um rearranjo na apropriação dos recursos físicos do espaço intra-urbano, abrindo novos flancos para uma ocupação das camadas médias na malha consolidada da zona centro-sul.

De fato, segundo Santos (2000) *“cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente para melhor ou pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição”* (p. 81).

Efetivamente, a zona de expansão norte replicou ampliadamente a tensão centro-periferia presente na estruturação urbana ocorrida entre as décadas de 1940 e 1970, quando a formação de uma pequena economia de aglomeração na região do Patrimônio Velho (correspondente ao centro histórico) polarizou crescentemente as atividades mais dinâmicas e atraiu as camadas de alta renda para seu entorno, relegando paulatinamente a região da Estação Ferroviária a funções urbanas mais secundárias.

Ou seja, à medida que a ferrovia perde importância frente ao transporte rodoviário, as atividades comerciais e industriais ali existentes tenderam a se transferir primeiramente para a área do centro tradicional e, posteriormente, (especialmente no caso das indústrias) para a área dos distritos industriais, subsistindo na região da Estação Ferroviária sobremaneira as moradias populares, conformando essa região como zona de periferia urbana.

Com a estruturação do Pólo Comercial e Industrial de Votuporanga e dos dois primeiros distritos industriais, no final da década de 1970, a especialização urbana das áreas de moradia popular se espalhou para a zona de expansão norte, ratificando, da perspectiva da produção social do espaço, uma dinâmica de apropriação e uso do solo urbano nitidamente marcada pela tensão centro-periferia.

Destarte, embora a periferia urbana tenha se ampliado, mantendo sua conformação no extremo sul do perímetro urbano (cuja funcionalidade se justifica à medida que a zona de expansão norte produz mediatamente a valorização da área centro-sul, cujo enobrecimento demanda crescentemente a proximidade de mão-de-obra de serviços gerais) e avançando sobre a zona de expansão norte, a centralidade do centro tradicional (que pouco avançou nas últimas quatro décadas para fora da área do centro histórico)¹² se manteve inalterada.

Essa leitura é amplamente endossada pela análise da evolução da abertura de loteamentos no espaço intra-urbano de Votuporanga, no período 1940-1991, conforme demonstrado na tabela 21, onde se nota, claramente, o aumento no número de loteamentos (mormente voltados para as camadas populares) abertos na década de 1980, especialmente na zona de expansão norte.

¹² A distinção entre *centro tradicional* e *centro histórico* é postulada por Villaça (2001): na concepção do autor o que define uma centralidade é a sua capacidade de otimizar os custos de deslocamento e maximizar as condições de acessibilidade; assim, o centro tradicional é aquele que dentro da malha urbana representa o ponto que permite a máxima acessibilidade e a maior economia de tempo de deslocamento no espaço intra-urbano, em um dado momento no tempo. Já o centro histórico diz respeito à área de constituição mais remota que no espaço intra-urbano assumiu o papel de centro tradicional. Desse modo, o centro histórico pode ou não coincidir com o centro tradicional recente de uma cidade, dependendo das características históricas de sua evolução urbana.

De fato, a data de abertura dos loteamentos combinada à sua localização no espaço intra-urbano permite observar alguns processos importantes para a estruturação urbana de Votuporanga, no curso de sua evolução histórica.

Assim, primeiramente, observa-se que os loteamentos mais antigos são aqueles localizados no centro tradicional, tais como o Patrimônio Velho (1937), o Patrimônio Novo (1948), Santa Luzia (1948), Vila Marin (1952), dentre outros.

A porção leste do município apresenta loteamentos bastante antigos, a exemplo da Vila Sá (1948), Vila Budim (1948) e Vila Hercília (1948); entretanto, o desenvolvimento dessa região nas décadas posteriores se fez em ritmo bem mais lento do que nas demais áreas do município.

A partir do centro tradicional, a área da cidade que recebeu os maiores investimentos imobiliários entre as décadas de 1950 e 1960 foi a porção oeste, donde destacamos os loteamentos Vila América (1956), Loteamento Albino Zan (1961), Loteamento Santa Elisa (1959), Chácara da Aviação (1959), Recanto dos Esportes (1959), Jardim Santo Antônio (1965), Vila Guerche (1966), Chácara das Paineiras (1966), Jardim Paraíso (1967), dentre outros.

Conformando uma expansão radial, em direção ao sul do perímetro urbano, foram abertos inúmeros loteamentos na porção mais meridional do município, primeiramente no entorno do bairro da Estação (1950), alongando-se no sentido leste-oeste, donde destacamos: Bairro São João (1952), Parque Guarani (1966), Jardim Umuarama (1967), Chácara Vera (1967), CECAP I (1968), Parque Roselândia (1968), Jardim Progresso (1974), Jardim Santos Dumont (1978), dentre outros.

Finalmente, a zona de expansão norte se configura, entre o fim dos anos 1970 e o curso da década de 1980, a partir da abertura dos primeiros parques industriais (1978/79), carreando um sem número de loteamentos populares que adensam e ampliam o perímetro urbano efetivamente ocupado na franja norte: Bairro Pozzobon (1978), Loteamento São Vicente de Paulo (1978), Parque Rio Vermelho (1979), Cohab (1981), Parque Residencial Santa Amélia (1983), Própovo (1988), Parque das Nações I e II (1988), dentre outros.

Tabela 21:

Relação de Loteamentos Segundo Ano de Abertura e Localização Intra-Urbana
Município de Votuporanga
1937-1992

Loteamentos	Ano de Abertura	Localização
Loteamento Albino Zan	1961	Centro-Oeste
Cohab	1981	Norte
Parque das Nações I	1988	Norte
Parque das Nações II	1988	Norte
Parque Residencial Santa Amélia	1983	Norte
Loteamento São Vicente de Paulo	1978	Norte
Propovo	1988	Norte
Conjunto Habitacional Votuporanga (Chris I)	1992	Norte
Conjunto Habitacional Albarello	1992	Norte
Jardim Bela Vista	1978	Sudoeste
Bairro Pozzobon	1978	Norte
Jardim N. S. Aparecida	1991	Norte
Jardim Santa Iracema	1991	Norte
Parque Rio Vermelho	1979	Norte
Polo Comercial Industrial de Votuporanga	1979	Oeste
I Distrito Industrial	1978	Norte
II Distrito Industrial	1979	Oeste
III Distrito Industrial	1991	Oeste
CECAP II	1981	Oeste
Parque das Brisas	1988	Oeste
Parque Residencial San Remo	1976	Centro-Oeste
Loteamento Santa Alice	1968	—
Parque Brasília	1964	Centro-Norte
Loteamento Nova Boa Vista	1966	Centro- Norte
São Judas Tadeu	1962	Centro-Norte
Parque dos Estados	1967	Centro-Leste
Loteamento Alberto Honório	1964	—
Jardim São Paulo	1959	—
Vila Hercília	1948	Leste
Vila Sá	1948	Leste

Vila Lions	1978	Leste
Jardim Botura	1970	–
Loteamento José S. Melo	1965	–
Vila Paes	1959	Centro-Leste
Jardim Primavera	1984	–
Jardim Yolanda	1965	–
Parque 08 de Agosto	1966	–
Loteamento Bandeirantes	1966	–
Vila Laureano	1983	Centro-Oeste
Loteamento José Marin Cruz	1968	–
Loteamento Santa Elisa	1959	Centro-Oeste
Chácara da Aviação	1959	Oeste
Recanto dos Esportes	1959	Centro-Oeste
Vila Guerche	1966	Centro-Oeste
Parque Residencial Friosi	1986	Oeste
CECAP I	1968	Sul
Jardim Progresso	1974	Sul
Parque Roselândia	1968	Sul
Chácara Vera	1967	Sul
Vila Muniz	1957	Sul
Jardim Eldorado	1978	Sudeste
Loteamento Residencial Jardim Santa Paula	1987	Sudeste
Parque Residencial Estela	1978	Sudeste
Bairro da Estação	1950	Sudoeste
Bairro São João	1952	Sudoeste
Jardim Santos Dumont	1978	Sudoeste
Parque Guarani	1966	Sudoeste
Jardim Umuarama	1967	Sudoeste
Jardim das Palmeiras I	1978	Oeste
Jardim das Palmeiras II	1978	Oeste
São Cosme	1979	Leste
São Damião	1979	Leste
Jardim Planalto	1979	Sudeste
Bairro Marão	1966	Sudeste
Cidade Nova	1950	Sudoeste
Vila América	1956	Centro-Oeste
Chácara Ferrari	1978	Oeste
Loteamento Campo Limpo	1979	Oeste
Jardim Santo Antônio	1965	Oeste
Jardim Terras São José	1978	Oeste
Jardim Paraíso	1967	Oeste
Chácara das Paineiras	1966	Oeste
Bairro do Café	1989	Oeste
Jardim Paulista	1971	–
Vila Lupo	1968	–
Vila São Vicente	1955	–
Vale do Sol	1978	Leste
Vila Budim	1948	Leste
Chácara Santa Maria	1979	Leste

Parque São Pedro	1967	Leste
Loteamento Residencial Max	1981	–
Jardim Marin	1979	Centro-Leste
Jardim Bom Clima	1979	Leste
Jardim Alvorada	1964	Leste
Patrimônio Novo	1948	Centro
Patrimônio Velho	1937	Centro
Santa Luzia	1948	Centro
Vila Marin	1952	Centro
Chácara Camargo	1964	–
Jardim Santa Felícia	1980	Leste
Vila Formosa	1967	–
Parque Residencial do Lago	1989	Leste

Fonte: Elaborado a partir de cadastro da Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente (SEMPLA), da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2004.

Essa ocupação marcadamente radial do perímetro urbano, primeiro no sentido centro-sul, com expansões a leste e a oeste, e posteriormente, na década de 1980, no sentido centro-norte deixa bastante perceptível a importância econômica, social e política do centro tradicional (do qual as camadas de alta renda não abrem mão), e mais do que isso, evidencia a relação funcional que o centro tradicional estabelece com as periferias urbanas, deixando entrever o poder de classe na estruturação urbana, à medida que os pobres vão sendo reiteradamente expulsos para territórios do espaço intra-urbano mais convenientes à lógica de reprodução do capital¹³.

Destarte, segundo Villaça (2001) “*a estruturação urbana se dá enquanto produto da disputa pela apropriação diferenciada do espaço urbano enquanto produto do trabalho (...) [Assim], a luta de classes pelo domínio das condições de deslocamento espacial consiste na força determinante da estruturação do espaço intra-urbano*” (p.p 328-9)

¹³ Sobre a relação entre classes sociais e estruturação urbana veja-se, dentre outros, Lefebvre, 1974, Kowarick, 1983; Santos, 1979; 1996; 2000 e Villaça, 2001.



1956. Aglomeração por ocasião da inauguração do loteamento Vila América, no município de Votuporanga (na porção centro-oeste da malha urbana).

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2004.

De fato, a ampliação da mancha urbana na direção norte do perímetro urbano, pulverizando nas franjas da malha as localizações das moradias populares, fez-se concomitantemente a um movimento de adensamento construtivo e demográfico do centro tradicional, que se complexifica e se valoriza frente aos novos investimentos dos capitais industrial e imobiliário.

Efetivamente, na década de 1980, a expansão ao norte replicou e amplificou a tensão centro-periferia já presente na estruturação urbana da malha mais antiga, na porção centro-sul.

Entretanto, contrariamente à expansão centro-sul, onde coexistiam áreas de moradia popular e das camadas de alta renda, tais como os bairros Marão (alta renda) e São João

(baixa renda), que se encontram contíguos na porção sul do perímetro urbano, na área de expansão centro-norte há uma nítida disjunção entre as localizações das camadas de alta renda, fortemente concentradas no entorno do centro tradicional, e as novas localizações operárias, na frente de expansão ao norte dos distritos industriais.

Essa capacidade diferencial de apropriação dos recursos físicos do espaço entre as camadas de alta renda e as camadas populares se objetiva nitidamente no desenho urbano, a partir da década de 1980, quando o eixo dos distritos industriais, localizados nas imediações das rodovias Euclides da Cunha e Péricles Bellini, orienta no sentido norte as aglomerações das camadas populares e na direção do centro tradicional as aglomerações das camadas de alta renda.

Nesse sentido, de acordo com Santos (2000), *“para muitos, a rede urbana existente e a rede de serviços correspondente são apenas reais para os outros. Por isso são cidadãos diminuídos, incompletos. As desigualdades existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive”* (p. 112)

Comerciários não querem casas perto do 4 Rios

construção de 400 casas em Votuporanga, um total de 1.100 — sua “divisão” as opções.

Enquanto a Prefeitura retirou o projeto e a área, se o mesmo for aprovado pela Câmara, vereadores buscam os votos para o projeto. Justificam, os que são áreos, que os futuros moradores terão problemas falta de infraestrutura. Outro lado, os cerca de 4 inscritos estão, também dos entre os que aceitam morar nas proximidades do frigorífico 4 Rios. O presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio, Amarildo Reis Silva, não aprovou, o prefeito ameaça que a Cohab inicie a construção de 400 casas a partir da responsabilidade da não provadas, do lote de 1.100 construção aos vereadores

que votarem contra. Segundo ele, a matéria recebeu pedido de vistas do vereador José Roberto e teve sua votação adiada em mais dez dias.

O presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Votuporanga, Amarildo Reis Silva, considerando que sua entidade agrega pelo menos 1.500 dos inscritos para essas casas, tomou posição contrária à construção das casas, na gleba pretendida pela administração pública.

“Estamos mantendo contato com os filiados, e na condição de seus líderes representantes, resolvemos nos manifestar, porque o presidente do Sindicato tem por obrigação ajudar os Poderes da cidade. A posição nossa é de sermos favoráveis à construção das casas, mas os comerciantes não aceitam o local onde se pretende construir”, disse Amarildo. Justificou afirmando que trata-se de um bairro distante do centro. “Considerando o número de inscritos, os comerciantes também terão a sua parcela de casas, quando as mesmas forem sorteadas. A maioria dos comerciantes que se inscreveu foi atraída pela possibilidade de ter sua casa própria, e por ter sido divulgado que as casas seriam no terreno do Colégio Agrícola. Também a falta de infraestrutura preocupa”.

Como sugestão, o Sindicato dos Comerciantes colocou até fácil resolver o problema. Em Votuporanga outras áreas disponíveis podem ser analisadas com carinho. A nossa preocupação é a de que os futuros moradores terão problemas morando naquela área meio ao mau cheiro de esgoto, e até de água, até que o rio do bairro Póssobó construído.”

A CIDADE DEVE CRESCER

— Acrescentou Amarildo que “é verdade que a cidade tem que crescer”, mas assinalou que “esse crescimento deve ser orientado em outra direção. Cabe aos vereadores



áreas adquiridas nas proximidades do frigorífico 4 Rios não aprovou, o prefeito ameaça que a Cohab inicie a construção de 400 casas a partir da responsabilidade da não provadas, do lote de 1.100 construção aos vereadores

Em 9/87, a Prefeitura doará

1987. Reportagem com depoimento do presidente do Sindicato dos Comerciantes, por ocasião das discussões sobre a localização de um conjunto habitacional que contemplaria trabalhadores do comércio, nas proximidades do Frigorífico 4 Rios S/A.

Fonte: Jornal Diário de Votuporanga (12/08/1987)

Destarte, a distensão do processo de periferização na direção da malha norte produziu, concomitantemente, maior adensamento, verticalização e intensificação da valorização imobiliária da região central, ao longo das décadas de 1980 e 1990, vedando-a em definitivo aos pobres e conformando-a como *locus* do domínio das camadas de alta renda.



1982. Vista aérea da região central do município de Votuporanga
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2004.



1995. Vista aérea da região central do município de Votuporanga
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2004

De fato, o processo de verticalização do centro tradicional foi bastante intenso entre as décadas de 1980 e 1990, de modo que a própria paisagem da região central foi rapidamente alterada, na mesma medida em que sua centralidade econômica, social e política foi fortalecida pela rápida evolução da indústria e pela dinamização do comércio e serviços locais, que expandem sua polarização regional (PDM, 1995).

O excerto reproduzido abaixo, extraído do jornal “Diário de Votuporanga”, de 14/01/1987 ilustra a magnitude da transformação da paisagem na região central de Votuporanga, no final da década de 1980, bem como as preocupações com as novas

necessidades no provimento de infra-estrutura urbana, em virtude do adensamento do centro tradicional:

“O crescimento vertical de Votuporanga está se processando de maneira espantosa. Dentro de pouco tempo, vinte e cinco edifícios residenciais estarão modificando totalmente o aspecto da cidade, pois já há três edifícios habitados, dezenove em construção e três com as obras a serem iniciadas (...) Todo esse desenvolvimento é válido, mas surge uma pergunta: a infra-estrutura da cidade será suficiente?” (“Diário de Votuporanga”, 14/01/1987).

Cresce o número de edifícios, e a preocupação com a infra-estrutura

O crescimento vertical da Votuporanga está se processando de maneira espantosa. Dentro de pouco tempo, vinte e cinco edifícios residenciais estarão modificando totalmente o aspecto da cidade, pois já há três edifícios habitados, dezenove em construção e três com as obras a serem iniciadas. Assim, os principais bairros da zona urbana da cidade serão invadidos pela população ocupante desses prédios.

Tudo esse desenvolvimento é válido, mas surge uma pergunta: a infra-estrutura da cidade será suficiente? Esse crescimento não vem sozinho, deve ser adaptado o sistema de segurança, pelo bem-estar da população.

SEGURANÇA

Nas cidades grandes são constantes os acidentes e incêndios em edifícios, por estes não apresentarem as condições básicas de segurança, não raras vezes por falta de planejamento. Entretanto, em Votuporanga este problema pode ser evitado, através da fiscalização dos novos prédios que estão sendo levantados.

O Corpo de Bombeiros municipal conta hoje com doze bombeiros militares e dois civis. Para as emergências há uma viatura auto-bomba: com capacidade de quatro mil litros de água, equipada com uma bomba de alta pressão e grande vazão; um auto-tanque, com capacidade para oito mil litros, que serve de apoio e é equipado com uma bomba de média pressão e vazão; uma viatura leve para primeiros socorros; um aparelho de segurança (freio de segurança), usado para a retirada de pessoas dos andares mais altos, uma auto-serra e moto-arrasivo para a remoção, içamento e afastamento de pessoas, em

caso de acidentes ou incêndios.

O comandante do Corpo de Bombeiros, sargento Guerche, disse que, com os equipamentos que irá requisitar para este ano — uma viatura auto-bomba de potência superior à já existente, rádio para melhor operação, miscalças autônomas de respiração e ampliação da rede de hidrantes — a guarda terá condições de suportar a demanda dos edifícios que estão sendo levantados.

Guerche explicou que antes de qualquer prédio ser construído, seu projeto de proteção contra incêndio deve ser analisado pelo Corpo de Bombeiros que, ao término da construção, faz a vistoria final para dar o atestado de segurança. Os requisitos básicos são os seguintes: os edifícios abaixo de 750 metros quadrados de área construída devem ser protegidos por extintores, hidrantes, escada enclausurada e iluminação de emergência, e os com menos de 10 metros apenas com extintores.

Estima-se para este ano, segundo o comandante, que sejam instalados mais 8 hidrantes na zona central da cidade e no parque industrial, o que não é o suficiente, mas essa medida fica dificultada devido ao custo dos hidrantes ser muito alto”, colocou o sargento Guerche.

Segundo ele, o Corpo de Bombeiros não teve problemas com a construção de nenhum prédio até agora, o que acredita que não irá acontecer. Guerche explica que nos prédios existentes (tanto comerciais como residenciais) existem as comis-

sões executivas de segurança, que estudam as modificações e adaptações necessárias de proteção contra acidentes e incêndios, e orientam os trabalhadores e moradores.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADEQUADA

A Companhia Energética do Estado (CESP) já está se mobilizando para que a rede elétrica ofereça um fornecimento adequado para a nova demanda de usuários dos edifícios residenciais. Para isso, explicou o gerente geral da CESP, Arquimedes Neves, as construtoras estão apresentando desde já os projetos elétricos aos técnicos da companhia, para que dê tempo suficiente de se fazer análises e estudos e verificar se haverá a necessidade de troca dos transformadores e outras melhorias no setor.

Arquimedes disse também que a CESP está estudando os problemas de fornecimento de energia elétrica aos três condomínios já existentes na cidade, pois atender a tantos condomínios, como acontecerá dentro em breve, não deixa de ser uma experiência nova aos técnicos da CESP, em função da carga elétrica ser diferente.

A Superintendência de Água e Esgoto (SAEV) está aguardando a concretização da maioria das novas construções para verificar se haverá a necessidade da troca da rede coletora de esgotos. O superintendente da SAEV, Jesus Silva Melo, explicou que a rede coletora é dimensionada para atender determinada vazão, que é distribuída ao longo das ruas. Quando há um prédio, essa vazão passa a se concentrar em determinados pontos das vias

públicas, o que provoca às vezes uma vazão superior à capacidade da rede. Nesses casos, as redes devem ser substituídas por outras de maior diâmetro. “Exemplo disso é o que ocorre nas ruas Alagôas, entre as ruas Amazonas e Pernambuco, onde a rede coletora recebe três grandes cargas: provenientes do hotel, do edifício Nogueira e do Banco do Brasil, problema cuja solução já está sendo estudada”, como explicou Silva Melo.

A rede coletora de Votuporanga foi dimensionada segundo os parâmetros de consumo usuais existentes em todo o país, e com o surtimento da série de novos edifícios residenciais supercrescerão as cargas concentradas de esgotos. Entretanto, conforme o superintendente da SAEV, essa concentração só vai se processar em 1990, período suficiente para a conclusão dos edifícios.

Para fazer frente a todos esses gastos, Silva Melo afirmou que a SAEV não necessita somente de recursos municipais, e sim de uma política de saneamento adequada, o que não existe no Brasil. “Votuporanga em breve estará enfrentando os mesmos problemas de saneamento de todas as cidades desenvolvidas”, concluiu o superintendente da SAEV.

De acordo com os setores verificados, percebe-se que o desenvolvimento vertical da cidade não está acontecendo às soltas, e sim como acompanhamento de técnicos especializados. É isso que é imprescindível, pois só assim a cidade crescerá de forma organizada podendo, no futuro, se transformar em uma metrópole que terá os mesmos problemas de qualquer cidade grande, só que um pouco mais amenizados.

1987. Notícia sobre o crescimento do número de edifícios na região central de Votuporanga.
Fonte: Jornal Diário de Votuporanga (14/01/1987)

Nesse íterim, como *“a estruturação do espaço intra-urbano é dominada pelo deslocamento do ser humano, enquanto portador da mercadoria força de trabalho ou enquanto consumidor”* (Villaça, 2001: 21), a tensão capital/trabalho amplificada na conformação do desenho urbano de Votuporanga, no curso da década de 1980, engendra o fortalecimento do centro tradicional - localização ótima no espaço intra-urbano - cujos processos de adensamento e verticalização apenas reiteram o domínio do capital sobre os territórios social e economicamente mais relevantes da cidade.

De fato, segundo Villaça (2001) *“a acessibilidade é mais vital na produção de localizações do que a disponibilidade de infra-estrutura”*, (p. 21) o que tende a explicar a permanência das disputas pelo centro tradicional, da mesma forma que a produção de localizações de moradia popular no entorno dos distritos industriais.

Em Votuporanga, a clássica tensão centro-periferia é ampliada, na década de 1980, a partir da constituição da zona de expansão norte, conformando um modelo de produção social do espaço urbano marcado pela crescente centralidade do centro tradicional e pela distensão da periferia urbana.

Destarte, se por um lado, tem-se em Votuporanga um centro principal classicamente segregado (concentrando crescentemente maiores parcelas das camadas de alta renda, ao longo dos anos 1980, especialmente nos condomínios residenciais verticais), de outro lado, tem-se uma periferia fortemente espalhada (que se amplia de sua localização mais antiga, no extremo sul, na direção do extensor norte), distribuída em diversas aglomerações ao longo das fímbrias do perímetro urbano.

De qualquer modo, a progressiva distensão radial da periferia urbana na direção do extensor norte, aliado à necessidade de produção de novas localizações industriais, bem

como a expansão concomitante do centro tradicional, configuraram-se como forças determinantes na estruturação do espaço intra-urbano de Votuporanga, entre as décadas de 1980 e 1990.

Nesse sentido, ainda, a desfuncionalização do I Distrito Industrial (assediado pela crescente proximidade com o centro expandido), bem como as inúmeras transformações no regime de acumulação da indústria votuporanguense (destacadamente a moveleira), mormente a partir de meados da década de 1990, estabelecem novas injunções no desenho urbano, alterando rapidamente a paisagem urbana, (re)criando lugares de valor e lugares marginais na contínua produção da cidade do trabalho e da vida cotidiana.

3. AINDA A DUALIDADE CENTRO-PERIFERIA?: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO, MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA CLÁSSICA E ESTRUTURAÇÃO URBANA. ¹

3.1 Uma Ilha de Crescimento Cercada de Desigualdades por Todos os Lados: a Modernização Tecnológica da Indústria Moveleira de Votuporanga, nos anos 1990.

“É possível que as grandes cidades brasileiras não mais sejam o locus privilegiado do novo padrão de produtividade (...) A crise econômica, social e cultural das nossas grandes cidades atua hoje como deseconomia de aglomeração, o que pode torná-las inaptas para sediar o novo ciclo de crescimento da reestruturação produtiva” (Ribeiro, 1997: 272).

“...o desemprego nos anos 90 tem assumido características específicas, atingindo mais pesadamente as atividades industriais (...) os postos de chefias intermediárias (...) os empregos assalariados regulamentados e os trabalhadores menos qualificados” (Montali, 2000:5).

No curso da década de 1990, sobremaneira a partir de 1995 e *vis a vis* à desfuncionalização do I Distrito Industrial, a indústria de transformação de Votuporanga e, especialmente a indústria moveleira, sofreram intenso processo de modernização tecnológica, liofilização organizacional (Antunes, 2003), bem como substantivas alterações em sua estrutura produtiva, incluindo-se a desativação de inúmeras plantas industriais . ²

Assim, muito embora a indústria moveleira fosse significativamente relevante em número de fabricantes e mão-de-obra absorvida, até a década de 1990 seu parque produtivo era bastante obsoleto, superdimensionado (o que se traduzia em altas taxas de ociosidade da

¹ Esse capítulo se valeu das contribuições de Rodrigues (2004)a e Rodrigues (2004)b.

² Muito embora a indústria moveleira tenha liderado o processo de reestruturação produtiva, outros ramos da indústria de transformação também incorporaram inovações na estrutura produtiva, com destaque para os ramos de transportes e agroindústria de carnes.

capacidade produtiva), absorvendo grandes contingentes de mão-de-obra barata e pouco qualificada.

Desse modo, na tentativa de fomentar maior competitividade da produção moveleira do noroeste paulista, especialmente da região de Votuporanga, integrando unidades e processos produtivos é que se implanta, em dezembro de 1992, o Pólo de Modernização do Setor Moveleiro de Votuporanga, precisamente no contexto da criação dos pólos de modernização, no Estado de São Paulo, fruto da parceria Sebrae-FIA/USP.³

De acordo com estimativas da AIRVO (Associação Comercial e Industrial da Região de Votuporanga), no início dos anos 1990, Votuporanga contava com aproximadamente 75 empresas no setor moveleiro, que absorviam cerca de 3.159 trabalhadores, formais e informais. Entretanto, essas empresas se apresentavam, de modo geral, intensivas em mão-de-obra e com precária inserção no mercado nacional de móveis, essencialmente em virtude de deficiências na distribuição e logística, mas também devido à baixa qualidade do seu produto (Pavam e Abê, s/d).

Nesse ínterim, a implantação do pólo de modernização da indústria moveleira se configura como marco da célere modernização da indústria votuporanguense, o que gerou significativos impactos nos níveis de incorporação tecnológica, no volume da produção e na amplitude dos mercados alcançados pela indústria moveleira local.

Destarte, segundo matéria da revista *Estudos Sebrae*, a respeito das recentes mudanças no pólo moveleiro de Votuporanga,

³ Em 1992, o Sebrae-SP realiza uma parceria com a FIA-USP, com o objetivo de gerar experiências associativistas em diferentes pólos produtivos no Estado de São Paulo, envolvendo especialmente pequenas e médias empresas, tendo por referência um trabalho editado pela FIA sobre a experiência do associativismo italiano (Pavam e Abê, s/d: 89).

“insatisfeitos com os rumos de seu setor, os empresários da indústria moveleira decidiram que suas empresas deveriam voltar a crescer, porém de maneira diferente (...) Para ampliar seu mercado, os empresários sabiam que deveriam procurar novas formas de atuação, mas não tinham bem certeza de qual caminho seguir. (...) Em 1993, o Sebrae-SP levou a Votuporanga a metodologia de Pólos de Modernização, adaptada pela FIA/USP, que teve muitas dificuldades de desenvolvimento (...) Ainda assim, 14 empresários persistiram na idéia, e no ano passado (1994) apoiados pela Consultoria [FIA/USP] e pelo recém-inaugurado escritório regional de Votuporanga, do Sebrae-SP, iniciaram uma total reestruturação em suas indústrias (...) Esse panorama começou a ser desenhado no segundo semestre de 1994, (...) [e] resultou, em curto prazo, um aumento médio de 35% na produtividade, redução de custos de 42% e queda na ociosidade de 50% para 20% (...) Essa arrancada gerou novos objetivos entre os empresários, como a necessidade de consultorias específicas para o setor, preparação para fornecer para o mercado externo, desenvolvimento de produtos próprios criados por designers contratados, modernização de máquinas e equipamentos” (apud Pavam e Abe, s/d: 99-101).

O desafio do Pólo de Modernização do Setor Moveleiro de Votuporanga, era, portanto, integrar as empresas do município e região de Votuporanga, tendo em vista o desenvolvimento de vantagens competitivas (Ferreira, 1997), especialmente no que diz respeito ao barateamento de custos de matéria-prima e negociação com representantes e compradores.

De fato, segundo Suzigan (2004):

“cabe perguntar como e porquê a indústria se concentrou na região, e particularmente na cidade de Votuporanga. Empresários locais dizem não saber explicar como a indústria se originou na região, mas sabem muito bem como e porque se transformou num tão bem-sucedido cluster de fabricantes de móveis. A resposta, segundo eles, é a ação conjunta dos fabricantes. Algumas empresas se associaram no início dos anos 90 para enfrentar as dificuldades impostas pelas políticas macroeconômicas e pelos problemas de gerenciamento das próprias empresas. O que elas iniciaram, então, pode ser descrito como um processo de reestruturação com construção institucional para obter vantagens competitivas. Com o apoio da associação industrial local e a participação da agência estadual do SEBRAE, as empresas desenvolveram um programa de reestruturação centrado na capacitação em design, mas de modo geral visando a reestruturação da produção, do gerenciamento e das atividades de marketing. Políticas locais de incentivo, assim como as parcerias com o SENAI para treinamento de trabalhadores e com o CETEMO (Centro Tecnológico do Mobiliário) [atual CEMAD], para desenvolvimento tecnológico, permitiram que as empresas associadas obtivessem

substanciais aumentos de produtividade, redução de custos e melhoria de qualidade (...) As empresas associadas criaram também um centro de compras visando conseguir melhores preços e melhor qualidade de seus fornecedores de insumos” (p. 20).

A descrição de Susigan nos dá um panorama bastante vívido das mudanças sofridas pela indústria moveleira de Votuporanga, especialmente no que toca à incorporação de tecnologia e de especialização da mão-de-obra; também as fusões entre empresas apontam para a reestruturação no nível do gerenciamento, para a “liofilização” das plantas produtivas, com conseqüente enxugamento da estrutura ocupacional, seja pela extinção de algumas plantas obsoletas, seja pela crescente automação do chão de fábrica.

Assim, reproduzindo uma tendência nacional de reorganização do setor produtivo, também em Votuporanga

“a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente (...) através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível (...) do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, daquilo que (...) vimos denominado como liofilização organizacional” (Antunes, 2003: 17).

Nesse íterim, também o pólo moveleiro de Votuporanga passou por significativa renovação de seu parque produtivo, bem como pela implantação de processos de qualidade, controle de distribuição e logística. Corroborando essa análise, o quadro 7 mostra que das empresas fabricantes de móveis, localizadas no município de Votuporanga, amostradas no estudo de Coutinho (2001)⁴ quase um terço (29%) daquelas que declararam ter renovado seu parque industrial, o fizeram numa ordem superior a 30%.

⁴ O projeto “Design como fator de competitividade na indústria moveleira”, organizado pelo professor Luciano Coutinho et alli (NEIT/IE/Unicamp) captou importantes informações sobre design, incorporação

É importante ainda, destacar, que, 69% das indústrias votuporanguenses amostradas no estudo supramencionado declararam ter renovado, em alguma medida, seu parque industrial, no período recente.

Esse dado parece apontar para uma elevada renovação do parque industrial do *cluster* moveleiro local, sendo que a porcentagem de empresas que renovaram mais de 30% de seu maquinário é maior em Votuporanga do que no próprio pólo líder nacional, Bento Gonçalves.

Quadro 7:

Renovação (em %) do Parque Industrial
Principais Pólos Moveleiros do País
1996-1997

% Renovação	Principais pólos moveleiros (1996-1997)						
	(% de indústrias)						
	Mirassol	Votuporanga	São Paulo	Ubatuba	Arapongas	S.Bento Sul	B. Gonçalves
menos de 3%	5%	19%	5%	0%	8%	7%	9%
3 a 10%	16%	14%	20%	0%	24%	36%	31%
10 a 30%	32%	5%	25%	56%	38%	36%	36%
+ de 30%	37%	29%	35%	27%	22%	14%	24%

Fonte: Extraído de Coutinho, 2001, p. 15.

De fato, de acordo com Ferreira (1997), “o montante de investimentos (...) das empresas nos últimos dois anos, foi superior a R\$ 5 milhões, o que representou, em média, a renovação de 25%⁵ dos equipamentos existentes nas empresas. Entretanto, algumas destas realizaram uma grande reestruturação produtiva nesse período. Apenas o investimento de uma grande empresa de Votuporanga foi de aproximadamente R\$ 2 milhões, e significou a renovação de 80% do seu sistema produtivo. Nas PMES [Pequenas e Médias Empresas] o total investido foi, em média, de R\$ 100 mil, por empresa” (p. 16).

tecnológica e estrutura organizacional das indústrias moveleiras brasileiras, através de um questionário enviado aos fabricantes. Para Votuporanga foram enviados 30 questionários, tendo retornado à equipe do projeto 10 questionários (Ferreira, 1997; Coutinho, 2001).

⁵ Refere-se a uma estimativa para o total das empresas do *cluster* moveleiro de Votuporanga, o que abrange o município-sede, os municípios da RG de Votuporanga mais os municípios de Tanabi, Orindiúva, Paulo de Faria, Jales, Urânia e Três Fronteiras (Ferreira, 1997).

Nesse sentido, igualmente significativo é o dado apresentado pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, em sua edição de 07/01/2001:

“Votuporanga é o segundo maior centro produtor de móveis do país e desenvolve trabalho para assumir a primeira posição, hoje ocupada por Bento Gonçalves, RS. Das 14 indústrias moveleiras do país que receberam certificado ISO-9002, seis são de Votuporanga e preparam-se para concorrer com grandes exportadores, como Itália e China” (apud Peichoto, 2001: 194).

Quando a indústria moveleira “hibridiza” seus processos produtivos, introduzindo inovações técnicas capazes de substituir o trabalho humano, sobretudo aquele mais braçal, de menor qualificação, essa adequação às novas exigências de qualidade e produtividade obsoletizam uma mão-de-obra particularmente sensível a essas transformações, ou seja, os trabalhadores de baixa qualificação, cujas chances de reinserção no mercado de trabalho formal são crescentemente diminutas.

Os impactos desse processo de “reestruturação” da produção sobre a população trabalhadora, mormente dessa menos qualificada, “expulsa” do chão de fábrica, são sentidos imediatamente na deterioração da renda, e na perda da capacidade de financiamento do custo de vida, particularmente dos gastos com moradia. Consequência: as famílias se movem numa ciranda perversa pelos espaços *ainda acessíveis* da cidade, localizando-se, muitas vezes, em sítios clandestinos, desprovidos de equipamentos públicos, infra-estrutura urbana e sistema regular de transporte coletivo.

Como o pontua adequadamente Carlos, “... *diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente – e tornado mercadoria no processo histórico – cria limites à sua própria reprodução (em razão da produção de sua própria escassez). Nesse momento o espaço, produto da reprodução da sociedade, entra*

em contradição com as necessidades de desenvolvimento do próprio capital. O que significa dizer que “raridade” é produto do próprio processo de produção do espaço, ao mesmo tempo que sua limitação” (2003: 441).

De fato, em virtude do significativo peso da indústria moveleira na economia de Votuporanga, a modernização tecnológica posta em curso, especialmente a partir de meados da década de 1990 gera grande impacto na estrutura ocupacional das empresas, produzindo elevado desemprego, que se traduz em crescente precarização das condições de vida da população operária.

Efetivamente, o aumento do desemprego (especialmente dos trabalhadores menos qualificados) na indústria moveleira, aliado à crescente informalização da economia se reflete no aprofundamento das desigualdades de classe, que se traduz em intensificação dos deslocamentos intra-urbanos e intra-regionais de uma população paulatinamente expulsa para os lugares marginais no espaço intra-urbano.

Na verdade, todo o processo de modernização e reestruturação organizacional em curso na indústria moveleira, a partir dos anos 1990, traduz-se em intensa precarização das condições de vida tanto dos trabalhadores que permanecem na indústria (pressionados pelas crescentes exigências de domínio de novos processos produtivos e aumento de produtividade), quanto daqueles que são descartados da indústria e condenados a gravitar em torno do mercado informal de trabalho.

Nesse sentido, a maior tecnificação da produção, através da introdução de maquinário de alta tecnologia, amplia a superexploração da força de trabalho, uma vez que, as plantas produtivas mais horizontalizadas e automatizadas conduzem ao acúmulo de

funções e ao aumento da produtividade, requerendo maior qualificação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que os salários são mantidos em patamares bastante deprimidos.

Aliás, os dados da RAIS 2002 mostram com muita clareza esse processo: como o demonstra o quadro 8, no período 1996-2002, o número de empregados dos diversos segmentos da indústria moveleira assiste, primeiramente, a uma significativa expansão, (com destaque para o segmento de móveis de metal, conhecidos por tubulares) para depois apresentar retração. Evidentemente, essa trajetória de crescimento-retração está diretamente relacionada a uma situação de forte crise pela qual passou a indústria moveleira no período 2001-2003, cuja explicação repousa no binômio escassez de matéria-prima/desaquecimento do mercado interno.

Na verdade, a crise 2001-2003 revelou que as empresas de móveis se encontram comprimidas na cadeia produtiva (de um lado, as grandes distribuidoras de matéria-prima, de outro, o grande comércio varejista); assim, num contexto de inflação de custos (suscitada pela evasão de matéria-prima (especialmente madeira) para o exterior, em virtude do câmbio favorável), concomitantemente a uma queda no poder de compra dos salários e aumento do desemprego, as empresas enfrentaram queda dramática nas suas margens de lucro, situação que levou a um significativo número de demissões, falências e concordatas (NEIT/FIESP, 2004).

Quadro 8 :

Número de Empregados Formais, por Segmento de Fabricação de Móveis
Município de Votuporanga
1996-2002

Setores e subsetores	Número de Empregados		
	1996	2001	2002

Fabricação de móveis com predominância de madeira	1.366	1.990	1.632
Fabricação de móveis com predominância de metal	10	96	77
Fabricação de móveis de outros materiais	48	88	61

Fonte: Elaborado por NEIT-IE-Unicamp, a partir dos dados da RAIS/TEM 2002-2001-1996

De todo modo, embora o capital moveleiro tenha lidado com a crise parametrizando-se pela máxima “*na primeira crise que se tem, despede-se empregado*” (João Araújo Pinto Neto, engenheiro mecânico, gerente responsável pela implantação do Pólo de Modernização do Setor Moveleiro de Votuporanga,)⁶, o enxugamento no número de empregados apontado pela RAIS não é somente fruto da desaceleração da produção, mas também da modernização tecnológica e da reestruturação organizacional.

De fato, é precisamente no ano de 2001 que se instala o Centro Tecnológico de Formação Profissional da Madeira e do Mobiliário (CEMAD)⁷ em Votuporanga, coroando um processo de reorganização e modernização do setor moveleiro, cujas principais frentes foram a renovação do parque tecnológico e o aprimoramento na qualificação da mão-de-obra, em curso desde 1993, com a implantação de Pólo de Modernização.

Efetivamente, o CEMAD, um complexo que une escola de formação profissional e núcleo de assessoria às empresas, em atividade a partir de junho de 2001 (muito embora o curso superior de Tecnólogo em Movelaria já funcionasse desde 1998) passou a injetar, sistematicamente, na indústria moveleira da região de Votuporanga, especialmente depois

⁶ Entrevista concedida para a autora em 10/10/04

⁷ De acordo com Mário Eduardo Cazão (diretor do CEMAD) (entrevista concedida em 16/11/04) o CEMAD é um dos cinco centros de formação profissional em nível técnico e superior de mão-de-obra especializada em movelaria no Brasil. Os demais centros existentes são : CETEMO (Bento Gonçalves, RS), CETEMI (São Bento do Sul, SC), CETMAN (na região de Curitiba, PR) e a Universidade da Móvelia (Arapongas, PR).

de 2001, importante contingente de mão-de-obra com elevada qualificação, o que permitiu às indústrias acelerarem o processo de horizontalização e automação da produção.

Esse contexto foi particularmente favorável à superexploração da força de trabalho, pois a crescente tecnificação dos processos produtivos (o que obsoletizou importante parcela da mão-de-obra empregada na indústria moveleira) aliada à disponibilidade de mão-de-obra local com elevada qualificação, em um cenário de desemprego e informalização da economia, forçou o rebaixamento dos salários, muito embora tenha melhorado a qualificação da mão-de-obra..

De fato, o quadro 9 mostra claramente como os níveis de remuneração (em salários mínimos), a despeito de muito deprimidos, rebaixam-se mais ainda ao longo do período 1996-2002, o que vai se refletir, muito sensivelmente, no empobrecimento dos trabalhadores, forçando-os a sucessivos e interinos deslocamentos no espaço intra-urbano e intra-regional, na busca de melhores condições de vida.

Quadro 9:

Rendimento Médio Mensal dos Trabalhadores, por Segmento de Fabricação de Móveis
Município de Votuporanga
1996-2002

Setores e subsetores	Média em Salários Mínimos		
	1996	2001	2002
Fabricação de móveis com predominância de madeira	2,76	2,29	2,20
Fabricação de móveis com predominância de metal	2,34	2,14	2,11
Fabricação de móveis de outros materiais	2,70	2,33	2,37

Fonte: Elaborado por NEIT-IE-Unicamp, a partir dos dados da RAIS/TEM 2002-2001-1996

Na verdade, a modernização da indústria moveleira de Votuporanga se deu em ritmo muito acelerado nos anos 1990, pois o setor moveleiro esteve durante décadas muito estagnado, de modo que a reestruturação, ainda em curso, produziu impactos muito significativos tanto na estrutura ocupacional das empresas, como também na própria sobrevivência das pequenas e médias empresas, muito afetadas pelo aumento da competitividade no mercado interno, especialmente no mercado regional (Ferreira, 1997; Coutinho, 2001)

Nesse sentido, a fala de Mário Eduardo Cazão, diretor do CEMAD é bastante exemplar:

“O setor moveleiro foi esquecido por pelo menos uns 40 anos. Então a indústria não se atualizou, os órgãos competentes também não investiram, (...) ficando aquela indústria ultrapassada, antiga e, de repente, no boom dos anos 90, vem toda essa atualização do parque tecnológico” (Mário Eduardo Casão, diretor do CEMAD de Votuporanga).

Ainda nesse contexto, a injeção de mão-de-obra qualificada preparada pelo CEMAD aumenta a distância entre trabalhadores qualificados e não qualificados, intensificando rapidamente a obsolescência de largas parcelas de mão-de-obra que sequer tiveram oportunidade de se requalificar:

“Então hoje você vê grande parte das indústrias já colocando seus produtos em meio eletrônico, o que não acontecia antigamente, porque eles [empresários] não conheciam a linguagem, isso foi introduzido pelos alunos e, você vê os alunos trabalhando com as máquinas de alta tecnologia, e a mão-de-obra sem capacitação ficando a segundo plano dentro da empresa (...)Hoje nós temos que 90% dos alunos saem daqui empregados; eu tenho o curso de marceneiro básico, através [de lei de incentivo] do Governo Federal, eles [empresários] contratam o aluno por quatro horas, ele passa quatro horas aqui, quatro horas na empresa, eles já estão investindo a formação básica, e os 10% que não são aproveitados é porque vão buscar uma outra área...” (idem, ibidem).



2004. Aluno operando máquina italiana de *design*, em laboratório de aprendizagem do CEMAD.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Endossam essa abordagem, os depoimentos de ex-trabalhadores da indústria moveleira, que demonstram o intenso processo de espoliação de saberes e práticas laborais, descartados com a modernização, o que, aliado à marginalização desses trabalhadores do mercado formal de trabalho reforça a espoliação urbana, produzindo *cidadãos incompletos* (Santos, 2000), condenados a incansáveis deslocamentos na busca de emprego e habitação possíveis.

O depoimento de um ex-trabalhador da indústria moveleira, que atualmente trabalha como agente de reciclagem de lixo, em uma cooperativa local, apoiada pela Prefeitura Municipal de Votuporanga, é bastante exemplar do processo de marginalização da mão-de-obra pouco qualificada:

“Esse maquinário também, né ? (...) Tem máquina lá que (...) toma serviço de 30, 40 pessoas. Já faz as peças lá, faz as coisas, já faz o serviço sozinha, sai lá feito. Ela lixa, ela pinta, faz tudo, então... caiu a ocupação das pessoas” (O.G.O. , agente de reciclagem, 3ª série completa)⁸.

Igualmente, o depoimento de um ex-trabalhador da indústria moveleira, atualmente desempregado, residente em uma das favelas de Votuporanga, traduz, claramente, a espoliação vivenciada pelo trabalhador marginalizado do mercado formal de trabalho:

“Agora eles tão fazendo lá [no CEMAD] esse negócio de curso (...) reciclando os funcionários (...) É pras pessoas que tão trabalhando agora. É que nem você fala, que tá vindo muitas máquinas eletrônicas, muitas máquinas diferentes, que nem antigamente, eu trabalhei na AB Pereira, trabalhei na Abbas há muitos anos, as máquinas era tudo empurrada no braço, tudo na força física. Agora tem máquina que é tudo eletrônica, tudo no botão. Tem uns amigos que trabalham[na indústria moveleira] que falaram, que você só coloca a madeira, aperta o botão que a máquina vai e molda sozinha” (LCM, desempregado, 6ª série completa)⁹.

Em virtude da importância da indústria moveleira na região de Votuporanga (que responde, sozinha, por cerca de 50% da atividade econômica dos municípios dessa região) (Ferreira, 1997; Suzigan, 2004), a reestruturação produtiva em curso nesse setor da indústria de transformação, especialmente a partir de meados dos anos 1990, aliada a um

⁸ Entrevista concedida à autora em 20/02/04

⁹ Entrevista concedida à autora em 20/02/04

contexto de forte crise na economia, traduziu-se, em âmbito local, em diminuição do volume de pessoas ocupadas na indústria e crescimento da informalidade.

Nesse contexto de elevado desemprego e crescente informalização da economia é possível observar, como demonstrado na tabela 22, que apenas os estabelecimentos comerciais apresentaram incremento no número total de empresas, entre 1998 e 2002, tendo os setores “indústria” e “serviços” apresentado decréscimo no número de unidades, nesse mesmo período. Essa configuração é absolutamente condizente com o cenário recessivo e de desaceleração do crescimento econômico verificado no país desde meados da década de 1990, e que se agravou nos últimos anos desse decênio, devido a sucessivas crises no mercado internacional (Baltar, 1995; Pochmann, 1997).

Ainda nesse contexto, o crescimento quase isolado do setor “comércio” evidencia a precarização da geração de emprego e renda visto que, tradicionalmente, o comércio apresenta maiores taxas de informalização, o que se reflete em piores condições de vida para os trabalhadores (*idem, ibidem*).

Tabela 22:

Número de Estabelecimentos de Indústria, Comércio e Serviços
RA de São José do Rio Preto, RG de Votuporanga e Município de Votuporanga
1998, 2000 e 2002

	1998			2000			2002		
	Indústria	Comércio	Serviços	Indústria	Comércio	Serviços	Indústria	Comércio	Serviços
Município de Votuporanga	295	557	418	301	647	467	247	762	352
RG de Votuporanga	478	869	632	503	984	696	471	1152	549
RA de São José do Rio Preto	3.566	8.269	6.148	3.753	9.491	6.919	3.352	11.103	6.122

Fonte: Elaborado a partir de Seade, 2004

O excerto que segue, extraído de Antunes (2003) endossa essa análise:

“Paralelamente à retração do emprego industrial, entre as décadas de 1970 e 1990 (...) o setor informal (...) incorporou parcelas expressivas de trabalhadores, sobretudo no comércio, comunicação e transportes” (p. 22).

Nesse sentido, a tabela 23, reproduzida abaixo, torna visível a elevada informalização do emprego no setor “comércio”: destarte, a despeito das empresas de comércio deterem a maior participação relativa no total de empresas no município e RG de Votuporanga, em 2000, o volume de pessoas formalmente ocupadas em atividades do setor “comércio” é inferior ao volume de pessoas formalmente ocupadas nos setores “indústria” e “serviços”, nesse ano, o que evidencia a baixa capacidade de absorção formal de mão-de-obra desse setor.

Nesse contexto, ainda, a análise da relação entre população formalmente ocupada e população ocupada, para todos os setores da economia, oferecida pelo Censo Demográfico-2000, permite observar que, enquanto a proporção percentual de pessoas formalmente ocupadas no total da população ocupada em Votuporanga é de 64,72%, na RG de Votuporanga essa proporção percentual é de 57,60%, o que demonstra ser mais elevada a informalização da economia dos municípios da RG de Votuporanga, na comparação com o município-sede.

Tabela 23:

Pessoal Formalmente Ocupado na Indústria, Comércio e Serviços
RG e Município de Votuporanga
2000

Pessoal Formalmente Ocupado					
Áreas	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total
Votuporanga	5.218	2.634	4.017	257	12.126
RG de Votuporanga	7.750	3.447	7.074	1.684	19.955

Fonte: Elaborado a partir de Seade-2004

Ainda no tocante à informalização da economia, a tabela 24 apresenta, para o ano de 1998, a discriminação da população ocupada e daquela ocupada e assalariada para os mais diversos ramos de atuação das empresas: aqui, mais uma vez, a indústria de transformação apresenta um dos melhores desempenhos, visto que absorve parcela expressiva da população ocupada e apresenta uma das maiores taxas de assalariamento.

Efetivamente, na indústria de transformação, das 4.555 pessoas ocupadas, 3.976, ou seja, 87,3% recebem remuneração. Já no comércio (categoria “Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos”) das 4.055 pessoas ocupadas, apenas 2.324, ou seja, 57,3% recebem remuneração. Igualmente, no setor de serviços (tomemos apenas uma de suas categorias mais representativas, a de “Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços”) das 406 pessoas ocupadas, 229, ou seja, 56,4% são assalariadas.

Tabela 24:

Pessoal Ocupado e Ocupado Assalariado em Unidades Locais, por Ramo de Atuação
Município: Votuporanga
Ano: 1998

Pessoal ocupado e ocupado assalariado em unidades locais, por ramo de atuação		
Unidades locais	Pessoal ocupado	Pessoal ocupado assalariado
Agricultura, pecuária, sicultura e exploração florestal	11 pessoas	02 pessoas
Indústrias extrativas	02 pessoas	0 pessoas
Indústrias de transformação	4555 pessoas	3976 pessoas
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	702 pessoas	702 pessoas
Construção	413 pessoas	357 pessoas
Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	4055 pessoas	2324 pessoas
Alojamento e alimentação	334 pessoas	149 pessoas
Transporte, armazenagem e comunicações	315 pessoas	229 pessoas
Intermediação financeira	271 pessoas	254 pessoas

Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços	406 pessoas	229 pessoas
Administração pública, defesa e seguridade social	1006 pessoas	1006 pessoas
Educação	567 pessoas	536 pessoas
Saúde e serviços sociais	544 pessoas	495 pessoas
Outros serviços coletivos, pessoais e sociais	369 pessoas	289 pessoas

Fonte: Elaborado a partir de Censo Demográfico 2000

Do mesmo modo, a tabela 25, que apresenta a porcentagem de pessoas ocupadas e a concentração de salários pagos nas maiores empresas de Votuporanga, no ano de 1998, mostra que as 08 maiores empresas locais absorvem 23,10% da população ocupada, e é responsável pela concentração de 40,80% dos salários pagos nas empresas locais.

Da mesma forma, as 04 maiores unidades locais absorvem 16,13% do pessoal ocupado e respondem por 31,20 % dos salários pagos.

Tabela 25:

Percentual (%) de Pessoas Ocupadas e Salários Pagos nas Unidades Locais

Município: Votuporanga

Ano: 1998

% de pessoas ocupadas e de salários pagos nas unidades locais	
% de pessoas ocupadas concentradas nas 04 maiores unidades	16,13 pessoas
% de concentração de pessoas ocupadas nas 08 maiores unidades	23,10 pessoas
% de concentração de pessoas ocupadas assalariadas nas 04 maiores unidades	20,72 pessoas
% de concentração de pessoas ocupadas assalariadas nas 8 maiores unidades	29,67 pessoas
% de concentração de salários pagos no ano nas 04 maiores unidades	31,20 salários
% de concentração de salários pagos no ano nas 08 maiores unidades	40,80 salários

Fonte: Elaborado a partir de Censo Demográfico 2000

Efetivamente, embora a indústria moveleira tenha apresentado redução no volume de empregados entre 1996 e 2000, foi possível observar que, a indústria de transformação é ainda o setor que mais absorve mão-de-obra e que apresenta melhores taxas de assalariamento. Desse modo, os dados apresentados reforçam a percepção de que o desemprego diferencial (da mão-de-obra menos qualificada) na indústria moveleira tem significativo impacto nas condições de vida dos trabalhadores das camadas populares, intensificando as disputas de classe pela apropriação do espaço intra-urbano.

Na verdade, todo o sucateamento da força de trabalho da população de baixa qualificação se traduz em desestabilização das condições de reprodução física e social das camadas populares, cujo empobrecimento (decorrente da precarização do emprego) lhes obriga a buscar cada vez mais longe alternativas possíveis de moradia.

O contínuo deslocamento dos pobres, impulsionado pelas constantes pressões do capital imobiliário, vai esvaziando os *loci* já constituídos de moradia popular, que valorizados (na medida em que avançam os serviços e se distanciam os pobres) são crescentemente assediados pelas camadas médias.

Assim, a reiterada instabilidade de uma “habitação possível” para essa população cotidianamente descartada do mercado de trabalho reforça, em associação com o desemprego, péssimas condições de habitabilidade e ausência de serviços e equipamentos públicos, o sentimento de inadequação, de desolamento e de segregação social e espacial, que por fim, culminam na busca de novos espaços possíveis de vivência e sobrevivência.

3.2 Os Deslocamentos Populacionais no Espaço Intra-Regional

“E afinal, os pobres nem permanecem nas casas que fazem ou que lhes fazem. E não podem manter por muito tempo os terrenos que adquirem ou que lhes dão, sujeitos que estão, na cidade corporativa, à lei do lucro” (Santos, 2000: 46).

Os deslocamentos da população no espaço intra-regional refletem, ainda que mediatamente, a busca por oportunidades de trabalho, por melhores condições de deslocamento, por melhores localizações habitacionais, enfim, por melhores condições de vida.

No contexto regional, dada a centralidade econômica e política do município de Votuporanga, os deslocamentos da população dos municípios do entorno na direção do município-sede não são uma novidade.

De fato, o próprio desenvolvimento de Votuporanga deve ser compreendido à luz da dinâmica de trocas econômicas e populacionais que o município-sede estabeleceu, no curso de sua constituição histórica, com os demais municípios de sua região de polarização.

De qualquer forma, ao longo da década de 1990 vem diminuindo o volume das migrações intra-regionais em direção a Votuporanga, o que parece sugerir a ocorrência concomitante de dois fenômenos:

- a) o primeiro diz respeito à crescente capacidade de retenção de população por parte dos municípios da RG de Votuporanga, decorrência, em larga medida, do desenvolvimento (ainda que incipiente) de atividades urbanas nesses municípios (especialmente comércio e serviços);

- b) o segundo, parece refletir alguns dos desdobramentos da reestruturação produtiva de alguns setores da indústria votuporanguense, especialmente do setor moveleiro, cuja redução na capacidade de absorção de mão-de-obra, especialmente daquela de baixa qualificação, engendra uma população empobrecida, marginalizada do mercado formal de trabalho e do mercado de consumo, que, no limite, vê-se impossibilitada de sobreviver no município-sede, onde as oportunidades de emprego escasseiam e o custo de vida é maior.

De fato, a análise das informações sobre migração e evolução da população, conforme apresentadas a seguir, elucidam os fenômenos de aumento da capacidade de retenção de população por parte dos municípios da RG de Votuporanga, *vis a vis* à crescente diminuição da atratividade migratória do município-sede.

Assim, a tabela 26 permite observar que, no ano de 2000, todos os municípios da RG de Votuporanga apresentavam população urbana superior à população rural, o que vem endossar a percepção do fenômeno de desruralização dessa área, em curso desde a década de 1980, e que se aprofundou sobremaneira nas duas últimas décadas.

De todo modo, ainda é importante ressaltar que, a despeito da crescente participação da população urbana no total da população dos municípios da RG de Votuporanga, o Grau de Urbanização de boa parte destes ainda é inferior ao Grau de Urbanização do conjunto da RG.

Ainda que deva ser ressaltado que o município de Votuporanga, dada a elevada participação da população urbana e total do município-sede no total da população da RG, contribua sensivelmente para a elevação do Grau de Urbanização, é bastante significativo que apenas três municípios apresentem Grau de Urbanização superior ao total da RG (87,12%), quais sejam: Cardoso (89,23%), Valentim Gentil (87,48%) e Votuporanga (96,25%).

Tabela 26:

População Segundo Situação de Domicílio e Grau de Urbanização (%)
RA de São José do Rio Preto, RG de Votuporanga e Municípios da RG de Votuporanga
2000

Áreas	População Total	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização (%)
Álvares Florence	4.322	2.658	1.664	61,5
Américo de Campos	5.594	4.388	1.206	78,44
Cardoso	11.611	10.361	1.250	89,23
Cosmorama	7.376	4.306	3.070	58,38
Floreal	3.226	2.471	755	76,60
Macaubal	7.385	6.248	1.137	84,60
Magda	3.423	2.730	693	79,75
Monções	2.056	1.744	312	84,82
Nhandeara	10.196	7.881	2.315	77,30
Parisi	1.944	1.504	440	77,37
Pontes Gestal	2.543	1.938	605	76,21
Riolândia	8.552	6.854	1.698	80,14
Sebastianópolis do Sul	2.546	1.649	897	64,77
Valentim Gentil	8.575	7.501	1.074	87,48
Votuporanga	75.528	72.698	2.830	96,25
Total RG	154.877	134.931	19.946	87,12
RA de SJ Rio Preto	1.297.799	1.155.899	141.900	89,07

Fonte: Extraído de SEADE, 2004

De qualquer forma, a análise das taxas geométricas de crescimento da população no período 1991-2004 aponta para a consolidação da trajetória de reversão do esvaziamento demográfico, já identificada no capítulo anterior.

Efetivamente, a comparação entre as taxas de crescimento dos períodos 1991-2000 e 2000-2004¹⁰ já evidencia que, sistematicamente, os municípios da RG de Votuporanga vêm revertendo suas perdas populacionais (especialmente intensas entre as décadas de 1960 e 1970, num contexto de desaceleração da dinâmica agrícola da porção mais ocidental da fronteira agrícola paulista), o que se traduz, de modo geral, em diminuição do número de municípios com taxas negativas, bem como de redução na magnitude das taxas negativas daqueles municípios que ainda perdem população.

Destarte, no período 1991-2000, 9 dos 15 municípios da RG de Votuporanga apresentavam taxas negativas de crescimento da população; já no período 2000-2004 apenas 4 municípios apresentam taxas negativas de crescimento.

Ainda assim, deve-se mencionar, esses municípios que mantêm taxas negativas de crescimento no período 2000-2004 diminuíram significativamente a magnitude de suas perdas de população: como se pode notar, o município de Álvares Florence passa de uma taxa geométrica de crescimento anual da população de $-1,75\%$, no período 1991-2000, para uma taxa de $-0,78\%$, no período 2000-2004; igualmente, o município de Cosmorama passa de uma taxa de $-0,67\%$ ao ano, entre 1991-2000 para uma taxa de $-0,24\%$ ao ano, entre 2000-2004. O município de Floreal passa de uma taxa de crescimento anual de $-1,04\%$, entre 1991-2000, para uma taxa de crescimento anual de $-0,52\%$, no período 2000-2004 e, finalmente, o município de Magda passa de uma taxa de crescimento da população de $-0,79\%$ ao ano, no período 1991-2000 para uma taxa de $-0,28\%$ ao ano, entre 2000-2004.

Cumprе destacar, ainda, as excepcionais taxas de crescimento da população dos municípios de Parisi ($2,76\%$ ao ano, entre 1991-2000 e $2,49\%$ ao ano, entre 2000-2004) e

¹⁰ As taxas geométricas de crescimento da população no período 2000-2004 são projeções fornecidas por Seade, 2004.

de Valentim Gentil (4,31% ao ano e 3,39% ao ano, respectivamente) que, a despeito de terem diminuído sua intensidade no último período, na comparação com o período anterior, mantém-se significativamente acima das taxas registradas para o total da RG de Votuporanga (0,91% e 1,05%, respectivamente), RA de São José do Rio Preto (1,59% e 1,43%, respectivamente) e Estado de São Paulo (1,82% e 1,55%, respectivamente) (SEADE, 2004).

As taxas geométricas de crescimento da população significativamente mais elevadas para esses dois municípios se explicam, no entanto, em razão de conjunturas bastante particulares: no caso do município de Parisi, o recente desmembramento (1991) parece ter contribuído para o seu insígne desempenho, corroborando uma tendência já exaustivamente analisada na constituição urbana da malha paulista (Camargo, 1988); no caso de Valentim Gentil a explicação repousa, possivelmente, no bom desempenho da economia local, especialmente da indústria moveleira, sobremaneira do segmento de estofados.¹¹

Tabela 27:

Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (%)
RA de São José do Rio Preto, RG de Votuporanga e Municípios da RG de Votuporanga
1991-2000 e 2000-2004

Municípios	1991-2000	2000-2004
	Taxa de Crescimento (%)	Taxa de Crescimento (%)
Álvares Florence	-1,75	-0,78
Américo de Campos	-0,03	0,08
Cardoso	-0,61	0,00
Cosmorama	-0,67	-0,24
Floreal	-1,04	-0,52
Macaubal	0,02	0,45
Magda	-0,79	-0,28
Monções	-0,35	0,09

¹¹ Essa hipótese se baseia na análise dos dados da RAIS de 2001/2002 (Relação Anual de Informações Sociais) relativos à indústria moveleira de Votuporanga e Valentim Gentil.

Nhandeara	-0,18	0,47
Parisi	2,76	2,49
Pontes Gestal	-1,69	1,72
Riolândia	1,12	0,98
Sebastianópolis do Sul	0,19	0,54
Valentim Gentil	4,31	3,39
Votuporanga	1,8	1,49
Total RG	0,91	1,05
RA de SJ Rio Preto	1,59	1,43

Fonte: Extraído de SEADE, 2004

A análise do saldo migratório da RG de Votuporanga corrobora a análise acerca da consolidação da tendência de reversão do esvaziamento demográfica dos municípios da região de polarização de Votuporanga, especialmente em virtude do aumento da capacidade de retenção de população esboçado por esses municípios.

Assim, a despeito de seu volume bastante modesto, o saldo migratório positivo, no período 1991-2000, do conjunto da RG de Votuporanga parece evidenciar uma trajetória de relativo desenvolvimento da atividade econômica desses municípios, especialmente de atividades urbanas ligadas ao comércio (PDM-1995).

Nesse sentido é importante atentar para a significativa participação percentual do saldo migratório no crescimento absoluto da população de Votuporanga (50,24%), superior, inclusive, à participação do saldo migratório no crescimento absoluto da população do conjunto da RA de São José do Rio Preto, o que parece endossar a centralidade econômica e urbana do município de Votuporanga em sua Região de Governo, a despeito da tendência de relativo desenvolvimento econômico e urbano dos demais municípios da RG, especialmente de municípios cuja atividade industrial sofreu grande incremento nessa última década, a exemplo do município de Valentim Gentil.

Tabela 28:

Saldo Migratório e Participação Relativa (%) do Saldo Migratório no Crescimento Absoluto da População RA de São José do Rio Preto, RG de Votuporanga e Município de Votuporanga 1991-2000

Áreas	Saldos Migratórios	Participação (%)
Votuporanga	5643	50,24
RG de Votuporanga	1323	10,90
RA de S. J. Rio Preto	70326	41,01

Fonte: Extraído de Seade, 2004.

No que diz respeito às trocas migratórias do município de Votuporanga, no contexto intra-regional, nota-se que praticamente todos os municípios da RG de Votuporanga aumentam sua capacidade de retenção migratória no período 1995-2000, na comparação com o período 1986-1991¹², uma vez que, o município-sede diminui o volume do saldo migratório em suas trocas com quase todos os municípios da RG, entre 1995-2000, aumentando, inclusive, as perdas migratórias que, no período 1986-1991 ocorriam apenas nas trocas com os municípios de Macaúbal (- 41 pessoas) e Sebastianópolis do Sul (-51 pessoas).

Assim, no período 1995-2000 o saldo negativo (para o município-sede) se dá também nas trocas com os municípios de Cosmorama (-6 pessoas), Floreal (-26 pessoas), Monções (-11 pessoas), Pontes Gestal (-111 pessoas), Riolândia (-16 pessoas) e Sebastianópolis do Sul (-6 pessoas).

Esses números apontam, concomitantemente, para dois fenômenos para os quais se deve atentar: o primeiro é para a célere e tardia desruralização da população e da economia dos municípios da RG de Votuporanga, nos últimos vinte anos, o que contribui sensivelmente para a retenção de população que muda sua situação de domicílio (de rural

¹² Vide capítulo 2, p. 103

para urbano) muitas vezes dentro do mesmo município, induzindo a uma diminuição do fluxo migratório para Votuporanga.

O segundo fenômeno é a crescente informalização da economia votuporanguense, aliado aos processos de liofilização da estrutura produtiva (Antunes, 2003), modernização tecnológica e aumento do desemprego diferencial (que afeta mais intensamente a mão-de-obra de baixa qualificação) em curso na indústria local, particularmente na indústria moveleira, desde meados da década de 1990, o que contribuiu para a diminuição da atratividade migratória do município-sede, haja vista que as transformações recentes no regime de acumulação limitam sensivelmente a capacidade de absorção de mão-de-obra do setor produtivo do município.

Tabela 29:

Trocas Migratórias do Município de Votuporanga com os demais Municípios da RG de Votuporanga
Município de Votuporanga
1995-2000

Votuporanga			
Municípios	Imigração	Emigração	SM
Álvares Florence	211	67	144
Américo de Campos	158	16	142
Cardoso	194	95	99
Cosmorama	112	118	-6
Floreal	0	26	-26
Macaubal	36	7	29
Magda	37	14	23
Monções	0	11	-11
Nhandeara	109	73	36
Parisi	131	242	-111
Pontes Gestal	23	39	-16
Riolândia	125	131	-6
Sebastianópolis do Sul	10	0	10
Valentim Gentil	265	107	158

Fonte: Elaborado a partir de Censo Demográfico – 2000; Tabulações Especiais NEPO/Unicamp.

No que diz respeito à mobilidade pendular a tabela 30 mostra que Votuporanga recebe diariamente 1.182 pessoas oriundas dos demais municípios de sua RG, destacando-se como os maiores emissores de população que realiza deslocamentos diários para Votuporanga, os municípios de : Álvares Florence (273 pessoas), Parisi (159 pessoas), Nhandeara (137 pessoas), Cardoso (132 pessoas) e Valentim Gentil (126 pessoas).

É importante destacar que, dentre os 5 municípios que mais enviam população que se desloca diariamente para Votuporanga três estão localizados no entorno mais imediato do município-sede, quais sejam: Álvares Florence, Valentim Gentil e Parisi.

De fato, excetuando-se Valentim Gentil, município com notável desenvolvimento industrial na década de 1990, os demais municípios acima arrolados mantêm elevada dependência das atividades econômicas, dos serviços e políticas públicas (notadamente educação e saúde) do município de Votuporanga.

Nesse contexto, merece destaque a dinâmica da mobilidade pendular estabelecida entre Votuporanga e Valentim Gentil: de todos os municípios da RG, Valentim Gentil é o único que recebe mais do que emite população nas trocas diárias de população com o município de Votuporanga.

De fato, enquanto Votuporanga recebe 126 pessoas que se deslocam diariamente vindas de Valentim Gentil, este município recebe 152 pessoas que se deslocam diariamente oriundas de Votuporanga.

O célere desenvolvimento industrial (particularmente do segmento de estofados, do setor moveleiro) assistido pelo município, especialmente no curso dos anos 1990, parece explicar, em boa medida, a particularidade dessa dinâmica de trocas populacionais entre o município-sede e Valentim Gentil.

De acordo com Pavam e Abê (s/d): “o crescimento da indústria moveleira de Votuporanga incentivou a cidade de Valentim Gentil a criar empregos com vistas a atrair empresas que proporcionassem a geração de empregos e, conseqüentemente, a arrecadação de impostos para o município. Foi quando então o prefeito Valentim-gentilense José Marciano (1983-88) criou um plano que oferecia algumas vantagens aos empresários que quisessem se estabelecer na cidade (...) As primeiras empresas moveleiras que surgiram em Valentim Gentil foram a Art-Flex e a Art-Panta, nos 1989/90 (...) Depois veio a Taherky que ficou nacionalmente conhecida por seus produtos...” (p.p 114-5)

Efetivamente, parte substantiva de fabricantes de móveis estofados de Votuporanga ou se transferiu ou abriu novas unidades em Valentim Gentil, especialmente a partir de meados da década de 1990, atraídos por incentivos fiscais, o que, aliado à forte reestruturação do setor moveleiro no município de Votuporanga, deslocou parte da mão-de-obra especializada do município-sede para o município de Valentim Gentil.

Ao mesmo tempo, em decorrência de seu pequeno porte (o município de Valentim Gentil possui hoje uma população de aproximadamente 9.797 habitantes) (Seade, 2004), a população de Valentim Gentil ainda é bastante dependente da infra-estrutura de serviços públicos e privados do município-sede, sem contar que, parte de sua população ocupada está empregada em inúmeras atividades no município de Votuporanga, destacadamente comércio e serviços.¹³

Tabela 30:

Pessoas que se Deslocam Diariamente para o Município de Votuporanga, para Trabalho/Estudo, oriundas dos Municípios da RG de Votuporanga
Município de Votuporanga
2000

Municípios de origem	Pessoas
Álvares Florence	273
Américo de Campos	31

¹³ Para outras análises a respeito da dinâmica econômica dos municípios de Valentim Gentil e Votuporanga, veja-se : Ferreira, (1997); Coutinho, (2001); Rodrigues, (2002); (2004) a, (2004b), Pavam e Abe,(s/d).

Cardoso	132
Cosmorama	98
Floreal	23
Macaubal	11
Magda	43
Monções	30
Nhandeara	137
Parisi	159
Pontes Gestal	20
Riolândia	58
Sebastianópolis do Sul	41
Valentim Gentil	126
Total	1182

Fonte: Elaborado a partir de Censo Demográfico – 2000

De qualquer forma, a tabela 31 mostra que, indubitavelmente, o município de Votuporanga concentra em alto grau os deslocamentos pendulares (para trabalho/estudo) no âmbito de sua RG. Conforme a tabela abaixo o demonstra, apenas o município-sede recebe 50,41% das pessoas que se deslocam diariamente na RG de Votuporanga, em 2000.

Embora com participação percentual bastante inferior podem-se destacar como municípios que atraem parte importante da população que realiza deslocamento pendular na RG de Votuporanga, os municípios de Valentim Gentil (12,96%), Nhandeara (10,92%) e Riolândia (5,67%).

De fato, ao lado de Votuporanga (cuja centralidade econômica, política e urbana permanece irrefutável no âmbito de sua RG), os municípios de Valentim Gentil, Nhandeara e Riolândia se destacam pelo significativo desempenho econômico ao longo da década de 1990, destacando-se, Valentim Gentil pela indústria de estofados e os municípios de Nhandeara e Riolândia pela atividade agrícola e agroindustrial (PDM, 1995).

Tabela 31:

Proporção (%) de Pessoas que Realizam Deslocamentos Pendulares (Trabalho/Estudo) Intra-Regionais, na RG de Votuporanga, Segundo Município de Destino
Municípios da RG de Votuporanga
2000

Município de destino	Proporção (%)
Álvares Florence	1,71
Américo de Campos	5,12
Cardoso	3,07
Cosmorama	1,45
Floreal	0,55
Macaubal	1,88
Magda	1,75
Monções	0,34
Nhandeara	10,92
Parisi	2,60
Pontes Gestal	0,38
Riolândia	5,67
Sebastianópolis do Sul	1,19
Valentim Gentil	12,96
Votuporanga	50,41
Total	100

Fonte: Elaborado a partir de Censo Demográfico –2000; Tabulações Especiais NEPO/Unicamp.

Finalmente, importa situar o desenvolvimento da RG de Votuporanga ao longo da década de 1990, no contexto da evolução da população da RA de São José do Rio Preto, o que permite melhor situar o desempenho econômico, demográfico e urbano da RG de Votuporanga na comparação com o desenvolvimento das demais RGs e do conjunto da RA de São José do Rio Preto.

Nesse íterim, a tabela 32 nos mostra a evolução da população e da participação relativa das Regiões de Governo no total da população da Região Administrativa de São José do Rio Preto: notamos aqui, a significativa participação da RG de São José do Rio Preto no total da população da RA (sozinha, a RG de São José do Rio Preto responde por aproximadamente 50% da população total da RA), o que evidencia a forte concentração da

população na região de polarização imediata do município de São José do Rio Preto, incontestavelmente o município mais dinâmico da RA.

Na sequência, as participações mais importantes (a despeito de significativamente menores) cabem à RG de Catanduva (19,13%) e à RG de Votuporanga (11,93%), o que vem corroborar a importância dessas duas Regiões de Governo no âmbito da RA de São José do Rio Preto.

Tabela 32:

População Total e Participação Relativa (%) da População das Regiões de Governo (RG) no Total da Região Administrativa (RA) de São José do Rio Preto
RA de São José do Rio Preto e Respectivas Regiões de Governo
2000

Áreas	2000	
	Total	(%)
RG de SJ Rio Preto	647.725	49,91
RG de Catanduva	248.285	19,13
RG de Votuporanga	154.877	11,93
RG de Fernandópolis	104.798	8,08
RG de Jales	142.114	10,95
RA S J Rio Preto	1.297.799	100,00

Fonte: Elaborado a partir de Seade, 2004.

Ainda no que diz respeito às performances de crescimento das Regiões de Governo da área de influência de São José do Rio Preto, a tabela 33 mostra uma significativa evolução da taxa de crescimento da população de todas as áreas no período 1991/2000, na comparação com períodos anteriores¹⁴.

Notamos, em primeiro lugar, uma inequívoca liderança da RG de São José do Rio Preto, seguida pela RG de Catanduva na composição do crescimento populacional da RA, nesse período.

¹⁴ Vide capítulo 2, p.p. 90-1

De qualquer forma, embora as taxas de crescimento das regiões mais novas (Votuporanga, Fernandópolis e Jales) sejam bem mais modestas que as taxas de São José do Rio Preto e Catanduva é possível perceber uma clara reversão na tendência de crescimento negativo e de evasão populacional: exemplificando, a RG de Jales, muito afetada na década de 1970 pelas políticas de modernização agrícola, passou a reverter sua tendência de perda, à medida que paulatinamente foi conseguindo fixar sua população rural em atividades urbanas, alcançando uma taxa modesta (mais positiva) de crescimento anual da população de 0,50%, entre 1991-2000.

Assim, as modestas taxas de crescimento positivo da população nas RGs de Jales, Fernandópolis e Votuporanga, no período 1991/2000, sempre inferiores a 1% ao ano, e significativamente menores que a média da RA de São José do Rio Preto, nesse período (1,59% ao ano) traduzem a paulatina capacidade dessas áreas de reter população, num contexto de capitalização das relações sociais de produção no campo e de fortalecimento de sub-pólos regionais, com relativa capacidade de absorção de uma população pouca qualificada e precariamente escolarizada, em atividades urbanas regulares.

Tabela 33:

Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (%)
Região Administrativa de São José do Rio Preto e Regiões de Governo
2000.

Áreas	1991/2000
RG de SJ Rio Preto	2,33
RG de Catanduva	1,29
RG de Votuporanga	0,91
RG de Fernandópolis	0,55
RG de Jales	0,50
RA S J Rio Preto	1,59

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2004.

Nesse sentido, o Grau de Urbanização pode nos fornecer indícios da evolução da dinâmica urbana na área de influência de São José do Rio Preto. Destarte, como demonstra a tabela 34 é possível observar que o Grau de Urbanização das RGs de São José do Rio Preto e Catanduva é mais elevado que o das demais regiões, muito embora o Grau de Urbanização das RGs de Votuporanga, Fernandópolis e Jales esteja, em 2000, bastante próximo à média da RA (89,07%) e do Estado de São Paulo (93,41%) (Seade, 2004) o que parece confirmar a tendência de fortalecimento de sub-pólos regionais.

Tabela 34:

Grau de Urbanização (%)

Região Administrativa de São José do Rio Preto e Regiões de Governo
2000.

Áreas	2000
RG de SJ Rio Preto	90,42
RG de Catanduva	91,63
RG de Votuporanga	87,12
RG de Fernandópolis	86,81
RG de Jales	82,17
RA S J Rio Preto	89,07

Fonte: Elaborado a partir de Seade, 2004.

De fato, quando olhamos para o Grau de Urbanização dos municípios-sede das Regiões de Governo, conforme está demonstrado na tabela 35, notamos ser bastante elevada a proporção de população urbana no conjunto da população desses municípios, no ano de 2000, endossando uma tendência de concentração da população nas áreas urbanas, já analisada anteriormente.

É interessante notar a elevada heterogeneidade dos municípios da RA de São José do Rio Preto, pois ao compararmos as tabelas 33 e 34 constatamos que, em 2000, enquanto

o conjunto dos municípios das Regiões de Governo de Votuporanga, Fernandópolis e Jales apresentavam Grau de Urbanização inferior ao total da RA de São José do Rio Preto, quando analisamos o Grau de Urbanização apenas dos municípios-sede dessas Regiões de Governo notamos que todos apresentam Grau de Urbanização superior ao total da RA e superior a 90%.

Tabela 35:

População Total e Grau de Urbanização (%)

Municípios de São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales
1970-2000

Áreas	2000 População	Grau de Urbanização
S. J. do Rio Preto	357.705	94,08
Catanduva	105.695	98,51
Votuporanga	75.528	96,25
Fernandópolis	61.593	95,94
Jales	46.137	91,67

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2004.

Em suma, podemos depreender desses dados a existência de uma urbanização diferencial na RA de São José do Rio Preto, mais concentrada nos municípios-sede, que desempenham o papel de sub-pólos regionais, estando fortemente concentrada nos municípios de Catanduva e, especialmente no município de São José do Rio Preto, que se consolidou como o grande pólo regional, a partir da década de 1970.

Efetivamente, essa análise regional mais ampla (que abrange o conjunto da RA de São José do Rio Preto) parece confirmar as análises feitas no âmbito da RG de Votuporanga, pois aqui, mais uma vez, os municípios-sede apresentaram maior dinamismo econômico e demográfico, consolidando a tendência de concentração populacional, bem como, foi precisamente nos municípios-sede, que se desenvolveu uma industrialização mais

consistente, o que lhes permitiu alcançar, em 2000, um patamar de desenvolvimento capaz de suportar as rápidas e contínuas transformações da economia regional, nacional e global.

3.3. A Constituição da Cidade (Im)Possível: Habitação, Pobreza e Deslocamentos no Espaço Intra-Urbano.

“... a redução de alternativas habitacionais populares, a proletarização da população ocupada e a valorização de determinadas áreas da periferia intensificaram os fluxos em direção às fronteiras de expansão (...) onde o valor da terra é relativamente menor” (Lago, 2000: 220).

“o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes” (Harvey, 1992: 212)

Efetivamente, o elevado patamar de modernização tecnológica e de reestruturação produtiva e organizacional de importantes setores da indústria de transformação de Votuporanga - que se repetiu, de modo geral, com a agroindústria e o setor de serviços dos demais municípios-sede da RA de São José do Rio Preto – refletiu-se, diretamente, na dinâmica e na atratividade desses municípios no interior de suas áreas de polarização, o que significa dizer, na própria constituição do espaço regional.

Do mesmo modo, as recentes transformações econômicas nesses municípios (muitas das quais ainda em curso) têm notáveis impactos na produção social do espaço intra-urbano.

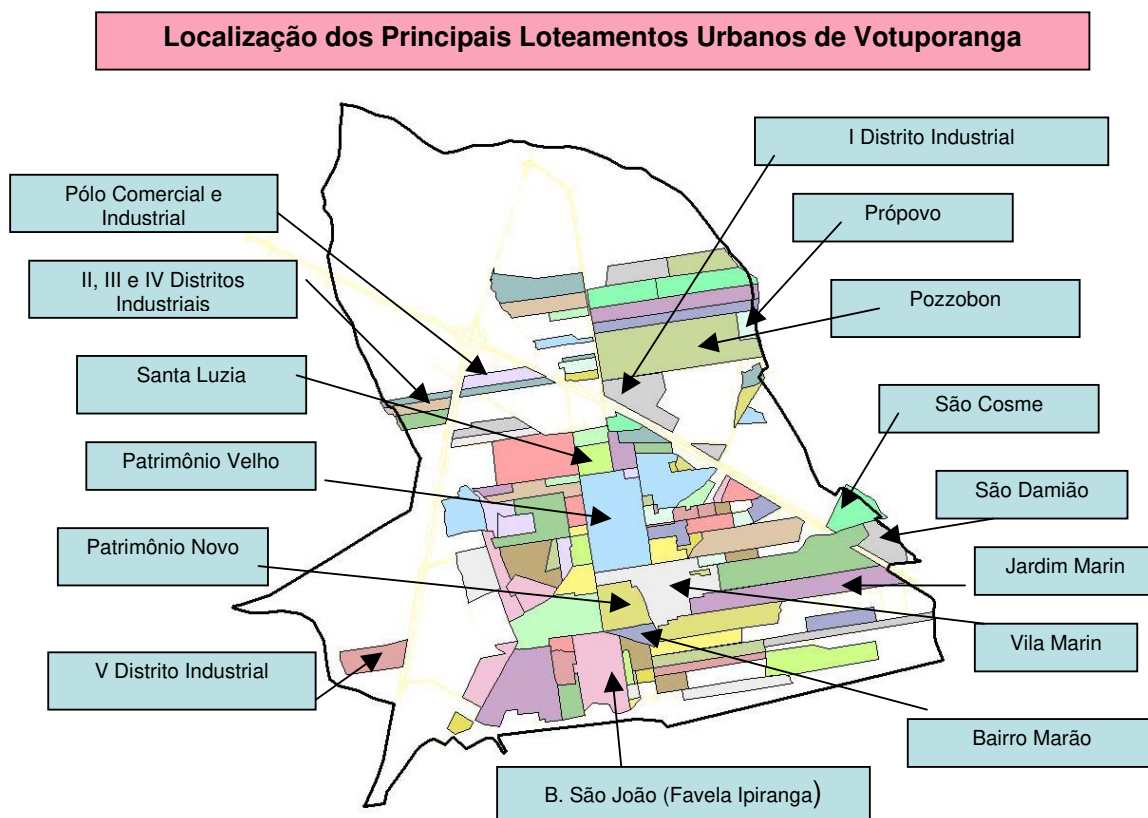
Assim, o célere (muito embora tardio) desenvolvimento da indústria em Votuporanga, que se tornou, a partir dos anos 1980, a principal atividade econômica do município, constituiu-se como elemento determinante na sua estruturação urbana.

De fato, a implantação dos primeiros distritos industriais no município de Votuporanga, alterou significativamente os contornos do perímetro urbano legal e efetivamente ocupado, visto que a aglomeração industrial atraiu para o seu entorno inúmeros loteamentos populares, conformando uma distensão da periferia urbana.

Mais do que isso, a abertura dos primeiros distritos industriais, ainda no final da década de 1970, alterou a distribuição espacial da população, visto que o extensor norte, na medida em que se configurava como área de moradia preferencial das camadas populares (pela acessibilidade ao trabalho e ao valor da terra) atraía para si parcelas cada vez mais expressivas da população do município e mesmo de migrantes que buscavam em Votuporanga melhores oportunidades de emprego e condições de vida mais favoráveis.

Assim, no município de Votuporanga, em 2000, a zona norte (especialmente o bairro Pozzobon) se configura (ao lado do centro tradicional) como uma das áreas mais populosas do município, transformando-se, em vinte anos, em uma área bastante adensada, com progressiva valorização.

Mapa 3:
Localização dos Principais Loteamentos Urbanos
Município de Votuporanga
2000



Fonte: Elaborado a partir de SEMPLA-2003.

Efetivamente, o que se pode observar na análise da inter-relação entre dinâmica econômica e estruturação urbana é que a trama aí urdida é alinhavada pela dinâmica demográfica (especialmente a mobilidade e a distribuição espacial da população) que induz, orienta, reflete e é refletido ou, ainda, consolida a ocupação do espaço, tornando-o produto social, na medida em que os deslocamentos populacionais balizam seu valor, que é dado,

pela sua escassez, engendrada pela luta de classes (Santos, 2000; Villaça, 2001; Carlos, 2003).

Isso significa dizer que a produção social do espaço urbano se dá na confluência das pressões econômicas (incluindo-se a do próprio capital imobiliário) e a resposta diferencial que a população, disjungida na e pela luta de classes, dá a essas pressões, movimentando-se no sentido da apropriação de porções do território que viabilizem a reprodução social e ainda otimizem as condições de tempo, deslocamento e consumo.

3.3.1 Centro no Singular, Periferia no Plural: A Estruturação Urbana na Década de 2000, um Retrato da Desigualdade na Apropriação e no Uso dos Recursos do Espaço.

“Na verdade só o homem – as classes sociais – estrutura as cidades” (Villaça, 2001: 70)

“ a política habitacional (...) acaba por padronizar determinados espaços (...) ela demonstra como a sociedade se apropria do espaço em função de suas próprias conveniências” (Gustavo de Souza Fava, Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente).

O desenho urbano de Votuporanga está orientado, desde os anos 1980, especialmente pela lógica de reprodução do capital industrial: como podemos observar, no mapa 4, ao longo dos dois eixos rodoviários que entrecortam o município estão instalados os distritos industriais da cidade e, no entorno externo destes, a localização residencial das camadas populares, enquanto no *core* interno encontram-se as localizações do capital.

Essa disjunção entre territórios de moradia das camadas ricas e das camadas operárias constituiu-se como estratégia de otimização dos custos de reprodução do capital industrial: aproximando a localização residencial operária das plantas industriais se poupava tempo e custo de deslocamento (Villaça, 2001).

Assim, o grande vazio urbano da área norte do município foi sendo ocupado, desde o final dos anos 1970, pela população operária, de modo a se constituir lentamente, naquela porção da cidade, uma importante aglomeração residencial das camadas populares.

Com o adensamento da malha, nas décadas seguintes, e a expansão física do *centro tradicional* (Villaça, 2001) houve uma paulatina valorização imobiliária das áreas mais próximas do centro expandido, delineando uma discreta alteração no perfil socioeconômico dos moradores da área, especialmente daqueles bairros mais antigos, que contavam com uma infra-estrutura urbana de melhor qualidade.

Esse movimento coincidiu, na década de 1990, com os esforços de modernização tecnológica, remodelação das plantas industriais e liofilização organizacional da indústria (Antunes, 2003), o que redundou em uma relativa desfuncionalização do 1º Distrito Industrial, justamente aquele mais próximo do centro expandido, localizado na interface com o maior bairro residencial da população operária, o bairro Pozzobon.¹⁵

O resultado dessa conjunção, na década de 1990, entre valorização imobiliária, desfuncionalização do 1º Distrito e transformações na estrutura produtiva da indústria (com evidente desvantagem para os trabalhadores menos qualificados) foi uma intensa

¹⁵ Loteamento popular fundado em 1978, abrigando uma parcela expressiva da população operária da cidade, tem sofrido recentemente, inúmeras transformações na composição socioeconômica de seus moradores. Pode ser claramente visualizado no mapa 4: o Pozzobon corresponde ao polígono mais escuro do mapa, (aquele de maior densidade demográfica) localizado à nordeste da malha urbana.

reorganização desse espaço tradicional de moradia popular, com forte evasão das camadas operárias, sensivelmente atingidas pelo desemprego, e entrada substantiva, em seu lugar, de camadas médias, com melhor situação socioeconômica.

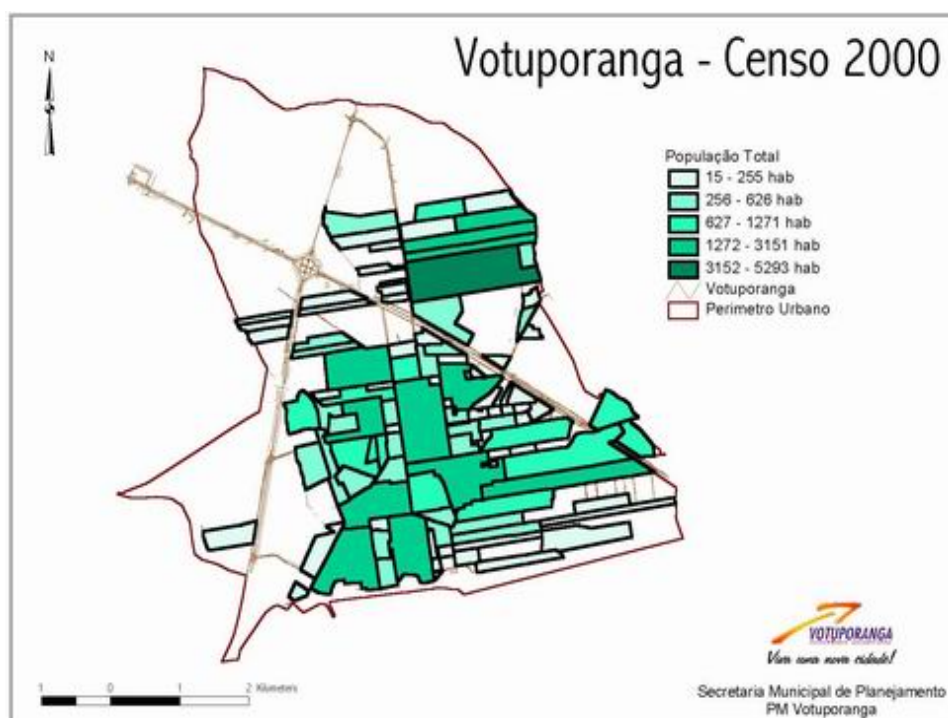
Operou-se, assim, uma intensa mobilidade populacional no espaço intra-urbano, com notável expulsão dos mais pobres para loteamentos mais distantes, em localizações menos privilegiadas, e não raro, em espaços clandestinos de moradia.

De fato, segundo Abramo & Faria (1998), *“a estrutura residencial (...) é fruto da dinâmica de valorização/desvalorização intra-urbanas, empreendida pelos investimentos imobiliários, que regulam o mercado imobiliário e modificam o estoque residencial e a estrutura de preços”* (p. 1).

Efetivamente, como o demonstra claramente o mapa abaixo, a despeito da malha centro-sul, mais antiga e já consolidada, dispor de mais e melhores recursos, equipamentos e infra-estrutura urbana, as maiores densidades demográficas (especialmente dos mais pobres) se encontram localizadas na zona de expansão norte, de constituição mais recente, e onde a infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos estão disponíveis em menor quantidade e, ainda assim, de forma muito assistemática, abrangendo, basicamente, os bairros mais próximos ao I Distrito Industrial, cuja valorização tem atraído crescentes parcelas das camadas médias.

Mapa 4

Distribuição Espacial da População, por Níveis de Densidade Demográfica, Segundo Loteamentos de Residência
Município de Votuporanga
2000



Fonte:

Elaborado a partir das informações por setores censitários do Censo Demográfico-2000, pela Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2003.

Enxerga-se, assim, na espacialização da população de Votuporanga, em 2000, uma nítida disjunção entre as localizações centrais do capital e as localizações periféricas (no extremo sul e na zona de expansão, no extremo norte) das camadas populares, refletindo as disputas de classe pelo domínio do espaço intra-urbano.

Na verdade, o que se observa, historicamente, na estruturação urbana de Votuporanga é que a expansão radial do centro tradicional é acompanhada pela expansão radial da ocupação na direção do extensor norte, alimentando uma permanente valorização imobiliária das áreas mais próximas do centro tradicional, o que empurra os pobres para sítios cada vez mais isolados e com poucas condições de acessibilidade.

De acordo com Villaça (2001), “*a localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que no mercado se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte*” (p. 72).

Nesse sentido, a análise da distribuição espacial da população, segundo níveis de rendimento, é bastante esclarecedora a respeito da capacidade diferencial de apropriação dos recursos do espaço intra-urbano pelas camadas ricas e pelas camadas populares, evidenciando a forte concentração das camadas de alta renda na região do centro tradicional, localização ótima no espaço intra-urbano, capaz de garantir a máxima acessibilidade e as melhores condições de consumo.

Conforme se pode observar na tabela 36, que apresenta a população total e a renda média nominal mensal do chefe de domicílio para o total do município de Votuporanga e para 10 loteamentos selecionados, sendo 5 que agregam a população mais pobre do município e 5 que agregam a população mais rica, há um enorme fosso entre os rendimentos auferidos pelos chefes dos domicílios mais pobres e os chefes dos domicílios mais ricos.

Na verdade, quando se comparam a renda média mensal dos chefes de domicílio do Própovo (R\$127,82) e a renda média dos chefes de domicílio do Patrimônio Velho

(R\$6.501,04), nota-se que a renda auferida pelos últimos é 50,86 vezes maior que a renda média auferida pelos primeiros¹⁶.

Também é muito impressionante a altíssima concentração da população mais rica na região central; na verdade, todos os cinco loteamentos que agregam a população de renda mais elevada se encontram localizados na região do centro tradicional, à exceção, apenas, do loteamento Jardim Marin (que justamente agrega os ricos de menor renda) que se encontra levemente deslocado na direção centro-leste.

Dentre os mais pobres, aqueles de menor renda estão localizados na favela Própovo, na região norte; entretanto, ao contrário das camadas mais ricas que se encontram fortemente aglomeradas na região central, os mais pobres se encontram pulverizados nos extremos da malha urbana, achando-se suas localizações tanto no extensor norte (Própovo), quanto na região sul-sudoeste (Ipiranga e Jardim Santos Dumont, respectivamente) e na área leste do município (São Cosme e São Damião).

De fato, a tabela 36 corrobora a idéia de que a estruturação urbana em Votuporanga se assenta na tensão entre um centro classicamente segregado (concentrando as camadas de alta renda em elevada proporção) e uma periferia distendida, abrangendo as franjas da malha urbana no sentido norte-sul e leste-oeste.

Isso significa dizer que, embora a tensão centro-periferia se objective nitidamente no desenho urbano de Votuporanga, não se pode dizer que ela se opere na disjunção entre *o* centro e *a* periferia, visto que, em Votuporanga, embora o centro tradicional se configure como o *centro*, no singular, a periferia se acha espaiada, distendida, difusa, comportando

¹⁶Para visualizar a localização dos bairros, vide mapa 3.

inúmeros pequenos pontos de aglomeração da população mais pobre; enfim, a periferia é no plural.

Tabela 36:

População Total e Renda Média Nominal Mensal do Chefe de Domicílio
Loteamentos Seleccionados do Município de Votuporanga
2000

Áreas	População Total	Renda Média (R\$)	Localização do Loteamento
Favela Própovo	578	127,82	Norte
Patrimônio Velho	3151	6501,04	Centro
Jardim Santos Dumont	463	211,57	Sudoeste
São Cosme	840	254,43	Leste
São Damião	769	234,04	Leste
Santa Luzia	684	1212,9	Centro
Patrimônio Novo	1022	3730,68	Centro
Jardim Marin	1237	1235,22	Centro-Leste
Vila Marin	2691	4504,3	Centro
Favela Ipiranga	482	215,31	Sul
Votuporanga (Total)	75.565	830,21	

Elaborado a partir das informações por setores censitários do Censo Demográfico-2000, georreferenciadas em SIG, cedidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga.

O mapa 5, reproduzido abaixo, endossa e permite melhor visualizar os dados apresentados na tabela 36: assim, é possível observar nitidamente o polígono da riqueza, formado pelos loteamentos que agregam a população das camadas de renda mais elevada, precisamente na porção central do município; igualmente, é nas franjas do perímetro urbano que se encontram os loteamentos da população das camadas mais pobres, representados pelos polígonos no tom mais claro do amarelo.

Também é possível reconhecer, claramente, no mapa 4, a orientação radial da expansão urbana e o próprio movimento de valorização imobiliária atrelado à ampliação do

centro tradicional: assim, no entorno dos loteamentos das camadas mais ricas, a começar pelo Patrimônio Velho (correspondente ao centro histórico), Santa Luzia, Vila Marin, Patrimônio Novo e Jardim Marin se encontram os loteamentos das camadas médias, especialmente no sentido Centro-Leste e Centro-Sul, ficando localizados nas porções mais longínquas do centro tradicional (o que significa dizer nos pontos de pior acessibilidade) os loteamentos das camadas populares.

Efetivamente, a centralidade do centro tradicional se mantém na década de 2000, muito embora a dilatação do centro expandido, formando um corredor na direção norte, já prenuncie a conformação de uma nova centralidade na área norte, nas próximas décadas¹⁷.

De todo modo, o centro principal deverá manter-se nos limites do atual centro tradicional, visto que, essa localização ainda responde aos anseios das camadas de alta renda.

Nesse sentido, o seguinte excerto da entrevista que nos foi concedida pelo secretário de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, do município de Votuporanga, é exemplar da centralidade do centro tradicional e de sua importância estratégica na política urbana municipal:

“A qualidade de vida no centro histórico de Votuporanga, considerando quaisquer medições que você possa fazer, em termos ambientais, em termos de facilidade de acesso ao consumo, em termos de localização, ainda é tão alta, que, antes de acontecer qualquer tipo desses de migração, de esvaziamento da população de alta renda para a periferia, vai acontecer o Código de Posturas que vai limitar as transferências de população, os danos que possam desvalorizar o centro histórico” (Gustavo de Souza Fava, Secretário de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga).

¹⁷ Vide mapa 3; a área norte é constituída por todos os loteamentos localizados acima do I Distrito Industrial, sendo o mais importante (mais populoso e de maior extensão física) o bairro Pozzobon.

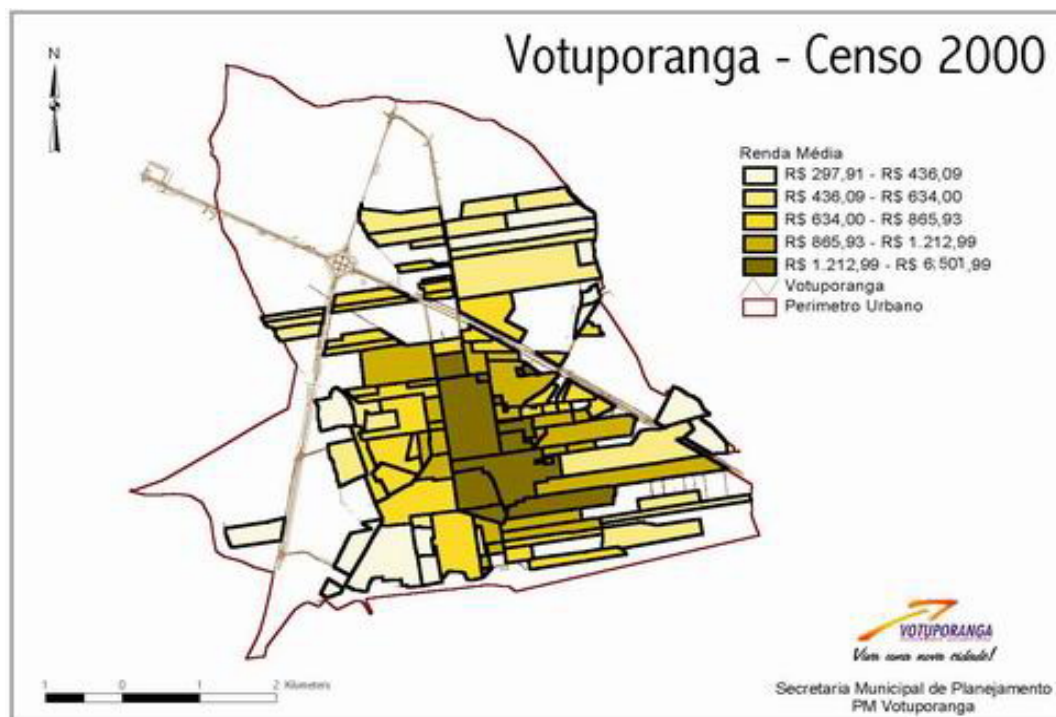
Destarte, a fala do secretário é muito emblemática não só das qualidades diferenciais (que podem ser aferidas em “quaisquer medições”) do centro tradicional, o que o torna tão caro às camadas de alta renda, mas também da própria centralidade que o centro tradicional assume no âmbito da política urbana, visto que, mantê-lo central significa garantir a utilização plena de uma infra-estrutura urbana e de equipamentos públicos privilegiados.

Valorizá-lo, significa, ainda, fomentar o adensamento da malha urbana já consolidada, o que implica importante estratégia na otimização dos recursos públicos, particularmente em uma cidade com perímetro urbano bastante dilatado e densidade demográfica relativamente baixa.

Por outro lado, a estratégia do secretário assegura a exclusividade residencial do centro tradicional pelas camadas de alta renda, visto que seu adensamento amplia sua valorização (adensar é reforçar a própria raridade do espaço) (Santos, 2000; Villaça, 2001), o que significa dizer que, por ora, o centro tradicional continuará vedado às camadas populares, as quais, no entanto, pagam na forma de impostos, a manutenção de uma infra-estrutura privilegiada, à qual elas não têm acesso.

Mapa 5:

Distribuição Espacial da População, por Níveis de Rendimento Médio Nominal Mensal do Chefe de Domicílio, Segundo Loteamentos de Residência
Município de Votuporanga
2000



Fonte: Elaborado a partir das informações por setores censitários do Censo Demográfico-2000, pela Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2003.

De fato, ainda que de forma mediata, a política urbana municipal, especialmente a política habitacional, ao longo das duas últimas décadas reforçou uma estruturação urbana excludente, pautada pelas necessidades do capital industrial e fortemente condicionada pelos interesses do capital imobiliário (interessado em lotear terras mais baratas, afastadas da malha consolidada, e cujo

ônus fosse suportado imediatamente pela população, e no longo prazo, pelo Poder Público, forçado a realizar os investimentos necessários para o provimento de infraestrutura urbana).

Nesse sentido, a política habitacional esteve marcada, especialmente nos últimos vinte anos, pela periferização sistemática das camadas populares, o que aliada a uma prática perniciosa de estoque de terras pelo capital privado produziu inúmeros vazios urbanos na malha consolidada, à espera de valorização, enquanto as camadas populares eram paulatinamente empurradas para as franjas do perímetro urbano, sem o devido provimento de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, enquanto áreas não loteadas e/ou não edificadas eram mantidas ociosas no interior da malha urbana provida de infraestrutura, equipamentos e serviços.

Mais uma vez, o depoimento do secretário é bastante útil no sentido de reconstituir as condições históricas sob as quais se deu a estruturação urbana de Votuporanga, a partir dos anos 1980, o que nos ajuda a compreender os meandros pelos quais se operou a conformação das aglomerações populares e a consolidação do *core* de riqueza na área central do município.

Desse modo, segundo Fava,

“nós fomos periféricos dentro do processo de industrialização, então vem daí essa permissividade [do poder público em relação ao capital] (...), porque o poder público nunca foi afastado do empresariado, do investidor e, especialmente, dos proprietários de terras, na verdade, ele foi, na região toda, um instrumento desse pessoal (...) A partir da legislação urbanística da década de 70 (...) é que começa a ser exigência, especialmente a partir de 95 com a instalação do plano diretor é que se passa a exigir efetivamente a infraestrutura [do loteador] (...) [até então] se acreditava que o pobre não teria acesso ao lote com toda a infraestrutura, ele não teria condições, como de fato (...) muitos dos nossos pobres não tem condições (...), o que justificaria loteamentos sem infraestrutura. Mas isso foi também o processo de afirmação de uma nova legislação, a partir do reconhecimento de que a cidade não suporta, em seu orçamento, manter o ritmo de expansão com baixa

qualidade na infra-estrutura e na produção do espaço...” (Gustavo de Souza Fava, Secretário de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga).



2001. Imagem do centro histórico de Votuporanga, vendo-se ao fundo a Igreja Matriz e à esquerda a principal via do município, a rua Amazonas.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2004.

De fato, a análise de Fava permite enxergar que a anuência do Poder Público permitiu ao capital imobiliário aprofundar as desigualdades na apropriação dos recursos do espaço, tanto porque permitiu a especulação imobiliária, não coibindo os vazios urbanos,

quanto porque somente muito tardiamente (apenas com a legislação urbanística disposta no Plano Diretor, de 1995) se ocupou do fomento à habitação de interesse social, especialmente no que respeita ao fomento à produção de lotes urbanizados disponíveis às camadas populares.

Nesse sentido, o próprio Poder Público, ao longo das duas últimas décadas contribuiu, em decorrência de uma política urbana equivocada, para o aprofundamento do déficit habitacional, que alcança cifras bastante significativas para um município do porte de Votuporanga (80.120 habitantes, em 2004) (Seade, 2004): destarte, segundo informações do próprio secretário, o déficit habitacional em Votuporanga, em 2004, de acordo com estimativas oriundas dos estudos técnicos da Secretaria de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, situa-se em torno de 2.500 unidades habitacionais, o que representa, levando-se em conta o número médio de pessoas por domicílio no município, (3,24) em 2000, um contingente de 8.100 pessoas (10,11% da população do município) demandantes por habitação.

Nesse ínterim, elucidando o papel da especulação imobiliária na geração de distorções na apropriação e uso do solo urbano, Bógus pontua que,

“... a família trabalhadora precisa constantemente criar e recriar estratégias próprias para resolver a questão da moradia, estando sempre limitada pelo processo de ocupação do solo urbano, do qual ela, em geral, não participa como agente. A valorização do solo que depende das características do processo de ocupação tende a segregar a população trabalhadora em áreas cada vez mais afastadas dos centros urbanos, ou em áreas centrais deterioradas, gerando ônus que recai sobre o próprio trabalhador e sua família” (1988: 3).

Efetivamente, os resultados de uma política habitacional, orientada historicamente para o favorecimento dos interesses do capital imobiliário, foram a constituição de uma malha urbana distendida, pouco adensada e onerosa para os cofres públicos; foi ainda, por conta do clientelismo do Poder Público Municipal que se constituiu ao longo das últimas décadas um enorme déficit habitacional, absolutamente incongruente com a conformação dilatada do perímetro urbano e a baixa densidade demográfica que caracterizam hoje o município de Votuporanga.

Na verdade, a existência de um perímetro urbano muito distendido, concomitante a uma distribuição espacial da população significativamente esparsa (o que se traduz por baixa densidade demográfica) denuncia uma flagrante espoliação urbana que vitimiza em alto grau as camadas populares, que arcam, sozinhas, com os maiores ônus da produção contínua, inadequada e desmesurada do espaço intra-urbano.

O retrato dessa conjunção entre omissão do Poder Público e atuação desregulada do capital imobiliário aparece, mais uma vez, no mapa 6, que apresenta a distribuição espacial da população segundo o número médio de habitantes dos domicílios, fornecendo-nos um panorama aproximado da localização diferencial das classes sociais no espaço intra-urbano.

Na verdade, o mapa 6 pode ser tomado mediatamente como um mapa da distribuição espacial das classes sociais no espaço intra-urbano de Votuporanga, pois o número médio de habitantes por domicílio tende a ser, de modo geral, mais elevado dentre as camadas populares, visto que dentre elas os arranjos familiares são mais complexos, em decorrência da maior necessidade de se equacionar recursos e minimizar gastos (Montali, 1995; Bilac, 1978).

Admitida essa correlação, o mapa 6 corrobora o mapa 5, mostrando que, enquanto no centro tradicional se encontram as menores densidades de habitantes por domicílio, nas franjas do perímetro urbano, ao longo de todo o contorno da malha urbana se encontram as maiores densidades de habitantes por domicílios, coincidindo com os loteamentos que agregam a população de menor renda.

Destarte, é absolutamente irrefutável que, especialmente no curso das duas últimas décadas, a pressão imobiliária operou no sentido da periferização das camadas populares, reiteradamente expulsas para porções do território destituídas de acessibilidade, infraestrutura e equipamentos urbanos, evidenciando o poder de classe na estruturação do espaço intra-urbano e revelando uma contínua mobilidade espacial da população mais pobre, ratificando um padrão de expansão radial que afasta, progressivamente, os pobres das localizações ótimas do capital.

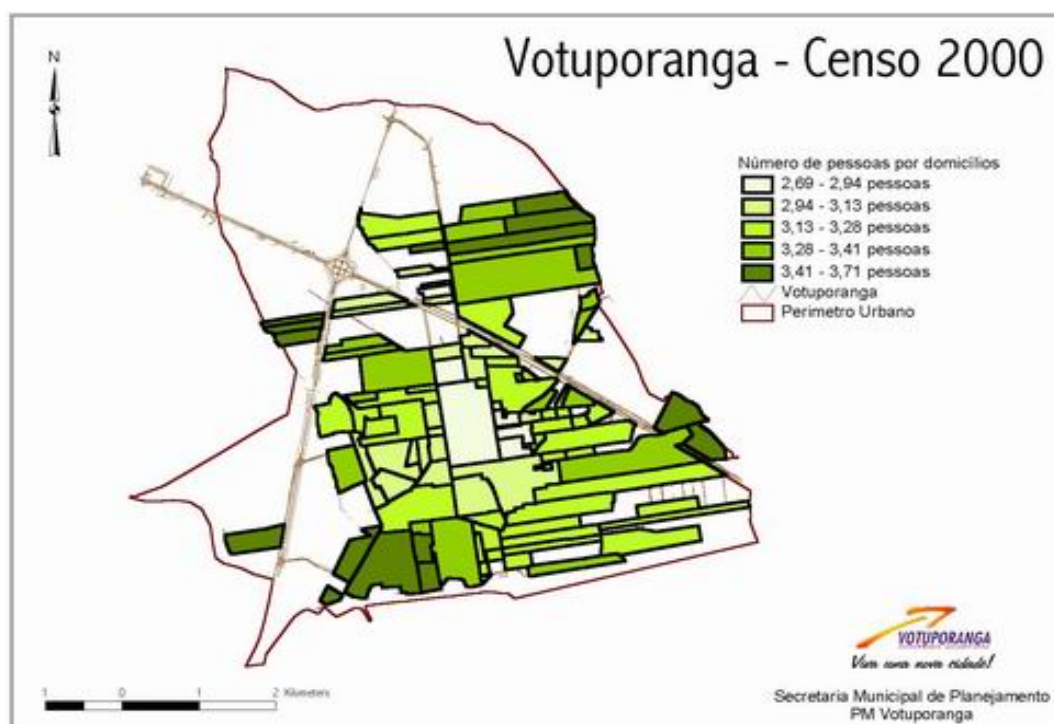
O balanço da política habitacional feita pelo atual Secretário de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente endossa a percepção de que a negligência do Poder Público Municipal com a habitação gerou um déficit acumulado, que retroalimenta a especulação imobiliária, na medida em que a existência de uma demanda reprimida inflaciona o preço da terra urbana, mesmo nos pontos do território de menor acessibilidade, condenando os pobres a uma permanente espoliação urbana:

“ Existe uma política de estruturação urbana (...) [que] é uma política pessoal (...) do gabinete [do prefeito] de forçar esses proprietários [capital imobiliário] a assumirem as suas responsabilidades, a interligação da malha urbana (...) agora uma política definitiva (...) deverá acontecer a partir do ano que vem [2005], quando há a obrigatoriedade de se implementar o plano diretor, obrigatoriedade legal. E aí a política urbana vai receber esses aditivos ‘musculares’ (...) do estatuto da cidade pra combater a especulação imobiliária, basicamente a retenção de terras, que inibe o parcelamento e o loteamento do solo e, conseqüentemente, o atendimento da demanda

habitacional” (Gustavo de Souza Fava, Secretário de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga).

Mapa 6:

Distribuição Espacial da População, por Número Médio de Habitantes dos Domicílios, Segundo Loteamentos de Residência
Município de Votuporanga
2000



Fonte: Elaborado a partir das informações por setores censitários do Censo Demográfico-2000, pela Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2003.

Na verdade, o processo de afastamento dos pobres para sítios mais precários e distantes se relaciona intimamente com a dinâmica econômica, especialmente da indústria

de transformação e a especulação imobiliária decorrente da produção da escassez da terra urbanizada.

Explica-se: efetivamente, toda a intensa mobilidade da população trabalhadora na direção de porções desvalorizadas do espaço intra-urbano reflete um cenário de desestabilização do emprego dentre as camadas populares, que atinge especialmente os trabalhadores sem ou de baixa qualificação, incapazes de continuar arcando com os custos de moradia em suas localizações tradicionais, o que, aliado às importantes transformações na estrutura organizacional e produtiva das empresas, vem produzindo uma desfuncionalização da região do I Distrito Industrial, cuja relativa proximidade com áreas residenciais das camadas médias situadas na interface com o centro expandido, produz sistemática valorização desses antigos bolsões de localização residencial operária.

Nesse contexto, a tabela 37, que fornece o ano de abertura e a localização de loteamentos abertos no município de Votuporanga entre 1993 e 2003, reitera a forte valorização imobiliária da zona norte, bem como nos dá indícios do processo de enobrecimento dessa área, em curso especialmente na segunda metade da década de 1990, quando a desfuncionalização do I Distrito Industrial e o significativo empobrecimento das camadas operárias torna disponíveis para o uso residencial das camadas médias uma porção do território intra-urbano cada vez mais próxima do centro expandido e em crescente valorização imobiliária.

De fato, a tabela abaixo mostra que dos 18 loteamentos (excetua-se o Própovo, que já existia e é apenas regularizado em 1996) abertos entre 1993 e 2003, 8 loteamentos, com

localização identificada¹⁸, são abertos somente na região norte, o que já sugere a significativa valorização imobiliária da zona de expansão norte, especialmente a partir de meados da década de 1990.

Tabela 37:

Relação de Loteamentos Segundo Data de Abertura
Votuporanga
1993-2003

Loteamentos	Ano de Abertura	Localização
Conjunto Habitacional Votuporanga D	1993	Sul
5º Distrito Industrial	1996	Sudoeste
Jardim dos Pinheiros	1999	Oeste
Vila Residencial Bortoloti	2000	Norte
Conjunto Habitacional Vereador José Nunes	1998	Norte
Jardim Residencial Prado	1998	Norte
Jardim Canaã	1997	Norte
Jardim Brisa Suave	1999	Norte
Própovo*	1996	Norte
Loteamento Jardim Morini	1993	Norte
4º Distrito Industrial	1997	Norte
Loteamento Vila Anna	1997	Norte
Conjunto Habitacional Jamir D' Antônio	1998	Sudeste
Vila Nasser Marão	1996	—
Parque Residencial Waldomiro Nogueira		
Borges	1999	—
Vila Residencial Esther	2001	Centro-Oeste
Loteamento Jardim Orlando Mastrocola	2001	—
Loteamento Villagio San Remo	2001	—
Vila Residencial Morini	2003	—

Fonte: Elaborado a partir de cadastro da Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente (SEMPA), da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2004.

*O ano de 1996 refere-se à data da regularização fundiária desse loteamento, oriundo de um programa inconcluso de desfavelamento da década de 70 e que se refaveliza nos 1980, sendo alvo privilegiado da política urbana municipal na década de 2000.

¹⁸ A localização dos loteamentos no espaço intra-urbano é aproximada e se fez comparando-se uma listagem de loteamentos fornecida pela Sempla e um mapa georreferenciado produzido por esse órgão, com a espacialização dos loteamentos. No entanto, como o referido mapa foi produzido em 2002 houve alguma dificuldade para se localizar alguns loteamentos abertos depois dessa data, bem como não foi possível precisar a localização de alguns loteamentos com data de abertura referidas na lista e que não se encontravam espacializados no mapa.

A forte valorização imobiliária da zona norte, face ao crescente assédio das camadas médias, aparece com muita clareza no depoimento¹⁹ de um casal de ex-trabalhadores da indústria moveleira, residente em uma área em processo de enobrecimento, na zona norte:

“Esses bairros menor aqui, não é pra falar não, mas é dos bairros mais caros que tem em Votuporanga. Porque fábrica de móveis é perto, creche é perto, hospital. Aluguel de casa nessa faixa é uns 100 real, você vem aqui é 130, 140, 160. Decerto porque é perto de fábrica, perto de tudo ...” (A. D.A. , 3º colegial completo, morador da Cohab-Chris)

“Morei, antes da gente conseguir essa casa aqui, nós moramos de aluguel. E é muito difícil, porque o dinheiro que vai, você sabe que não vai ter aquele retorno. Se ainda vivesse de aluguel, ah, não morava aqui [na Cohab Chris] não. Hoje aqui é um lugar privilegiado, morando aqui, né. Hoje tem asfalto aqui na rua, tem iluminação, tem 4 escolas nessa região norte, tem mini hospital, tudo perto. Tem delegacia, tem supermercado...” (R.G.B.A., superior incompleto, moradora da Cohab-Chris).



2000. Vista aérea de Votuporanga, vendo-se, em primeiro plano, a malha da zona de expansão norte.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2004.

¹⁹ Entrevista concedida à autora em 20/02/04

A rápida expansão de loteamentos voltados quase exclusivamente para as camadas médias, na região norte, tem alterado muito significativamente a distribuição espacial da população trabalhadora no espaço intra-urbano de Votuporanga.

Efetivamente, como as classes sociais estruturam o espaço (Villaça, 2001), a intensa mobilidade da população trabalhadora no território intra-urbano se constitui no fio articulador que permite reconstituir o processo de espoliação urbana pelo qual sistematicamente os pobres estão sujeitos, denunciando o fato de que, invariavelmente, apenas as camadas mais ricas usufruem das vantagens do espaço construído.

3.3.2 Favelas e Favelados: um olhar sobre a cidade que se move.

“Os processos de transformação do uso do solo, que alteram as características físicas e sociais de determinadas áreas, podem provocar mobilidade residencial” (Abramo & Faria, 1998: 10)

“Pobre dentre os pobres, os favelados – camada superespoliada da classe trabalhadora – estão particularmente sujeitos aos usos e abusos de um sistema cujo crescimento tem se realizado através da exclusão daqueles que constroem as riquezas que não são suas” (Kowarick, 1983: 97)

A mobilidade espacial da população no espaço intra-urbano é elemento fundamental da dinâmica de estruturação urbana, visto que a cidade se erige (seus lugares de valor e seus lugares marginais) a partir dos deslocamentos da população que tornam a terra urbana mais ou menos relevante à valorização imobiliária.

Nesse contexto, os pobres, sujeitos que estão, ao poder de classe, na apropriação do espaço intra-urbano, ocupam e despendem trabalho social na produção de uma terra que, tão logo alcance valor no mercado imobiliário, se lhes torna inacessível.

Desse modo, a mobilidade espacial da população mais pobre, no espaço intra-urbano, tem que ver com a contínua premência de adequar seu parco orçamento ao provimento indispensável das necessidades básicas, dentre elas a própria habitação, para a reprodução da sua força de trabalho (Valladares, 1980; Rodrigues, 1994).

De fato, entrevistas²⁰ realizadas com um conjunto de ex-trabalhadores da indústria moveleira, reunidos ou indicados por membros da AVAR (Associação Votuporanguense de Agentes de Reciclagem)²¹ mostram a intensa precarização das condições de vida e a instabilidade da habitação e emprego para as famílias operárias, no contexto da reestruturação produtiva e da valorização imobiliária de suas áreas tradicionais de moradia.

A oportunidade de entrevistar trabalhadores e ex-trabalhadores da indústria moveleira mostrou que dentre as camadas populares, especialmente numa situação de crise e elevado desemprego, os deslocamentos intra-urbanos são bastante freqüentes, traduzindo uma tentativa de ajustamento da habitação às condições de reprodução da força de trabalho.

De fato, segundo Rodrigues (1994), *“face aos baixos salários, ao subemprego ou mesmo ao desemprego, enfrentados por um gigantesco e crescente setor da população, torna-se necessário reduzir os gastos básicos à sobrevivência física. E entre esses gastos a moradia é um item importante, seja pela habitação em si, seja, muitas vezes, pelo preço dos transportes para o emprego, isso quando é possível morar mais próximo ao emprego”* (p. 40).

²⁰ Em abril de 2004, foram realizadas 20 entrevistas, através de seleção intencional, com 10 homens e 10 mulheres, associados ou indicados pelos membros da Associação Votuporanguense de Agentes de Reciclagem (AVAR) todos trabalhadores ou ex-trabalhadores da indústria moveleira.

²¹ A AVAR, criada em 2004, é uma associação constituída numa parceria entre diversos órgãos da Administração Municipal; seu principal objetivo é alocar trabalhadores desempregados, residentes nos principais bolsões de pobreza da cidade, na indústria da reciclagem de lixo.

Nesse íterim, o quadro 10, abaixo, reproduz algumas características gerais da população entrevistada: assim, dos 20 trabalhadores entrevistados, 8 são naturais de Votuporanga e 12 são não naturais, sendo que apenas 2 vieram de outros estados (um da Bahia e outro do Paraná); dos 10 não-naturais oriundos de outros municípios do Estado de São Paulo, 7 são originários de municípios da própria RG de Votuporanga, tendo os demais, por origem, os municípios de Americana, São Bernardo do Campo e São Paulo.

Quanto às ocupações na indústria moveleira, nota-se claramente uma divisão sexual do trabalho, que se reflete nas diferentes e recorrentes funções exercidas ou apenas por homens ou apenas por mulheres nessa indústria: destarte, enquanto os homens se revezavam em atividades como marceneiro, pintor, laminador e montador, todas as mulheres se declararam ocupadas como “lixadeiras”, função altamente insalubre (muitas delas declararam sofrer ou ter sofrido problemas respiratórios em decorrência da grande quantidade de pó gerada no processo de lixamento) e de menor remuneração.

Dentre os trabalhadores entrevistados, a maior parte deles estava residindo em loteamentos irregulares (favelas, segundo a denominação da Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente – SEMPLA, 2002) no momento da entrevista, sendo que, estes moradores de favelas declararam estar ali residindo, em média, há 4,5 anos.

Também foi possível notar que, os trabalhadores residentes em favelas apresentaram maior número de deslocamentos intra-urbanos (em média, 5 deslocamentos) do que os residentes em loteamentos regulares (em média, 3 deslocamentos).

Quadro 10:

Características Gerais da População Entrevistada

Município de Votuporanga

2004

Características	Homens	Mulheres	Total
População	10	10	20
Naturais de Votuporanga	5	3	8
Não - Naturais	5	7	12
Mudou de bairro alguma vez	8	9	17
Chefes de domicílio	10	2	12
Possui filhos	10	10	20
Possessão do imóvel*	9	7	16
Residentes em loteamentos regulares	4	3	7
Residentes em favelas	6	7	13

* Refere-se a imóveis edificadas em loteamentos regulares e favelas

Fonte: Entrevistas qualitativas realizadas para dissertação de Mestrado.



2001. Imagem do cadastramento de uma habitação da favela Própovo, em processo de reurbanização.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2003.

Os depoimentos colhidos dos trabalhadores entrevistados para essa dissertação de mestrado reiteraram, assim, a profunda expropriação vivenciada pela classe trabalhadora, expropriação essa que se reflete na intensa mobilidade residencial e na reiterada instabilidade do trabalho precário.

Aliás, relacionam-se de forma bastante direta, a precarização das condições de vida da população trabalhadora e, inclusive, a intensificação da mobilidade no espaço intra-urbano com as péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores, especialmente na indústria moveleira, onde a informalidade, as jornadas de trabalho

exaustivas e a ausência de políticas adequadas de segurança do trabalho expunham permanentemente os trabalhadores a riscos e prejuízos físicos, financeiros e psicológicos.

Nesse contexto, os depoimentos dos trabalhadores são bastante exemplares e revelam as inúmeras dificuldades enfrentadas por aqueles que estão alocados na indústria (e que vivem constantemente o pesadelo do desemprego) e também por aqueles cuja reinserção na indústria é ainda dificultada pela ausência de registros formais de seu trabalho e de sua experiência laboral.

Nesse íterim, o depoimento²² a seguir, relata a ocorrência de um acidente de trabalho (na ocasião da entrevista o trabalhador se encontrava licenciado justamente em decorrência desse acidente) em que pesaram significativamente a exaustão do trabalhador, em virtude de uma jornada de trabalho prolongada, e a execução repetida de um procedimento incômodo e delicado, o que, aliado à ausência de proteção adequada que assegurasse sua integridade física, culminaram no acidente:

“A gente entra 7:15 e sai 5:30. (...) Dá umas 9 horas. Como a peça é muito pequena fica cansativo, cansa até no dedo, vai, tem hora que você não sente mais. Não é uma peça que pega firme, aqui, com a mão completa, é só a ponta... e não tem nenhum tipo de gabarito... ficaria mais fácil (...)que nem esse serviço que eu tô fazendo, de maquinaria que eu nunca tinha feito, tem um pedaço de madeira desse tamanhinho, então você sabe o formato do sabonete como que é, tem que pegar a pecinha naquela fresa e girar ela, daquele lado que você passou, vira pro começo daquele lado... se você não pegar firme, a tendência dele é girar, e se não estiver esperto pega sua mão lá. Virou aqui... como o que aconteceu comigo. Virei aqui e no que vi, virou de uma vez, só escutei o barulho. Nunca tinha feito” (R. A. P., 8a série completa, morador do bairro da Estação)

²² Entrevista concedida à autora em 19/04/04

Igualmente, o depoimento²³ de outro trabalhador, no momento desempregado, realizando “bicos” na colheita do algodão e na reciclagem do lixo, relata a dificuldade de se reinserir na indústria moveleira porque a carteira de trabalho, “em branco”, escamoteia a sua longa experiência como marceneiro; a informalidade de seu trabalho, por longos anos, retratada na carteira de trabalho sem registros, deu cabo de sua experiência e de seus saberes laborais, expropriando-o, agora, não só do emprego, mas também de sua própria memória:

“... eu quando trabalhei no Abbas, que trabalhei 4 anos, eu super adorava a função de marceneiro. E gostaria sempre de evoluir mais. Mas como a gente era menos, eles não deixavam a gente usufruir das máquinas, que era pouca máquina que a gente usufruía. Que nem eu trabalhei com o grosso, desempenadeira, respingadeira, lixadeira. Agora se você for entrar eles te pedem experiência. Experiência eu tenho da função que eu exerci. Mas se pegam tua carteira, tá em branco, tá ílesa, que não é marceneiro, eles não te empregam. Que eu já fui em várias fábricas, e você não consegue porque na carteira não reza... que você é só no pôr no prático, [mas o]que importa é o que tá escrito, que tá na carteira” (L.C.M. 6ª série completa, morador da favela São Damião)

Não bastassem todas essas dificuldades, os trabalhadores têm de enfrentar, ainda, intermináveis disputas judiciais para receberem o que lhes é de direito, pois muitas das indústrias ao fecharem suas portas não honram seus compromissos com os empregados, tornando ainda mais instável e precária a situação dessa população que depende dos modestos rendimentos do seu trabalho para viver:

“...e tem o problema, quando uma firma ou outra que manda você embora, e pra receber, não recebe. Eles enrolam e não pagam. Em três anos só levei pimba nisso daí. Perdi 3 anos seguidos. Trabalhava numa firma 1 ano, fechou, não me pagou. Saí, trabalhei noutra 1 ano e 8 meses, não me pagou também. Entrei numa outra aí, 10 meses, praticamente 1 ano noutra, eles me deixaram 4 meses sem registro, depois registrou... Tô

²³ Entrevista concedida à autora em 19/04/04

*correndo atrás até hoje, é difícil, mas... nós não temos justiça. A justiça só tá do lado dos patrão” (J.F.P., 4ª série completa, morador da favela Ipiranga).*²⁴

Há, ainda, aqueles que, tendo se acidentado uma vez, na indústria moveleira (menos por sua negligência e muito mais pela falta de condições adequadas de segurança no trabalho) são permanentemente descartados do mercado, sobremaneira do moveleiro, restando-lhes gravitar na informalidade, arcando sozinhos com o ônus do descumprimento da legislação e suportando as aviltações do capital, que não se responsabiliza por sua condição:

*“ Eu comecei a trabalhar na indústria de móveis, eu tava com 14 anos, 15 anos e parei com uma média de 21 anos por uma perca de um acidente (...) Depois desse fato ocorrido eu não consegui mais trabalho nas empresa (...) Num consegue, num consegue que, a hora que você chega lá, eles pegam a sua carteira e vai ver que você é profissional, só que eles vão na avaliação da carteira do INSS e vai ver lá o acidente, carimbado, aí eles já falam que não ta precisando, que depois eles vai chamar, e nunca chamou, aí foi aonde eu optei a trocar de profissão” (M.D.S., 3ª série completa, moradora da favela Própovo)*²⁵

Essa situação de desamparo do trabalhador se reflete, ainda, de modo muito perverso, na luta pelo direito à habitação, que não raras vezes é negado a essa população invariavelmente marginalizada do mercado de trabalho, para quem, não bastasse o assaz desrespeito aos seus direitos civis e humanos, têm ainda, sua força de trabalho (a única mercadoria de que dispõe) constantemente rebaixada por salários insuficientes para sua reprodução física e social.

Nesse sentido, de acordo com Kowarick (1983),

“... a autoconstrução (...) não deve ser entendida como forma de poupança, mas enquanto uma solução de subsistência (...) que acaba por se constituir uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração de

²⁴ Entrevista concedida à autora em 19/04/04

²⁵ Entrevista concedida à autora em 21/04/04

excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos” (1983: 57).

Nesse contexto, endossando essa percepção, de acordo com os levantamentos da Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente (SEMPLA, 2002), existem três principais núcleos que se podem denominar “favelas”, em Votuporanga, totalizando uma população de 1581 pessoas, no ano de 2001.

Os três núcleos acima referidos (Ipiranga, Própovo e São Damião) (vide mapa 3) contam com uma infra-estrutura básica de fornecimento de água e energia elétrica; porém, os serviços de coleta de lixo e saneamento básico são ainda muito precários (SEMPLA, 2002).

O Ipiranga é uma favela com mais de 45 anos de existência, porém, segundo os dados colhidos junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente (SEMPLA) da Prefeitura de Votuporanga, em 1996, o Ipiranga contava com uma população total de 480 moradores, saltando, em 2001, para 710 moradores, aumento realmente bastante significativo.

O PróPovo, inicialmente Programa Habitacional Popular de Votuporanga, malograda tentativa, nos anos 1980, de desfavelamento de uma área contígua ao Bairro Pozzobon, em 1996, contava com 670 moradores, saltando para 768, em 2001.

O São Damião, núcleo em acelerado processo de favelização, localizado no bairro São Cosme e São Damião, surge em 1997, e já em 2001 conta com 103 moradores.

Entre 1996 e 2001, houve, de fato, um célere crescimento da população favelada em Votuporanga, o que reflete a precarização do emprego, da renda e das condições de vida dos trabalhadores. É realmente muito significativo que, em média, a população das favelas

tenha crescido 6,58% ao ano, enquanto a população do município cresceu, entre 1991-2000, a uma taxa de 1,8% ao ano, e entre 2000-2004 a 1,49% ao ano (Seade, 2004).

Efetivamente, o nítido crescimento das favelas em Votuporanga, especialmente na década de 2000, sinaliza muito claramente para a diminuição da qualidade de vida da população trabalhadora, resultado, em certa medida, do processo de reestruturação produtiva que, alterou sensivelmente a estrutura organizacional e ocupacional da indústria de transformação, destacadamente da moveleira, outrora com grande capacidade de absorção de mão de obra, especialmente aquela de baixa qualificação.

Tabela 38:

População Total das Três Principais Favelas
Município de Votuporanga
1996-2001

População total das 03 principais favelas		
Núcleos	1996	2001
PróPovo	670	768
Ipiranga	480	710
São Damião	-----	103
Total	1150	1581

Fonte: Elaborado a partir de Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente (SEMPLA) da Prefeitura Municipal de Votuporanga

As transformações recentes na estrutura produtiva da indústria, com o conseqüente enxugamento organizacional e redução das plantas produtivas redundou, como já foi dito aqui, exaustivamente, em aumento do desemprego e depreciação da renda do trabalhador.

Nesse ínterim, a capacidade de pagamento da habitação, pelas camadas operárias, reduziu-se, significativamente, o que redundou, para muitas famílias, na busca de outras

soluções habitacionais possíveis (inclusive a favela) ou no deslocamento para áreas em que o custo da habitação fosse compatível com o poder aquisitivo dessas famílias.

Nesse contexto, Abramo e Faria pontuam que a favela “*é uma etapa importante na trajetória residencial das famílias de baixa renda, fazendo parte (...) de uma estratégia de vida (...) pois a opção pela favela não reflete apenas uma opção pelo imóvel/residência em si, mas também (...) proximidade ao local de trabalho, parentes e amigos...*” (1998: 20).

De fato, nesse contexto de precarização das condições de vida das camadas populares houve uma intensificação dos deslocamentos intra-urbanos, fruto da necessidade de reequacionar o orçamento familiar com os custos da habitação.

Nesse cenário, não só as famílias mais pobres (que se deslocaram para as favelas) apresentaram elevada mobilidade, mas também os pobres um pouco mais remediados apresentaram trajetória residencial marcada por muitos deslocamentos, especialmente a partir de meados da década de 1990, revelando o quão intrincados estão os deslocamentos populacionais, a dinâmica econômica (especialmente os níveis de emprego) e a estruturação urbana.

Mais uma vez, Abramo e Faria nos ajudam a compreender essa dinâmica:

“*A trajetória residencial das famílias que residem em favelas revela que os deslocamentos domiciliares são majoritariamente intra-urbanos (...) Em sua grande maioria, a origem residencial das famílias está dispersa em vários bairros da cidade e isto poderia explicar a relativa heterogeneidade das favelas*” (1998: 32).

Essa heterogeneidade apontada pelos autores, cumpre mencionar, também é indicativa da alta rotatividade da população dessas favelas, visto que, a dinâmica imobiliária também afeta, sensivelmente, a retenção da população mais empobrecida, inclusive nesses espaços mais desprestigiados de moradia. Assim, ao menor sinal de

quaisquer melhorias realizadas pelo Poder Público (sobremaneira no sentido da urbanização ou da regularização da posse da terra) dá-se um movimento de inflação do valor dessas áreas, o que acaba por alterar o perfil da população aí residente.

Dessa forma, *“os assim chamados ‘problemas habitacionais’, entre os quais a própria favela, devem ser entendidos no âmbito de processos socioeconômicos e políticos abrangentes, que determinam a produção do espaço de uma cidade e refletem sobre a terra urbana a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais”* (Kowarick, 1983: 80).

Nesse contexto, o depoimento do Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente é mais uma vez, revelador, no que toca a essa problemática, que, na verdade, traduz a insuficiência da política habitacional.

Destarte, de acordo com Fava, *“a gente observa os vários processos de desfavelamento que houve em Votuporanga, [e vê] gente que abandonou e vendeu seus direitos para outros (...) a gente vê isso, 80 % dos moradores originários dos conjuntos de desfavelamento (...) são os segundos compradores, que compraram dos primeiros, que realmente eram os favelados. Então, essa [a política habitacional de Votuporanga nos últimos vinte anos] foi uma política que não atendeu a demanda toda, e além disso, atendeu mal, de maneira errada.”* (Gustavo de Souza Fava, Secretário de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga).



2001. Imagem da fachada de uma residência na favela Ipiranga.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2003. .

A intensidade dos deslocamentos no espaço intra-urbano pode ser vislumbrada quando se recupera a trajetória residencial dos trabalhadores entrevistados, que é bastante emblemática das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas camadas populares para equacionar a renda auferida do trabalho e o custo da habitação, em uma cidade com significativo déficit habitacional (o que inflaciona, sobremaneira, os aluguéis, o preço da terra urbana e dos imóveis) e níveis de renda bastante deprimidos.

Essa conjunção entre baixos níveis de rendimento auferidos pelo trabalhador e elevado custo da habitação é reportada, inclusive, pelo secretário da pasta de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente como uma das grandes dificuldades para a implantação de uma

política habitacional consistente e que absorva toda a demanda reprimida por habitação. Essa situação é particularmente agravada em um contexto de elevado desemprego e baixa capacidade de investimento do Poder Público:

“... Votuporanga sempre sofreu uma pressão maior por habitação porque ela é um pólo atrativo de população trabalhadora, principalmente da região. Quer ver, o saldo migratório é positivo e negativo a nosso favor, porque na realidade as populações vinham pra cá, em busca de trabalho, população altamente desqualificada, e a cidade cresceu empobrecendo (...) Votuporanga tem uma renda relativamente maior que a maioria dos municípios da região, entretanto, o orçamento per capita, a arrecadação, a capacidade de investimento público sempre foi muito abaixo (...) dos padrões de cidades do mesmo porte, com uma mesma padronagem urbanística, com o mesmo tipo de problemática de ocupação do solo. Então Votuporanga é uma cidade que tem enormes problemas urbanos, em função de também ter um orçamento inadequado para a população que aqui reside” (Gustavo de Souza Fava, Secretário de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga)

Essa problemática se agrava, enormemente, quando se avaliam os programas públicos municipais voltados para a questão habitacional e se verifica que, embora se tenha investido na melhoria da habitabilidade das residências das favelas, pouco se realizou em termos da ampliação da oferta de unidades habitacionais, a partir da década de 1990.

Destarte, segundo informações do diretor da Secretaria de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, nos últimos quatro anos *“praticamente não se criou oferta de unidades habitacionais, e sim a melhoria das casas já habitadas, como troca de telhados, construção de banheiros, ampliação de cômodos (...) [Houve] construção de unidades habitacionais em regime de mutirão para processo de desfavelamento [mas os principais investimentos se deram] em melhorias nas habitações insalubres, (...) instalação de janelas, ligações a rede de esgoto e água, construção de piso e correções nos sistemas de drenagem de águas pluviais”* (Luciano Nucci Passoni, Diretor da Secretaria de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Votuporanga).²⁶

Na verdade, a configuração de um cenário de alta concentração de renda (como muito bem o pontuou o secretário, em seu depoimento) já demonstrado na confrontação

²⁶ Entrevista concedida à autora em 29/10/04

entre os níveis de rendimento auferidos pelos chefes de domicílio das camadas de alta renda e os níveis de rendimentos auferidos pelos chefes das camadas populares somado a elevado desemprego e a existência de uma importante demanda reprimida por habitação, tornam as disputas de classe pela apropriação e uso residencial do solo urbano particularmente dramáticas para as camadas populares.

Nesse ínterim, os depoimentos colhidos junto aos trabalhadores são suficientemente elucidativos da intensa precarização das condições de vida das camadas populares, face à precarização do emprego e da renda e aos altos custos de moradia:

“Eu vou te dizer uma coisa, nesses últimos anos, vai lá, nos últimos 4 anos, eu já assisti mais de 100 despejos aqui no Pozzobon; o pessoal não agüenta o aluguel, o aluguel aqui subiu muito, e o desemprego, os salários ruins, a vida tá difícil (...) A nossa casa é financiada, vou pagar em 15 anos, ainda dá pra agüentar a prestação, na marra, mas dá. Se eu fosse viver de aluguel eu morreria de fome” (R.G.B.A, moradora do bairro Cohab Chris).

A dificuldade para se encontrar um lugar possível para se trabalhar e viver se reflete, ainda, no elevado número de deslocamentos no espaço intra-urbano realizados pelos trabalhadores, o que é muito exemplar da reiterada instabilidade da habitação possível em uma cidade marcada por notáveis assimetrias na apropriação da renda e dos recursos físicos e simbólicos do espaço urbano.

O excerto que segue, extraído de Kowarick (1983) permite reconhecer como o padrão de estruturação urbana (ditado pelas necessidades e conveniências das camadas de alta renda) se revela perverso para as camadas empobrecidas da população, para quem à espoliação do trabalho se soma a espoliação urbana:

“Do ponto de vista da realização do capital, os interesses daí resultantes tendem a produzir uma mercadoria socialmente adequada quanto ao seu padrão de habitabilidade para as faixas de renda mais elevadas, vedando o acesso para a grande maioria dos trabalhadores que precisam, por conseguinte, encontrar outras fórmulas para se reproduzir nas cidades enquanto mercadoria para o capital” (p. 57).

É assim, bastante significativo o depoimento de um ex-trabalhador da indústria moveleira, residente na favela São Damião, fundada por ele mesmo e sua família, por volta do ano de 1997; sua trajetória residencial marcada por muitas etapas, joga luz sobre o crescente processo de valorização imobiliária das áreas residenciais operárias e a paulatina expulsão dos pobres para espaços cada vez mais periféricos no perímetro urbano:

Eu nasci em Votuporanga, mas a gente fomos pra Igapira [Álvares Florence] quando eu ainda era moleque. Voltei já tem 27 anos (...) quando a gente voltemos, foi lá para Vicentina, depois Bairro do Café, Aureliano, São Cosme e Damião, e depois pra favelinha do Damião, que a gente mesmo fundamos..” (L. C. M. , morador da favela São Damião).



2001. Imagem de três residências na favela São Damião
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2003.

Na verdade, a multiplicidade de deslocamentos intra-urbanos reportada pelos trabalhadores é bastante reveladora da inacessibilidade da cidade a essa população que, a despeito de engendrar sua riqueza, não pode dela se apropriar, estando permanentemente empurrada para a margem - do espaço, do consumo e da cidadania.

Destarte, os excertos que seguem, extraídos de depoimentos de dois ex-trabalhadores da indústria moveleira, atualmente empregados na AVAR (Associação Votuporanguense de Agentes de Reciclagem) exemplificam bem a trajetória das camadas populares empobrecidas que se deslocam paulatinamente para porções do território intra-urbano menos providas de equipamentos e infra-estrutura urbana:

“Nasci em São Paulo. Vim pra cá com 12 anos, meu pai foi transferido, trabalhava no IBC (...) A gente veio pra cá, fiquei até os 20 anos em Votuporanga, depois voltei pra São Paulo de novo. Fiquei mais 5 anos na Praia Grande, depois voltei pra Votuporanga (...) Depois dessa trajetória que eu fiz, voltando pra São Paulo e pra cá de novo, morei ali perto da Fepasa, aí Vila Muniz, morava com a minha mãe esse tempo. Depois mudei pra Vila Marin, de lá mudei pro Bairro do Café, fui pra Meridiano, trabalhar nas seringueira, depois mudei pra cá [favela São Damião]. Tava pagando aluguel, tava difícil arrumar serviço, e vim pra favela.” (G.A.S, 5ª série completa, morador da favela São Damião).

“Eu sou de Votuporanga, mesmo. De criança, morei no Bairro da Estação, depois fui para o Matarazzo, Paineiras, Guarani e agora aqui, pro Ipiranga...” (D. P. M, 1ª série incompleta, moradora da favela Ipiranga).

Efetivamente, a trajetória residencial da empobrecida classe trabalhadora, marcada por múltiplos e sucessivos deslocamentos, permite-nos enxergar como a produção social do espaço urbano é perpassada pela luta de classes e, mais do que isso, como o espaço, enquanto produto do trabalho social, (Rodrigues, 1994) é apropriado diferencialmente pelas distintas camadas sociais, revelando que, a despeito de despenderem esforços para sua produção, os pobres usufruem parcelas muito diminutas (e no mais das vezes desprestigiadas) do espaço socialmente produzido.

De fato, as entrevistas com trabalhadores residentes em favelas mostraram que, não bastasse a expropriação física dos recursos do espaço intra-urbano a que estão sujeitos, opera-se, silenciosamente, na relação dos favelados com os demais moradores da cidade, uma expropriação simbólica do seu lugar de direito na cidade, pois à favela se nega, sistematicamente, o estatuto de espaço socialmente construído (a produção da favela é percebida como espontânea, como o avesso do trabalho) e ao favelado não é reconhecida a condição de cidadão.

O excerto reproduzido abaixo, extraído do depoimento que nos foi concedido por um favelado, elucida fortemente a tensão presente na relação entre a favela e o restante da cidade:

“... a gente desempregado, a crise financeira, quer dizer,(...) tem hora que pra gente sobreviver eu tenho que ir [pedir] no centro espírita,[ir] no juizado de menor lá pedir uma ajuda pra eles. Que a cada 30 dias ele ajuda muitas favelas, então ele faz aquele básico: um saquinho de arroz, uma latinha de óleo, dois quilos de feijão. Então aquilo ajuda a gente, porque tem dias que a gente não tem o pão que comer. Tem gente que fala assim: que na favela tá é quem é vagabundo, que não trabalha. Mas não é que a gente é vagabundo, que não trabalha (...) Se eu chegar na empresa e falar que eu moro na favela, dar endereço da favela, eu não consigo emprego” (L.C.M. 6ª série completa, morador da favela São Damião).

Na verdade, ao favelado é concedido, continuamente, o estatuto de cidadão de segunda classe, já que, a *pobreza viciosa* duramente encarnada pela favela só pode derivar – na ótica dos demais moradores da cidade - da própria (re)produção, pelos pobres, de sua pobreza.

Efetivamente, o depoimento acima transcrito possibilita perceber, como postula a bela síntese de Kowarick, que,

“... a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem que condensa os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada como perigosa” (1983: 93)

Em virtude da perversa “ciranda” da mobilidade espacial que a envolve, a população favelada – *camada superespoliada da classe trabalhadora* - encontra-se reiteradamente expulsa para as fímbrias do espaço intra-urbano.

Assim, essa população vivencia, cotidianamente, a luta pela cidade possível para se trabalhar e viver, sujeitando-se, interminavelmente, ao desenraizamento, ao não pertencimento, à alienação que perpassa a fragmentação de suas redes e relações de sociabilidade.

Tornada apenas mercadoria, essa população completamente despossuída se move resignadamente, como autômatos; esses homens e mulheres, jovens e velhos já sabem, de antemão, que estão mesmo *condenados* ao deslocamento, à busca, sempre interina, da cidade (im)possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por onde vão as brisas suaves do sertão paulista? : a indagação proposta nesse trabalho procurou reconstituir, de uma perspectiva demográfica, a trama de inter-relações que se estabelece entre deslocamentos populacionais e dinâmica econômica, enquanto elementos centrais na estruturação urbana do município de Votuporanga, no curso de sua formação histórica.

A despeito de todas as limitações que implicam um estudo de caso, as reflexões desenvolvidas nesse trabalho acerca do entrelaçamento entre dinâmica demográfica (especialmente a mobilidade espacial da população), estruturação urbana e industrialização tardia, parecem ser bastante elucidativas de alguns processos em curso nas cidades médias paulistas, especialmente daquelas localizadas nas “zonas novas”, ou seja, que nasceram do avanço dos capitais agrícola, mercantil e imobiliário na direção oeste do território paulista e cuja formação recente está calcada no esforço de industrialização, que permitiu a esses municípios erigirem uma base (ainda que frágil) de desenvolvimento econômico.

De todo modo, deve-se ressaltar que a contribuição mais substantiva desse trabalho consiste no esforço de jogar luz sobre o processo de constituição do espaço intra-urbano, entendido como produto social, realizado pelas disputas de classe em torno da terra urbana, cuja escassez (que suscita sua valorização) é engendrada pelos deslocamentos populacionais que intensificam a luta pela apropriação de determinadas localizações que, concomitantemente, produzem e são produzidas pelo restante da cidade.

Destarte, como as classes sociais estruturam o espaço (Villaça,2001), a intensa mobilidade da população trabalhadora no território intra-urbano se constitui na urdidura

que objetiva a espoliação urbana, a que estão sujeitas as camadas populares, denunciando o fato de que, invariavelmente, apenas as camadas mais ricas usufruem das melhores localizações intra-urbanas, que são, contudo, produzidas na e pela relação com *toda* a cidade, inclusive com seus territórios escuros (Santos, 2000), marginais e socialmente desprestigiados.

Na verdade, apesar da estruturação urbana no município de Votuporanga ainda se pautar, largamente, pela dualidade centro-periferia (muito embora, aqui, a um centro tradicional fortalecido e classicamente segregado se oponha uma periferia ampla, difusa e fragmentada) a intensidade dos deslocamentos populacionais (especialmente dos pobres) no espaço intra-urbano reitera o padrão perverso e desigual da estruturação urbana brasileira¹, marcado pela expansão radial e pela periferização (social e espacial) da pobreza.

A reprodução desse padrão de estruturação urbana nas cidades brasileiras, como o reitera esse estudo de caso, está fortemente calcado na conjunção de dois elementos cuja atuação se faz complementarmente; ou seja, a atuação desregulada do capital imobiliário e a omissão do Poder Público no que diz respeito à política urbana induzem à constituição de cidades marcadas pela desigualdade na apropriação dos recursos do espaço construído, pelas assimetrias nos deslocamentos e por uma conformação urbana esparsa, demasiadamente alongada e assistematicamente provida de infra-estrutura e demais recursos urbanos.

De fato, esse estudo de caso pontuou que a segregação urbana, a extrema concentração de renda (que se reflete na capacidade diferencial de apropriação do espaço), a periferização das camadas populares e a intensidade dos deslocamentos intra-urbanos,

¹ Sobre o padrão da estruturação urbana brasileira, especialmente das áreas metropolitanas, veja-se: Bógus (1988), Bógus et alli (1992), Ribeiro (1997), Abramo & Faria (1998), Lago (2000), Villaça (2001), Gonçalves, et alli (2003).

especialmente dentre os pobres, não são privilégios das metrópoles na rede urbana brasileira; de formas diferenciadas e com intensidades e nuances particulares esses processos ocorrem também em cidades médias, de constituição recente, mas onde, igualmente, os interesses do capital privado se sobrepõe permanentemente, ao direito à cidade.

Isso significa dizer que o direito à cidade, apesar da elevada proporção da população brasileira, paulista e votuporanguense residir nas áreas urbanas, faz-se ainda, muito assimetricamente; enquanto as camadas mais ricas usufruem da liberdade das redes técnicas (Santos, 1996), da fluidez dos mercados e das conveniências da mundialização (Ianni, 1999), as camadas populares empobrecidas põem-se continuamente em marcha, perseguindo a conquista da cidade, da cidadania, da urbanidade e de todos os demais direitos civis e humanos que a expropriação urbana lhes rouba, no intento escuso de lhes tornar somente mercadoria, despindo-lhes da dignidade humana.

BIBLIOGRAFIA:

ABAIXO ASSINADO. *Oeste Paulista*, Votuporanga, 27 jul. 1947.

ABRAMO, P. & FARIA, T. C. Mobilidade Residencial na Cidade do Rio de Janeiro: Considerações sobre os Setores Formal e Informal do Mercado Imobiliário. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: 1998.

ALIEVI, Rejane Maria. *Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais: Competitividade, Capacitação Tecnológica e Inovação no Arranjo Produtivo Moveleiro da Serra Gaúcha*. Nota Técnica 39. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, novembro 2000

ANTUNES, Ricardo. Os Caminhos da Liofilização Organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. In: **SILVA, Maria A. Moraes e ANTUNES, Ricardo** (orgs.) Dossiê: O Averso do Trabalho. *Revista Idéias*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002/2003, Ano 9(2)/10(1).

ARAÚJO, Alda R. F. de. *Desenvolvimento econômico e mudança na estrutura ocupacional: o interior paulista 1970/1980*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE/Unicamp, 1991.

ATUALMENTE Votuporanga ... *Oeste Paulista*. Votuporanga, 27 jul. 1947.

BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas*. Migrantes e a Expansão do Pólo Industrial Paulista. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.

_____. "Espaços ganhadores e espaços perdedores na dinâmica migratória paulista". In: HOGAN, D.J. (et al.). *Migração e Ambiente em São Paulo*, Aspectos relevantes da dinâmica recente Campinas: Nepo/Unicamp, 2000

BAENINGER et alli. Municípios da hidrovia Tietê-Paraná. Regionalização e dinâmica sócio-espacial. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População*. Ouro Preto, nov/ 02.

BALTAR, Paulo. Abertura da economia e emprego no Brasil nos anos 90. *Anais X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, 1996.

BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Estrangeiros em São Paulo: dados demográficos*. Campinas: [s/d]. CD-Rom.

_____. “Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico”. In: **PATARRA,** Neide Lopes (coord.). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1992.

BRANDÃO, Marcelino. [Sem título]. *Oeste Paulista*, Votuporanga, 27 jul. 1947.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BILAC, Elisabete Dória. *Famílias de Trabalhadores: Estratégia de Sobrevivência*. São Paulo: Símbolo, 1978.

BODDY, M. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: VALLADARES, L; PRETECEILLE, E. (coords.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990

BÓGUS, Lúcia M. M. Política Pública, Renovação Urbana e Mercado Habitacional. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 1988.

BÓGUS, Lúcia Maria M e **WANDERLEY**, Luiz Eduardo (orgs). *A Luta pela Cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.

CAIADO, Aurílio. “A Economia Paulista nos Anos 90.” In: **HOGAN**, Daniel Joseph, et al. *Migração e Ambiente em São Paulo*. Aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000.

CALIL, Felizardo e **PAULA**, Ziegler. Os Despejos de Votuporanga. *Oeste Paulista*, Votuporanga, 23 jul. 1947.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 1981. vol 01.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: t a Queiroz, 1977.

_____. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras. São Paulo: *Estudos Econômicos*, IPE/USP, (2), MAI-AGO 1985.

_____. *O processo de interiorização da indústria paulista*. São Paulo: Fundação SEADE, vol.1-3, 1988.

CARDOSO DE MELLO, José Manuel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARLOS, Ana Fania Alessandri. “Dinâmica do desenvolvimento socioeconômico de São Paulo: bases para a análise”. In: *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. O desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP, 2003.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1980.

CESP. *A Região de Votuporanga: possibilidades de desenvolvimento econômico e energético.* São Paulo: Departamento de Economia da CESP, 1973.

CRESCE o número de edifícios ... *Diário de Votuporanga.* Votuporanga, 14 jan. 1987.

COSTA, Edward Coruripe. *Votuporanga Através dos Tempos.* São Paulo: Jornal dos Livros, 1955.

COUTINHO, L. et alli. *Design na indústria brasileira de móveis.* Leitura Moveleira 3. [s.l.]: Editora Alternativa, 2001.

DAVANÇO, Américo. *História da Indústria Moveleira de Votuporanga.* Votuporanga: [s.l.], 1999.

DEBES, CÉLIO. *A Caminho do Oeste: história da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.* São Paulo: Companhia Paulista de Estrada de Ferro, 1968.

DEDECÇA, Cláudio. Desemprego e regulação no Brasil hoje. *Cadernos Cesit.* Campinas: IE/Unicamp, 1996, nº 20.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: SORJ, B; ALMEIDA, M.H.T. *Sociedade e política no Brasil pós-64.* São Paulo: Brasiliense, 1983

FERREIRA, M. J. B. *Pólo Moveleiro de Votuporanga.* Relatório de Pesquisa do Projeto “Design como Fator de Competitividade na Indústria Moveleira”. Campina: IE/Unicamp, 1997.

FUNDAÇÃO SEADE. *Informe Demográfico nº 1.* São Paulo: SEADE, 1981.

_____. *Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI*. São Paulo: SEADE, 1989. vol. I.

_____. *Informe Demográfico nº 23*. São Paulo: SEADE, 1990.

_____. *Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI*. São Paulo: SEADE, 1993. vol. 3.

_____. *Informações dos municípios Paulistas*. São Paulo: SEADE, 2004.
In: www.seade.gov.br.

GONÇALVES, Maria Flora. *As Engrenagens da Locomotiva*. Ensaio sobre a formação urbana paulista. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998

_____ et alli. *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. O desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

GORINI, Ana Paula Fontenelle. A indústria de móveis no Brasil. *Leitura Moveleira 2*. [s.l.]: Alternativa, 2000.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1997.

HARVEY, David. *A Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992

HOGAN, D. J.; CUNHA, J.M.; BAENINGER, R.; CARMO, R. *Migração e Meio Ambiente*. Aspectos da dinâmica recente. Campinas: PRONEX/NEPO/Unicamp, 2000.

IANNI, Otávio. Cidade e Modernidade. In: **SOUZA**, Maria Adélia Aparecida de, et alli. *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: CEDESP, 1999

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Demográficos 1940-2000*. Rio de Janeiro: IBGE.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LAGO, Luciana. O que há de novo na clássica dualidade núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro. In: **RIBEIRO**, L. C. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

LEBORGNE, D; **LIPIETZ**, A. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva. IN: **BENKO**, G.; **LIPIETZ**, A. (orgs). *As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

LIMA, L.C. Tecnopólo: a formação de uma nova territorialidade. In: **SANTOS**, M; et al. *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.

MADEIRA, F.R.; **TORRES**, H.G. *População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas*. São Paulo em perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, 1996.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINE, G. Migração e Metropolização. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, 1987.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MATTOSO, J. e BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Cadernos Cesit*. Campinas: IE/Unicamp, nº 21, 1996.

MERRICK, T W. & GRAHAM, D H. Imigração: seu papel e impacto sobre a força de trabalho e o crescimento econômico. In: *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Zahar, 1981.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. SP: BIPA, 1946.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: MTE, 1996-2002.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998.

MONTALI, Lília Terezinha. *Família e Trabalho na Conjuntura Recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

_____. A família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Cadernos NEPP*, 47. Campinas: NEPP/Unicamp, 2000

NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

NEIT/FIESP. *Relatório Parcial sobre o APL Moveleiro de Mirassol*. (circulação interna). Campinas: IE/Unicamp, 2004.

OLIVEIRA, Zuleica L C de. O Impacto da Reestruturação Produtiva sobre as Condições de Trabalho e as Relações de Gênero. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 1998.

OS DESPEJOS de Votuporanga. *Oeste Paulista*. Votuporanga, 20 mar. 1947.

PACHECO, C. A. e PATARRA, N. L. “Movimentos Migratórios nos anos 80: novos padrões?” In: Encontro Nacional sobre Migração. Anais.... Curitiba, 1997

PAVAM, J. L. e ABÊ, S. H. *Transformações da Indústria Moveleira de Votuporanga*. Votuporanga: [s/n], [s/d].

PEICHOTO, Evanir Regina Moro. *Do Sonho Pioneiro à Incorporação Capitalista – reflexões sobre a trajetória do café no município de Votuporanga. 1940 a 1980*. Dissertação de Mestrado. Minas Gerais: UFMG, 2001.

PLANO de Desenvolvimento Integrado (PDI). Votuporanga: SEMPLA, 1971.

PLANO Diretor Municipal. (PDM). Votuporanga: SEMPLA, 1995

POCHMANN, Márcio. Tendências nacionais recentes do emprego no Brasil. Campinas: IE/unicamp, 1997.

PONTES, José Carlos. *Votuporanga, as raízes e a saga de um povo*. Fatos e pessoas que fizeram a cidade com verbetes de A a Z. São José do Rio Preto: Real, 2001.

RELATÓRIO comprobatório de demanda por programas habitacionais. Votuporanga: SEMPLA, 2002.

REVISTA COMEMORATIVA DO JUBILEU DE PRATA DE VOTUPORANGA. Votuporanga: Prefeitura Municipal de Votuporanga, 1962.

RIBEIRO, L.C. et al. (org). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RODRIGUES, Fabíola. Entre o local e global: reestruturação produtiva e seus impactos na dinâmica sócio-econômico-populacional. Votuporanga, um estudo de caso. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População*. Ouro Preto, 2002

_____. População e desenvolvimento urbano-industrial no noroeste paulista: elementos para a análise da dinâmica sócio-espacial recente”. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004 a.

_____. *Estudos de Caracterização Socioeconômico-Demográfica*. Subsídios para o Plano Diretor do Campus Norte da Unifev. Votuporanga: Unifev, 2004 b.

SANTOS, Milton, et alli. *O Novo Mapa do Mundo*. Fim de século e Globalização. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana*. São Paulo: Hucitec, 1982

_____. *Pobreza Urbana*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec. 1979.

_____. *A natureza do espaço*. Técnica e Tempo, razão e emoção. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000.

SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: studio Nobel, 1998.

_____. *The mobility of labor and capital*. New York: Cambridge University Press, 1988.

SCHMITZ, H. *Flexible specialization in third world industry: prospects and Research requirements*. Genebra: OIT/Internacional Institute of Labour Studies, 1990.

SILVA, Maria A. Moraes e **ANTUNES, Ricardo** (orgs.) Dossiê: O Averso do Trabalho. *Revista Idéias*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002/2003, Ano 9(2)/10(1).

SINGER, Paul. *Economia Política do trabalho*. São Paulo, Hucitec, 1977.

SOUTO DE OLIVEIRA, Janice. Família Favelada: Trabalho e Rendimento. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 1984.

SUZIGAN, Wilson, et alli. “Aglomerados Industriais em São Paulo”. In: www.unicamp.br, s/d. Acesso em: 10 de março de 2004.

TAUNAY, Afonso de E. *Pequena História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, 1945.

TARTAGLIA, J. C. e **OLIVEIRA**, O. L. de (org). *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Tese de Livre Docência. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985.

UNIÃO FORTALECE PÓLO DE MÓVEIS DE VOTUPORANGA E REGIÃO. *Livre Mercado*. São Paulo: Editora Livre Mercado, 2000, Ano (I), nº 3.

VASCONCELOS, Luiz Antonio Teixeira. *Desenvolvimento econômico e urbanização nas Regiões Administrativas de São José do Rio Preto e de Araçatuba*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE/Unicamp, 1992.

VALLADARES, Lícia Prado. *Passa-se uma casa*. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. *Habitação em Questão*. Zahar Editores, 1978.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VIDAL, M.S.; **BAENINGER**, R. Região de Governo de São José do Rio Preto. *Textos NEPO 24*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1993. (Migração em São Paulo, 4).

VEM a propósito os algarismos.... *Oeste Paulista*, Votuporanga, 28 jun. 1953.

VOTUPORANGA viu raiar o sol da liberdade. *Oeste Paulista*, Votuporanga, 8 jan. 1945.